



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

MARIA DE LOURDES PEREIRA DE LIMA

**PERCEPÇÃO DOCENTE DO PROGRAMA EDUCAR PRA VALER (EpV) NA REDE
PÚBLICA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE NA PARAÍBA**

JOÃO PESSOA
2024

MARIA DE LOURDES PEREIRA DE LIMA

**PERCEPÇÃO DOCENTE DO PROGRAMA EDUCAR PRA VALER (EpV) NA REDE
PÚBLICA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE NA PARAÍBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, na Linha de Pesquisa de Políticas Educacionais, como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Zuleide da Costa Pereira.

JOÃO PESSOA
2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L732p Lima, Maria de Lourdes Pereira de.

Percepção docente do programa Educar pra Valer (EpV)
na rede pública de ensino no município de Mamanguape na
Paraíba / Maria de Lourdes Pereira de Lima. - João
Pessoa, 2024.

169 f. : il.

Orientação: Maria Zuleide da Costa Pereira.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Política educacional. 2. Qualidade da educação.
3. Programa Educar pra Valer - Mamanguape (PB). 4.
Percepção docente. I. Pereira, Maria Zuleide da Costa.
II. Título.

UFPB/BC

CDU 37.014(043)

MARIA DE LOURDES PEREIRA DE LIMA

**PERCEPÇÃO DOCENTE DO PROGRAMA EDUCAR PRA VALER (EpV) NA REDE
PÚBLICA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE NA PARAÍBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, na Linha de Pesquisa de Políticas Educacionais, como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação.

Aprovada em: 5/2/2024

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dra. Maria Zuleide da Costa Pereira (Orientadora)
(Universidade Federal da Paraíba-UFPB/PPGE)



Prof.^a Dra. Ângela Cristina Alves Albino (Membro interno)
(Universidade Federal da Paraíba - UFPB)



Prof. Dr. Joseval dos Reis Miranda (Membro interno)
(Universidade Federal da Paraíba – UFPB/PPGE)



Prof. Dr. Rafael Ferreira de Souza Honorato (Membro externo)
(Universidade Estadual da Paraíba - UEPB)

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha fortaleza maior, por permitir que eu não desistisse e ainda ultrapassasse todos os entraves encontrados no decorrer de mais um objetivo de vida.

Aos meus pais (*In memoriam*), os quais sempre contribuíram por intermédio de seus ensinamentos sobre valores, respeito, responsabilidade e incentivo aos estudos.

À Prefeitura de Mamanguape/PB, conjuntamente à Secretaria de Educação de Mamanguape, pela agilidade da licença para que eu pudesse estudar e concluir o mestrado, de acordo com o que condiz o Art. 318 da Lei nº 11.907 de 02 de fevereiro de 2009.

À minha orientadora, Maria Zuleide, pelos ensinamentos, paciência, incentivos, encorajamento, autonomia e, principalmente, por ter me dado a oportunidade de ser sua orientanda a partir do interesse pelo meu objeto de estudo.

Aos professores do PPGE pelas contribuições no decorrer da minha trajetória no mestrado.

À Secretaria do PPGE pela presteza e atenção concedida aos pós-graduandos.

À banca examinadora, da qualificação e da defesa, pelas contribuições que irão enriquecer, ainda mais, nossa pesquisa.

Ao Grupo de Estudo e Pesquisa de Políticas Curriculares (GEPPC/UFPB) pelas contribuições e, principalmente, o incentivo à pesquisa acadêmica.

À Kátia Germana, coordenadora geral da Secretaria de Educação de Mamanguape/PB, por se fazer presente e disponível sempre que eu precisei, com informações, materiais e documentos alusivos ao programa Educar pra Valer.

À Ivoneide, secretária do secretário de educação de Mamanguape/PB, pela amizade e disponibilidade em ajudar com dados necessários para que eu chegasse, de maneira mais rápida, até os gestores e professores da rede municipal de Mamanguape/PB.

Aos professores da rede municipal pública de ensino de Mamanguape/PB que se disponibilizaram em participar da nossa pesquisa e na agilidade de responder ao questionário, bem como pelo carinho, respeito, admiração e acolhimento nas escolas.

Aos gestores, coordenadores e demais funcionários de apoio à gestão das escolas, participantes da nossa pesquisa, bem como pelo acolhimento e disponibilidade em ajudar com as informações necessárias para a formulação do nosso quadro das escolas.

Ao meu filho Iago Lucas, pelo carinho e incentivo, pela paciência e ajuda nas tarefas de casa quando eu não tinha tempo devido às demandas do mestrado.

Às minhas irmãs, pelo incentivo e disponibilidade em ajudar no que fosse possível.

À minha amiga de longa data, Alcirélia (Mery), pelo incentivo e pela disponibilidade em me fazer companhia até às escolas para que eu pudesse realizar nossa pesquisa com os professores.

Ao professor Gerson, pela ajuda nos esclarecimentos sobre o cadastro desta pesquisa no Comitê de Ética.

Aos colegas de curso, a doutoranda Kathy e ao mestrando Rodrigo, pelo apoio e compartilhamento de saberes.

E a todos que contribuíram e incentivaram direta ou indiretamente para que eu pudesse chegar nessa etapa de defesa.

A todos, o meu muito obrigado!!!

O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.

(Guimarães Rosa, 2001, p. 318).

RESUMO

O programa Educar pra Valer, doravante (EpV), foi instituído pela Associação Bem Comum (ABC), cujo objetivo é apoiar municípios brasileiros na implementação de práticas de gestão. Tem por base evidências e resultados, fruto da experiência do município de Sobral e do programa PAIC, no Ceará, tendo como apoiadora a Fundação Lemann. Implementado na rede pública no município de Mamanguape/PB no Ensino Fundamental Anos Iniciais, no ano de 2019, consiste em diagnosticar, avaliar e melhorar os índices de rendimento, principalmente, na leitura dos estudantes que apresentavam *déficit* de aprendizagem nessa categoria por quaisquer motivos. Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo geral: analisar as possíveis contribuições do programa Educar pra Valer enquanto política educacional que visa a alfabetização na idade certa e na formação do leitor fluente, verificadas nas turmas de 5º ano das escolas da rede municipal de Mamanguape/PB, em 2022, segundo as percepções docentes. No eixo da educação na contemporaneidade, promoveu-se o diálogo com os autores Pereira (2006), Jakimiu (2021), e com documentos legais CF (1988), LDBEN (1996), PNE (2014), BNCC (2018), etc.; no eixo das políticas públicas, retomou-se Oliveira (2011), Höfling (2001), Sousa e Silva (2016), etc.; no eixo sobre o programa EpV foram utilizados sites e documentos sobre ABC (2018), EpV (2018, 2022; 2023), Fundação Lemann (2019), Lyceum Consultoria Ltda. (2018), Acordo de Cooperação (2019), Plano de Trabalho (2019), etc.; no eixo das percepções docentes, trazendo as análises e discussões, utilizou-se Ball e colaboradores (2021), Freitas (2012; 2014), etc. Para alcançar esse objetivo, optou-se por uma pesquisa descritiva de acordo com Machado (2023), com abordagem quanti-qualitativa, segundo Minayo (2001; 2002). Para gerar os dados, foi aplicado o questionário, com base em Prodanov e Freitas (2013) e análise documental, segundo Guba e Lincoln (1981). O *lócus* desta pesquisa foi o município de Mamanguape/PB, tendo como participantes dez docentes que atuaram com o programa EpV nas turmas de 5º ano em 2022. Os resultados obtidos após as análises dos dados mostram que os objetivos do programa EpV, em parte, foram alcançados, tendo em vista que 50% dos docentes informaram que os estudantes contemplados com as técnicas e metodologias aplicadas por esse programa, em 2019, ingressaram nas turmas de 5º ano em 2022 apresentando uma leitura satisfatória, e que 60% desses mesmos docentes afirmaram a partir de sua atuação com o programa EpV, em 2022, que a maioria desses alunos apresentou conhecimentos que os denominassem leitores fluentes. No entanto, para se alcançar seus objetivos, o programa EpV apresenta um estreitamento curricular, mudanças de metodologia, fazendo com que o corpo docente perca a autonomia na escolha de materiais didáticos, passando a utilizar um material estruturado. Além de ser constantemente cobrado e supervisionado em sua rotina escolar, no cronograma de atividades, é avaliado de acordo com os resultados obtidos nas avaliações, principalmente, na somativa e as em larga escala, que promovem o ranqueamento entre as escolas, podendo causar, também, o desconforto para alguns docentes caso não consigam alcançar o êxito esperado nessas avaliações.

Palavras-Chave: Políticas Educacionais. Qualidade da Educação. Educar pra Valer.

ABSTRACT

The Educara pra Valer (Educate for Value) program was set up by the Bem Comum Association (ABC) to support Brazilian municipalities in implementing management practices. It is based on evidence and results from the experience of the municipality of Sobral and the PAIC program in Ceará, with the Lemann Foundation as its supporter. Implemented in the public school system in the municipality of Mamanguape/PB in Early Years Elementary School in 2019, it consists of diagnosing, evaluating and improving performance rates, especially in reading for students who had learning deficits in this category for whatever reason. In this sense, the general objective of this research is to analyze the possible contributions of the Educara pra Valer program as an educational policy aimed at literacy at the right age and the formation of fluent readers, verified in the 5th grade classes of the municipal schools of Mamanguape/PB, in 2022, according to the teachers' perceptions. On the axis of education in contemporary times, a dialog was promoted with the authors Pereira (2006), Jakimiu (2021), and with legal documents CF (1988), LDBEN (1996), PNE (2014), BNCC (2018), etc.; on the axis of public policies, Oliveira (2011), Höfling (2001), Sousa and Silva (2016), etc. were taken up. in the area of the EpV program, we used websites and documents on ABC (2018), EpV (2018, 2022; 2023), Lemann Foundation (2019), Lyceum Consultoria Ltda. (2018), Cooperation Agreement (2019), Work Plan (2019), etc.; in the area of teachers' perceptions, we used Ball and collaborators (2021), Freitas (2012; 2014), etc., to provide analysis and discussion. To achieve this objective, we opted for descriptive research according to Machado (2023), with a quantitative-qualitative approach, according to Minayo (2001; 2002). To generate the data, a questionnaire was applied, based on Prodanov and Freitas (2013) and documentary analysis, according to Guba and Lincoln (1981). The locus of this research was the municipality of Mamanguape/PB, with ten teachers participating who worked with the EpV program in 5th grade classes in 2022. The results obtained after analyzing the data show that the objectives of the EpV program were partly achieved, given that 50% of the teachers reported that the students who received the techniques and methodologies applied by this program in 2019 entered the 5th grade classes in 2022 with satisfactory reading skills, and that 60% of these same teachers stated that, based on their work with the EpV program in 2022, the majority of these students had the knowledge to be fluent readers. However, in order to achieve its objectives, the EpV program has narrowed its curriculum and changed its methodology, causing teachers to lose their autonomy in choosing teaching materials and to use structured material instead. In addition to being constantly charged and supervised in their school routine, in the schedule of activities, they are evaluated according to the results obtained in the evaluations, mainly in the summative and large-scale ones, which promote ranking among schools, and can also cause discomfort for some teachers if they fail to achieve the expected success in these evaluations.

Keywords: Educational policies. Quality of Education. Educating for Real.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Produções científicas encontradas apenas nessas bases de dados.....	28
Quadro 2: Descrição das escolas da rede pública municipal participantes da nossa pesquisa.....	57
Quadro 3: Identificação e características dos sujeitos participantes da pesquisa.....	60
Quadro 4: Tipos das políticas públicas.....	63
Quadro 5: Síntese das políticas de estado e políticas de governo.....	72
Quadro 6: Apresentação das técnicas para desenvolvimento da leitura oral.....	97
Quadro 7: Descrição do perfil do leitor.....	98
Quadro 8: Sugestão de rotina de aula para o turno regular.....	104
Quadro 9: Orientações para as aulas de Língua Portuguesa do programa EpV para o 5º ano.....	105
Quadro 10: Orientações para as aulas de Matemática do programa EpV para o 5º ano.....	106
Quadro 11: Síntese comparativa dos objetivos educacionais entre CF, LDBEN e EpV.....	134

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estados e municípios brasileiros que implementaram o programa EpV.....	85
Tabela 2: Ações atinentes ao programa Educar pra Valer em parceria com a gestão municipal.....	87
Tabela 3: Ações realizadas nos municípios de cada estado considerando três instâncias.....	88
Tabela 4: Compromissos essenciais para a execução do programa Educar pra Valer (EpV), previsto no Acordo de Cooperação.....	89
Tabela 5: Profissionais atuantes junto ao programa EpV em Mamanguape/PB.....	101

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Guia Urbano de Mamanguape.....	56
Figura 2: Os eixos que envolvem o programa Educar pra Valer.....	87
Figura 3: Estatísticas sobre o programa Educar pra Valer até o ano de 2021.....	91
Figura 4: Critério avaliativo aplicado para as atividades de fluência em leitura.....	95
Figura 5: Capa do caderno de fluência em leitura.....	96
Figura 6: Dados do IBGE sobre frequência escolar.....	112

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Faixa etária dos docentes participantes da pesquisa.....	110
Gráfico 2: Formação docente inicial e continuada.....	111
Gráfico 3: Tempo de exercício na docência.....	113
Gráfico 4: Políticas educacionais preferidas.....	116
Gráfico 5: Dificuldades enfrentadas a partir da implementação do programa EpV.....	118
Gráfico 6: Material estruturado e utilizado pelo programa EpV.....	121
Gráfico 7: Mudança da rotina de trabalho após a implementação do programa EpV.....	123
Gráfico 8: Nível da educação.....	124
Gráfico 9: Formação leitora satisfatória.....	126
Gráfico 10: A promoção para a formação do leitor fluente.....	129
Gráfico 11: Discussão acerca da formação do cidadão.....	130

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABC	Associação Bem Comum
AEE	Atendimento Educacional Especializado
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEP	Comitê de Ética em Pesquisas
CF	Constituição Federal
ECA	Estado do conhecimento Acadêmico
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EpV	Educar pra Valer
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Paraíba
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ISEC	Instituto Superior de Educação de Cajazeiras
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAIC	Programa de Alfabetização na Idade Certa
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Plano Nacional do Livro Didático
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
Saeb	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SR	Sala de Recursos
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: A TRAJETÓRIA DA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.....	47
2.1 PESQUISA DESCRITIVA.....	47
2.2 ABORDAGEM QUALI-QUANTITATIVA.....	49
2.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS – QUESTIONÁRIO.....	52
2.4 ANÁLISE DOCUMENTAL.....	54
2.5 LÓCUS DA PESQUISA – PROGRAMA EDUCAR PRA VALER IMPLEMENTADO NO MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE/PB.....	55
2.6 UNIVERSO DA PESQUISA.....	57
2.7 OS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	60
2.8 ETAPAS E PROCEDIMENTOS TÉCNICOS.....	61
3 POLÍTICAS EDUCACIONAIS – DAS POLÍTICAS DE ESTADO AS POLÍTICAS DE GOVERNO.....	62
3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITUAÇÃO E TIPOLOGIAS.....	62
3.2 POLÍTICAS SOCIAIS/EDUCACIONAIS BRASILEIRAS.....	64
3.3 POLÍTICAS DE ESTADO E POLÍTICA DE GOVERNO.....	69
4 O PROGRAMA EDUCAR PRA VALER (EPV): CONCEPÇÕES E FUNCIONAMENTO.....	73
4.1 APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA EDUCAR PRA VALER (EPV).....	73
4.2 PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA: DAS PARCERIAS DO SETOR PÚBLICO COM A ASSOCIAÇÃO BEM COMUM E PROGRAMA EDUCAR PRA VALER.....	76
4.3 OBJETIVOS DO PROGRAMA EDUCAR PRA VALER.....	84
4.4 O PROGRAMA EDUCAR PRA VALER NO CONTEXTO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE MAMANGUAPE/PB.....	91
4.5 OS SUJEITOS ATUANTES NO PROGRAMA EPV EM MAMANGUAPE/PB.....	100
4.6 AS AVALIAÇÕES IMPLEMENTADAS PELO PROGRAMA EDUCAR PRA VALER.....	108
5 PERCEPÇÕES DOCENTES: PARADOXOS DO PROGRAMA EDUCAR PRA VALER (EpV)	110
5.1 PERFIL PROFISSIONAL DOS DOCENTES.....	110
5.2 O QUE OS DOCUMENTOS INFORMAM SOBRE A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO.....	134
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
REFERÊNCIAS.....	144
ANEXOS.....	151
APÊNDICE.....	167

1 INTRODUÇÃO

No âmbito educacional, as escolhas que fizem, a princípio, para mim, por eu ser criança, foram extremamente importantes para dar continuidade às escolhas que fiz posteriormente na fase adulta, as quais me proporcionaram alcançar meus objetivos de vida. Filha de pais apenas alfabetizados, tendo a perda de meu pai após meus três meses de vida, tive apenas minha mãe para me conduzir pelos caminhos considerados corretos da vida e a ajuda das minhas irmãs mais velhas. No total somos sete irmãos, quatro mulheres e três homens. A luta para criar e educar todos nós após a perda do meu pai, não foi nada fácil. Perdemos também, anos depois, em 2007, a nossa mãe, que sempre foi nosso pilar, restando-nos apenas a saudade e a certeza de que ela fez tudo o que poderia ter feito por nós antes de partir definitivamente, deixando a principal lição de que a educação transforma, uma vez que não teve as mesmas oportunidades que seus filhos tiveram.

Quando criança, era comum o ingresso tardiamente na vida escolar, por isso lembro-me de algumas coisas que vivi ao ingressar na escola que, inclusive, na maior parte foi em instituição de ensino pública. A primeira escola que estudei foi a de Ensino Fundamental Ana Cavalcante de Albuquerque, pois era a mais próxima de minha casa (na qual fiz parte do quadro de funcionários efetivos, como professora, anos depois). Nessa escola estudei até o término da primeira série (hoje 2º ano do Ensino Fundamental). Depois ingressei na Escola Estadual Professor Luiz Aprígio até o término da quarta série (hoje 5º ano), pois não ofertava turmas mais avançadas. Posteriormente, ingressei na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Senador Rui Carneiro, onde dei continuidade aos estudos até a oitava série (hoje 9º ano). O Ensino Médio foi feito em instituição particular, no Instituto Moderno de Mamanguape, com início no ano 2000 e concluído em 2002.

A Educação Infantil bem como o Ensino Fundamental foram bases fundamentais nesse processo, já que, por intermédio da rede pública de ensino, obtive diferentes experiências e conhecimentos que corroboraram o meu crescimento, além de contribuírem para a construção de novas perspectivas no Ensino Médio, o qual eu não sabia como seria, pois, aos dezoito anos uni-me em um enlace matrimonial; aos dezenove, em 1999, me tornei mãe e dei atenção exclusiva ao meu filho. Assim sendo, dei uma pausa de um ano nos estudos, voltando no ano 2000, após optar pelo ingresso no magistério, no curso Normal, porque essa modalidade de ensino só havia à noite e para mim seria mais viável. Como eu já trabalhava como secretária em uma empresa privada e minha mãe ficava com meu filho, muitas vezes tinha de levá-lo

devido aos problemas de saúde dela. Essas escolhas deram-se no contexto da cidade Mamanguape, município onde nasci, cresci e resido atualmente.

Foi durante o magistério, principalmente nos estágios, que percebi a necessidade e interesse em ser professora. Sabia, também, da responsabilidade da mediação do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes e da importância do olhar humanizado, sensível e das práticas pedagógicas significativas para a construção de um espaço escolar dinâmico e dialógico. Por compreender esses aspectos, procurava exercitar a responsabilidade e a dedicação com a profissão docente, por isso, procurava participar de todos os movimentos pedagógicos promovidos na escola.

Justamente por ter esse papel comprometido, fui contemplada em 2002 (último ano do Ensino Médio) com uma bolsa de estudos ofertada pela gestão diretora daquela instituição, a qual me deu o direito de estudar sem pagar mensalidades durante todo aquele ano letivo. Todos os esforços me ajudaram na preparação para o vestibular, que era similar ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Com a aprovação, ingressei na minha primeira graduação que foi em Pedagogia, pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Paralelo a esse processo, também me preparei, ainda em 2002, para concorrer a uma vaga para ser professora, por intermédio de um concurso público realizado no município de Mamanguape, no qual obtive êxito. O ano de 2002 ocorreu tudo de maneira impetuosa: término do ensino médio, vestibular e concurso público.

Em janeiro de 2003 comecei a graduação em Pedagogia na UVA, que veio para a Paraíba com o propósito de apenas promover a formação de professores, não contemplando o que rege a CF (1988) a qual informa no art. 207 sobre a “[...] autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1998, p. 123).

Esse tripé, que é formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão são características fundamentais de universidades, diferenciando-as das faculdades, por exemplo, as quais visam apenas o ensino.

No tempo em que cursei pedagogia, o corpo docente dessa universidade, em sua maioria, possuía apenas formação superior, no máximo uma especialização, e as aulas eram realizadas aos sábados, nos períodos manhã e tarde. Durante o curso, os desafios para concluí-lo não foram os esperados. Por já ser professora, não houve a necessidade de realizar estágios como deveria ser, também não participei de congressos e outros eventos afins, pois a universidade não contemplava esse tipo de atividade ou evento devido ao curso de Pedagogia

ter o foco apenas no ensino-aprendizagem, bem como por ser ofertado em regime especial. As aulas aconteciam aos sábados nos turnos manhã e tarde. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi um relatório contemplando as principais trajetórias do curso, feito em grupo de três pessoas.

Em abril desse mesmo ano obtive a portaria, a qual me empossava oficialmente como professora do quadro de funcionários efetivos, quando comecei a lecionar. Paralelamente ao início de minha carreira docente, dei continuidade aos estudos na graduação, a qual, mesmo com algumas dificuldades financeiras, consegui concluir no ano de 2007.

Sentindo a necessidade de continuar com os estudos, optei em fazer, em 2007, uma especialização em Psicopedagogia Institucional, com duração de um ano. As aulas eram ofertadas a cada quinze dias pelo Instituto Superior de Educação de Cajazeiras (ISEC), que estava implementado em Mamanguape, em uma instituição de ensino privado. Nessa especialização, pude ampliar meu olhar sobre a educação inclusiva e seus desafios no contexto educacional, especialmente naquele período, porque havia um processo de segregação e inexperiência por parte do professorado e até da estrutura das escolas, pois os estudantes com deficiência ficavam separados dos outros estudantes considerados sem deficiência em salas distintas. Na visão de Ainscow (2009, p. 11) “[...] a inclusão começa a partir da crença de que a educação é um direito humano básico e o fundamento para uma sociedade mais justa”.

Erroneamente, algumas pessoas, inclusive professores, acreditam que a inclusão é dar um tratamento linear a todos as pessoas, incluindo os estudantes com e sem deficiência. A inclusão deve ser tratada de acordo com a diferença e/ou especificidade de cada pessoa deficiente, passando por um processo de aceitação, de acolhimento, como também, por um processo de entendimento cognitivo e do entendimento emocional tanto da criança com deficiência, quanto de sua família e de toda comunidade escolar, não apenas do professor.

No decorrer da especialização e já lecionando, tive várias experiências e aprendizagens com algumas crianças com deficiências, principalmente com Síndrome de Down¹, isso facilitou a escolha do meu tema do meu TCC, que versou sobre a temática “Crianças com Síndrome de Down”. A partir dessa pesquisa, ampliei minha visão sobre a educação inclusiva e garantia de oportunidades da pessoa com deficiência; pude ainda compreender a necessidade de equiparar

¹ [...] corresponde a uma síndrome genética caracterizada por um erro de distribuição dos cromossomos durante a divisão celular do embrião, revertendo na maior parte dos casos, uma trissomia do cromossomo 21. A SD encontra relação com fatores como a idade materna e a presença de alterações cromossômicas nos pais, entre as quais a própria SD. (Coelho, 2016, p. 1).

as oportunidades de aprendizagem, bem como a inclusão. Essa especialização foi concluída dentro do prazo estipulado, em 2008. Mas continuei buscando outras formações, anos depois.

Desde o tempo em que fazia o curso Normal tinha interesse em cursar Letras - Língua Portuguesa, mas o destino me levou a outros caminhos formativos. Só no momento certo, em 2017, surgiu a oportunidade de participar de uma seleção para cursar Letras com habilitação em Língua Portuguesa, ofertada pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Paraíba (IFPB), em que obtive aprovação.

O curso de Letras do IFPB é na modalidade a distância, porém, as avaliações escritas, apresentações de seminários, apresentação e defesa de TCC, oficinas de estágios, minicursos, entres outras atividades, eram todas presenciais. Só não apresentei e defendi meu TCC presencialmente devido à pandemia da Covid-19², pois conclui o curso no primeiro semestre de 2021, o que era para ter sido no ano anterior, mas o curso foi interrompido por causa da pandemia causada pelo Corona vírus.

Por ser a distância tive de me organizar, ainda mais, pois houve uma ampliação do Projeto Pedagógico de Curso (PPC). Nesse sentido, o que eram cinco componentes curriculares por semestre, passaram a ser sete, logo, houve uma ampliação das leituras e atividades. Cada semestre foi um desafio, mas o maior foi quando tive de dar conta de toda a demanda do curso e lidar com a implantação do programa EpV, quando estava no quinto período do curso em 2019. Como na escola em que trabalhava havia dois 5º anos, me reunia com a outra professora para dar conta da demanda desse programa. Mesmo com esses entraves, a oportunidade de cursar Letras me possibilitou adquirir novos conhecimentos para a minha vida pessoal e docente.

Durante o curso me deparei com um universo de informações por intermédio dos diferentes componentes curriculares que estudei, desfazendo a concepção de que cursar Letras iria aprender a gramática normativa, uma vez que esse conhecimento deve ser adquirido até o término do Ensino Médio. No curso de Letras voltei meu olhar sobre a Língua e a Literatura de maneira com que me servisse para o meu desenvolvimento tanto acadêmico quanto profissional, bem como pessoal.

Durante a realização dos estágios supervisionados, promovidos pelo IFPB em parceria com as escolas públicas, pude vivenciar novos contextos de ensino e lecionar para turmas do

² Uma doença altamente infecciosa que se espalha fácil e rapidamente de pessoa para pessoa e para travar a sua propagação, foram impostas medidas de contenção que implicaram a restrição da mobilidade física e do contacto social das pessoas, bem como a travagem de quase todas as atividades económicas, sobretudo as que requerem presença física. (Conejo; Chaverri-Chaves; González, 2022).

Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio, bem como a prática da escrita de Memoriais de Estágios, totalizando em quatro, sendo um por semestre, a partir do quinto período. Participei da escrita de artigos e publicações com as colegas de curso e professores, bem como participei de congresso e atividades extracurriculares ofertadas pela instituição, entre outras experiências.

Quando o programa EpV foi implementado, em 2019, o ano letivo já estava organizado e iniciado, objetivando dar contribuições para que os professores atuantes nas turmas de 2º e de 5º ano do Ensino Fundamental conseguissem dar o suporte de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática aos estudantes que iriam fazer a avaliação em larga escala³, que é o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Como professora da educação básica da rede pública de ensino, assiste-se a falta de profissionalização docente, em um contexto de responsabilização pelo considerado fracasso da educação brasileira. Pude vivenciar a cobrança repentina por uma mudança radical, como ter o foco em apenas nas avaliações de larga escala, utilizar principalmente o material do programa EpV, seguir e cumprir o cronograma de acordo com o que rege o programa EpV, etc., após 16 anos trabalhando com outras políticas educacionais já implementadas, cujos instrumentos eram os livros didáticos e paradidáticos patrocinados pelo governo federal em parceria com o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), em consonância com as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Plano Nacional da Educação (PNE), etc., fazendo meus planos de curso e de aulas de acordo com os objetos do conhecimento (conteúdos) e orientações vindas neles, trabalhando com todos os componentes curriculares, com o objetivo de promover tanto a aprendizagem, quanto a educação.

A partir de tudo o que vivenciei inicialmente, com a implementação do programa EpV, obtive um olhar mais aguçado para essa política educacional de governo, resolvendo utilizá-la como objeto de pesquisa em meu TCC do curso de Letras, evidenciando essa vivência com o programa apenas com a minha turma do 5º ano, com foco na Língua Portuguesa, desenvolvendo uma pesquisa sobre a formação do leitor fluente, que, em síntese, é aquele estudante que lê e compreende tipos e gêneros textuais, mostrando os resultados obtidos na minha turma por intermédio da avaliação de leitura, promovida pela equipe estadual do programa, bem como todo o contexto do programa sobre esse conceito e autores que dialogam sobre o leitor fluente.

O programa EpV utiliza-se do componente curricular Língua Portuguesa, diferente do que os professores da rede estavam acostumados a trabalhar com os alunos, usando o livro

³ A avaliação em larga escala do tipo Saeb, é um instrumento de acompanhamento global de redes de ensino com o objetivo de traçar séries históricas do desempenho dos sistemas, que permitam verificar tendências ao longo do tempo, com a finalidade de reorientar políticas públicas (Freitas, *et al*, 2009, p. 47).

didático desenvolvido pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) e ofertado pelo MEC. Passando a utilizar, a princípio, de um material semelhante a uma cartilha, contendo textos e poucos itens relacionados a eles. Nesse sentido, os professores tinham de fazer mapeamentos dos objetos do conhecimento desse material do EpV e complementar com o livro didático de Língua Portuguesa e Matemática, trabalhar de acordo com o cronograma exigido pelo programa, o qual é contemplado com a maior parte do tempo com o foco apenas nesses dois componentes curriculares, deixando apenas 30 minutos por dia para os demais componentes, mas nem sempre isso seria possível, pois a demanda para organização do cronograma do EpV era grande, sendo impossível seguir à risca e no tempo estipulado por ele.

A partir da implantação do programa EpV surgiram muitas inquietações e apreensões. Mesmo com as formações continuadas, os professores tinham muitas dúvidas sobre como utilizar o material, domínio dos objetos do conhecimento, aplicar os métodos e como planejar as aulas. Nesse sentido, muitos desses professores, assim como eu, reuniam-se a outros colegas de profissão para fazerem os planos de aulas da semana juntos, de acordo com o regime desse programa.

Tudo isso foi me instigando em conhecer mais sobre essa temática e, nessa perspectiva, elaborei um projeto tematizando as políticas educacionais, tendo como objeto de pesquisa o programa EpV, no qual evidenciava, ainda mais, o meu interesse em pesquisar e mostrar as possíveis contribuições dessa política educacional na rede pública de ensino no município de Mamanguape, porém, ressaltando que esse programa, também, está implementado em outros municípios da Paraíba, bem como em outros estados brasileiros, o que iremos ver mais adiante.

Com a intenção de aprofundar a pesquisa sobre significações do programa EpV no contexto das escolas públicas de Mamanguape na Paraíba e por fazer parte do grupo de docentes atuantes com esse programa, submeti esse projeto à linha de pesquisa Políticas Educacionais, a qual estuda as formas efetivadas das políticas, de um modo geral, públicas, no âmbito da educação, em que docentes, juntamente a seus discentes, realizam pesquisas que se originam de inquietações, curiosidades e/ou buscam a resolução de problemas ou conhecimentos de como essa política está sendo implementada, seja no setor municipal, estadual ou federal. Essa linha de pesquisa consiste nas perspectivas de análises sobre educação; estado e sociedade; políticas e práticas educativas e escolares; políticas de gestão, financiamento, participação e controle social na educação; políticas curriculares, de formação e valorização de professores, bem como de avaliação da educação.

A partir desse e outros entendimentos fui aprovada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), para dar continuidade à pesquisa sobre o programa Educação pra Valer na formação do leitor fluente⁴ no Ensino Fundamental Anos Iniciais.

A partir de tudo o que vivenciei atuando com o programa EpV, obtive um olhar mais aguçado para essa política educacional de governo advinda do município de Sobral no Ceará, lugar onde a educação ficou conhecida como a melhor do Brasil a partir dos altos índices nas avaliações externas. Por isso, é copiada por muitos empresários, sendo intitulada de "Sobralização da educação", ganhando destaque no cenário educacional brasileiro nos últimos anos, referindo-se ao modelo de gestão educacional implementado no município de Sobral no Ceará, que obteve resultados expressivos no Ideb.

Reconhecido como estado que obtém os melhores resultados nas avaliações externas, a gestão governamental juntamente a seus aliados prioriza a implementação de uma gestão profissionalizada e considerada por eles, como eficiente, com foco na meritocracia e na responsabilização dos resultados. Por isso, de acordo com Alves et al (2023, p. 55), “[...] em Sobral as consequências do trabalho pedagógico são aferidas por meio de testes elaborados pela escola e testes elaborados e aplicados pela Secretaria de Educação”. Nesse sentido, “[...] o resultado desses testes traz consequências para os alunos, professores, escolas e diretores (Alves, et al, 2023, p. 55).

Os autores ainda informam que essas consequências se apresentam de duas formas: “Para os alunos, na forma de intervenções pedagógicas específicas. Para os professores, diretores e escolas na forma de incentivos que poderão ou não ocorrer em função dos resultados” (Alves et al, 2023, p. 55). Nesse sentido, há investimentos na formação continuada e na valorização profissional dos professores, reconhecendo seu papel fundamental no processo educativo. Porém, há monitoramento constante para a verificação do desempenho dos alunos por intermédio de avaliações e acompanhamento individualizado, bem como investimento em infraestrutura escolar, garantindo um ambiente de aprendizado adequado e seguro. Para alcançar e/ou ultrapassar as metas nas avaliações em larga escala, utiliza os dados e indicadores para embasar decisões e políticas públicas na área da educação.

⁴ O leitor fluente possui três componentes: precisão, a habilidade fundamental de reconhecer e decodificar as palavras corretamente; a automaticidade, decodificação da palavra de forma rápida e sem esforço, sem a necessidade de soletrar ou analisar cada letra; e a prosódia, que dá vida ao texto, tecendo uma rica tapeçaria de emoção, clareza e significado (Puliezi; Maluf, 2014).

A Associação Bem Comum, de acordo com seu *site* “[...] participou da reforma educacional do município de Sobral/CE, onde o Ideb nos anos iniciais do ensino fundamental passou de 4,0 para 8,4 entre 2005 e 2019, ficando muito acima da média nacional de 5,7 em 2019 (ABEM, 2022a, p. 1).

A ABC “[...] também ajudou a estruturar o programa denominado Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), em 2007, na Secretaria de Educação do Estado do Ceará, que tinha por objetivo replicar o que deu certo em Sobral nos demais municípios cearenses. (ABEM, 2022a, p. 1). Satisfeita com os resultados, pois “[...]o Ideb do Ceará que, em 2005, era 2,8, passou a 6,3, ultrapassando a média brasileira (ABEM, 2022a, p. 1).

A partir dos resultados com o programa PAIC, foi pensado sobre a Sobralização da educação brasileira, ou seja, implementar o PAIC em todas as escolas brasileiras. Nesse sentido, o que era Pacto pela Alfabetização na Idade Certa - PAIC, passou a ser Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC⁵, o que de acordo com Aguiar e Carneiro (2020, p. 42355) tinha “[...] o compromisso de alfabetizar as crianças até, no máximo, o final do terceiro ano do ensino fundamental, sendo um programa voltado para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores”. Os autores ainda pontuam que o PNAIC, a partir do material de formação, propunha um “[...] denso embasamento teórico em relação aos conteúdos, os quais levam em conta concepções, conceitos, procedimentos, avaliações de aprendizagem, com o fito de alfabetizar e letrar as crianças do Ciclo de Alfabetização (Aguiar; Carneiro, 2020, p. 42355).

É de conhecimento de todos que atuam com a educação brasileira de que o modelo educacional de Sobral obteve resultados expressivos no Ideb, posicionando o município como um dos melhores do país em educação. No entanto, a "Sobralização" também gerou debates e controvérsias, como críticas à ênfase excessiva em avaliações e à homogeneização curricular, que podem limitar a autonomia dos professores e a criatividade nas aulas; questionamentos sobre a replicabilidade do modelo em outros contextos, considerando as desigualdades sociais e as diferentes realidades socioeconômicas do país; preocupações com a sustentabilidade do modelo a longo prazo, considerando os altos custos de implementação e a necessidade de constante investimento em infraestrutura e formação de professores.

A Sobralização apresenta aspectos positivos, como a valorização da gestão profissionalizada, a ênfase na formação continuada dos professores e o uso de dados para

⁵ Oficializado a partir do **Art. 1º** Fica instituído o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, pelo qual o Ministério da Educação (MEC) e as secretarias estaduais, distrital e municipais de educação reafirmam e ampliam o compromisso previsto no Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, de alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental, aferindo os resultados por exame periódico específico [...].

embasar decisões. No entanto, é importante considerar as críticas e os desafios para que o modelo possa ser adaptado e aplicado em diferentes realidades. Como pesquisadora e professora atuante num programa advindo das experiências de Sobral/CE, tenho o papel fundamental de verificar como essa política educacional vem sendo implementada nos estados e municípios brasileiros, principalmente em Mamanguape/PB, *lócus* de nossa pesquisa.

Para iniciar nossa pesquisa julgamos necessário a construção, verificação e análise das produções finalizadas sobre nosso objeto de pesquisa, que é o programa EpV. Para isso construímos o Estado do Conhecimento Acadêmico, doravante (EC).

É importante ressaltar que o programa EpV objetiva alfabetizar na idade certa, bem como formar leitores fluentes e conhecedores da matemática básica, por isso apresenta um material didático-pedagógico estruturado, exclusivo para a aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática. Para tal intento, apoia-se nas competências e habilidades previstas na BNCC, sendo esta, uma política de Estado, que foi desenvolvida devido a LDBEN, nº 9.394/1996 prever uma base de currículo, reivindicada pela sociedade civil, mas não a BNCC, uma vez que essa Base foi implementada para ser utilizada de maneira obrigatória para normatizar e unificar as aprendizagens, baseando-se nas evidências internacionais, não sendo construída democraticamente nas escolas brasileiras, tampouco consultada pelos docentes.

De acordo com Albino e Silva (2019, p. 138), “[...] apesar do texto se apresentar como conquista prevista em Lei, desde a Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), movimentos e associações do setor educacional se opuseram a sua aprovação”.

Nesse sentido, é importante reconhecer que a percepção dos docentes sobre a BNCC não é homogênea. Há aqueles que a veem como uma ferramenta valiosa para a educação, enquanto outros expressam preocupações e críticas, vista por alguns como um documento extenso e com carga horária excessiva, gerando sobrecarga de trabalho, limitando a autonomia dos docentes na organização do currículo e na escolha de metodologias de ensino, bem como na preocupação com a possibilidade dessa Base homogeneizar o currículo e desconsiderar as diferentes realidades socioculturais dos alunos.

O programa EpV se baseia nas habilidades e competências, que são apresentadas pela BNCC. Em Língua Portuguesa, por exemplo, se baseia pelos descritores que servem de guia para o professor trabalhar com os estudantes as potencialidades do texto, fazendo com que eles percebam que um texto, ao ser lido, deve ser compreendido – logo é necessário que se assimile que determinadas palavras contidas nos textos produzem diferentes efeitos de sentidos, de

acordo com o contexto em que elas estão inseridas. Para isso, utiliza-se de técnicas extras, as quais podem sobrecarregar tanto os professores quanto os alunos, pois na maior parte do tempo, de acordo com o cronograma desse programa, é cobrado o ensino e aprendizagem de objetos do conhecimento cobrados nas avaliações em larga escala por intermédio do Saeb, e que são relacionados ao que devem ser vistos e aprendidos nos componentes curriculares Língua Portuguesa e Matemática.

A partir desse pressuposto inicial sobre nosso objeto de estudo, o programa EpV, construímos o EC, o qual se enquadra como um mapeamento analítico, para que seja capaz a identificação das discussões das produções acadêmicas interligadas aos trabalhos publicados em periódicos, anais, bem como dissertações de mestrados, teses de doutorado, artigos científicos e afins, que dessem contribuições significativas e precisas sobre o nosso objeto de estudo dentro da pesquisa acadêmica e que fosse desenvolvida com mais afinco no programa de pós-graduação. Para isso, analisamos as produções com as percepções de alguns pesquisadores do campo da educação sobre o programa EpV.

É de fundamental importância, bem como desafiador, pesquisarmos o que já foi escrito sobre nosso objeto de pesquisa, a fim de darmos mais contribuições à sociedade sobre essa temática, a partir de mais uma pesquisa, contribuindo para a sua amplitude. Destarte, foi feito um levantamento das produções já concluídas e publicadas em *sítios* eletrônicos, principalmente em Programas de Pós-Graduação sobre o programa EpV.

O EC é um tipo de levantamento de produções alusivas a temas ou objetos de estudos, conhecendo pesquisas inovadoras, para se trabalhar dentro das lacunas existentes. Isso permite que o pesquisador busque e tenha uma amplitude do que está sendo pesquisado sobre o seu tema ou objeto de estudo. De acordo com o entendimento para uma definição sobre o EC, Morosini e Fernandes (2014) informam que a síntese da produção científica é um processo que envolve a identificação, registro e categorização de publicações científicas de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo. Esse processo tem como objetivo a reflexão e a síntese sobre o conhecimento produzido nessa área, identificando tendências, avanços e lacunas.

A identificação de publicações científicas foi feita por meio de buscas em bases de dados, como o *Google Scholar*, o *Google acadêmico*, *SciELO*, Portal de Periódicos da Capes, Repositórios, etc. O registro das publicações consiste na coleta de informações sobre elas, como título, autores, periódico, ano de publicação, entre outras. A categorização das publicações

consiste na organização delas em grupos de acordo com critérios relevantes, como área de conhecimento, metodologia, resultados, etc.

A reflexão e a síntese sobre a produção científica são etapas importantes do processo de síntese. A reflexão envolve a análise do conteúdo das publicações, identificando pontos comuns e divergentes, tendências, avanços e lacunas, consistindo, ainda, na apresentação dos resultados da reflexão de forma clara e concisa. É importante salientar que a produção científica é uma ferramenta valiosa para a compreensão do conhecimento produzido em uma determinada área, podendo esta ser utilizada por pesquisadores, profissionais e gestores para subsidiar a tomada de decisões, o planejamento de pesquisas e o desenvolvimento de políticas públicas. Francelino e Rebolo (2022, p. 3) acrescentam que o EC “[...] trata-se da realização de um inventário, com a catalogação, o registro, a descrição, a enumeração e a avaliação do material coletado”.

Além de ser uma maneira de ampliação do escopo de um determinado tema ou objeto que está sendo pesquisado, o EC é uma maneira de também encontrar, dentro desse mesmo tema ou objeto, determinadas perspectivas ou vieses que ainda não foram abordados, quais os pontos de vista que ainda não foram pensados sobre esse tema ou objeto. Ademais, o EC enquadra-se como uma metodologia bibliográfica que tem sido cada vez mais utilizada para analisar e estabelecer o estado corrente das pesquisas em determinadas áreas do conhecimento. Em educação, esse tipo de pesquisa tem sido utilizado com frequência, não somente para integrar os textos de teses e dissertações, mas também como iniciativas de grupos de pesquisa, escrita de artigos científicos, dentre outras. A utilização do EC em educação pode ser justificada por diversos fatores. Em primeiro lugar, a educação é uma área de conhecimento com um volume crescente de produção científica. Em segundo lugar, a educação é uma área complexa, com múltiplos enfoques e perspectivas. Em terceiro lugar, a educação é uma área em constante mudança, com novos desafios e problemas a serem enfrentados.

Uma das possibilidades que o EC oferece é buscar dentro da pesquisa que está sendo feita o que já existe sobre ela, o que já foi pesquisado ou discutido, assim como o que pode contribuir com o que ainda está sendo pesquisado. Para Francelino e Rebolo (2022, p. 3) “[...] pesquisas do tipo Estado do Conhecimento são consideradas um instrumento consistente de conhecimento, não apenas para quem o realiza, mas, também, para quem o utiliza para aprimorar seus trabalhos”.

É nessa perspectiva que esse tipo de estudo não se limita em apenas buscar as pesquisas já feitas, mas sim, fazer um estudo ampliado do que já foi pesquisado sobre o tema ou objeto de estudo, oportunizando uma leitura flutuante sobre as principais características relevantes em

cada trabalho encontrado como: título, palavras-chave, resumo, etc., para que se possa apurar e ampliar mais o olhar para ver se aquelas pesquisas que já foram feitas são aderentes àquilo que o pesquisador está buscando para ter uma base mais sólida para a sua pesquisa que ainda está em andamento.

Ainda sobre o EC, Francelino e Rebolo (2022, p. 5) corroboram que “[...] é possível reunir, em um único estudo, diversos conhecimentos e modos de conhecer, por vezes dispersos no cenário científico, sendo possível aumentar a área de abrangência da pesquisa”.

A partir desse ponto, é que se deve utilizar a base de dados encontradas para aplicar uma metodologia de análises, observando e interpretando cada produção a respeito do tema e/ou objeto de estudo pesquisado relacionado ao tema e/ou objeto de estudo do pesquisador. Francelino e Rebolo (2022) ainda afirmam que o pesquisador que se propõe a realizar um trabalho de EC precisa estar ciente de que não estará realizando apenas uma síntese de estudos anteriores, mas deverá elaborar uma análise crítica desses estudos. Essa análise crítica é essencial para que o trabalho seja relevante para a ciência. A análise crítica dos estudos anteriores deve envolver a identificação de pontos comuns e divergentes, tendências, avanços e lacunas. O pesquisador deve também avaliar a qualidade metodológica dos estudos e a relevância dos resultados para o tema pesquisado, permitindo ao pesquisador compreender a produção e a evolução do conhecimento sobre o tema pesquisado, sendo isso de fundamental importância para que o pesquisador possa contribuir com o avanço do conhecimento nessa área.

Visando colaborar com nossa pesquisa, foi realizado o EC em diferentes bases de dados, como – *Google* acadêmico, *Scielo*, Portal de Periódicos da Capes, Anais e Repositórios, a respeito de produções significativas sobre o objeto de estudo em questão – o programa EpV, a partir de visões correlacionadas das contribuições desse programa nas escolas onde está implementado.

Os critérios de inclusão utilizados foram de todas as produções existentes e compreendidas desde o ano da implementação do programa EpV, em 2018, até dezembro de 2023, sobre estudos que mencionam esse objeto de pesquisa, no título ou no corpo do texto. Em relação aos descritores utilizados para a elaboração do EC foram: Educar pra Valer; Políticas Educacionais; formação de professores; neoliberalismo; professor alfabetizador; ensino-aprendizagem e leitor fluente.

Com isso, as bases de dados acima mencionadas foram exploradas a fim de buscarmos, prioritariamente, produções que dialogassem sobre o programa EpV, porém, foi visto um número limitado de escritas como apresentado no Quadro 1.

É fundamental salientar que foram encontradas apenas 5 produções, sendo duas (2) no *Google* acadêmico, duas (2) no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e uma (1) no repositório digital da UFPE. Essas produções serviram de guia para orientação da leitura, da interpretação e a utilização para a comparação com nossos resultados. A baixa produtividade de produções que fazem referências ao nosso objeto de pesquisa se deve ao fato de o programa EpV ser uma discussão recente, o que o torna ainda mais necessário de ser abordado, levando em consideração que esse programa começou a ser implantado, mesmo que em poucos municípios, a partir de 2018, e que, no ano seguinte, em 2019, foi feita a primeira pesquisa sobre ele.

Nesse sentido, compreendendo que o prazo para a conclusão de um mestrado equivale a dois anos, observamos que a primeira pesquisa para uma dissertação concluída sobre o EpV ocorreu apenas em 2021 e pelo mesmo autor que contribuiu fazendo a primeira produção por intermédio de um artigo científico. Em 2022 houve mais duas dissertações, e em 2023, houve mais uma produção de dissertação de mestrado. Observamos que até o momento não foi desenvolvida nenhuma tese de doutorado mesmo sendo possível, caso tivesse sido iniciada ainda em 2018 ou 2019 - o que ainda pode estar sendo feita e publicada posteriormente.

Portanto, são apresentadas a descrição das produções acadêmicas e as bases de dados consultadas, conforme o seguinte quadro:

Quadro 1: Produções científicas encontradas apenas nessas bases de dados.

BASE DE DADOS	TIPO DE DOCUMENTO	TÍTULO DA PUBLICAÇÃO	AUTOR	ANO DE PUBLICAÇÃO	PALAVRAS-CHAVE	INSTITUIÇÃO/LOCAL
Google acadêmico	Artigo	Programa “Educar pra Valer” na rede municipal de educação em João Pessoa: primeiras impressões	DANTAS, José Aclécio; DANTAS, Lilian Karla de Lima Souza	2019	Programa educar pra valer, política educacional, aprendizagem, experiência.	CONEDU
Catálogo de Teses e Dissertações da Capes	Dissertação	Programa “educar pra valer”: em tempos de neoliberalização da educação	DANTAS, José Aclécio	2021	Neoliberalismo; Políticas Educacionais; Programa Educar pra valer	UFPB
Google Acadêmico	Dissertação	Um olhar sobre o Programa Educar pra Valer sob a perspectiva de professoras alfabetizadoras	NOBERTO, Sioneide da Paixão	2022	Alfabetização; Programa Educar pra Valer; Papel do professor	UFPB

Catálogo de Teses e Dissertações da Capes	Dissertação	Olinda, patrimônio que educa”: avaliação da implementação do Programa Educar pra Valer em Olinda/PE	BARBOSA, Hannah, Guimarães	2022	Avaliação de políticas públicas; Educação; Alfabetização; Implementação de políticas educacionais.	UFCE
Repositório digital da UFPE	Dissertação	Alfabetização no programa Educar pra Valer: o que propõem os materiais para o ensino da leitura e da escrita no 2º ano do ensino fundamental?	ANDRADE, Vivian Alves Souza	2023	Alfabetização; Livro didático; Sistema de ensino.	UFPE

Fonte: dados obtidos por intermédio do *Google Acadêmico*; Catálogo de Teses e Dissertações da Capes; Repositório digital da UFPE.

Para melhor compreender essas produções, destacamos as perspectivas de cada autor sobre o programa EpV e seus aspectos gerais e específicos, de acordo com a ordem em que forem apresentados no Quadro 1.

De acordo com Dantas (2019), a implementação do programa EpV nas escolas da capital paraibana mostrou significativos impactos, sobretudo, no currículo dos professores, desconstruindo suas metodologias para o ensino e aprendizagem. Dentro dessa perspectiva, o autor sinaliza que o programa EpV se mostra satisfatório em seus resultados, uma vez que a evolução da leitura foi nítida, inclusive pelos estudantes entrevistados para confecção de sua pesquisa em nível de artigo científico, os quais passaram a se sentir mais seguros com a nova prática avaliativa, que evolve a capacidade de leitura, escrita e oralidade.

O autor chama atenção para a necessidade de observar o programa EpV com um olhar reflexivo-crítico, especialmente porque apresenta aspectos delicados. Em outras palavras, entende que há pontos positivos e negativos, por isso, merece um olhar qualificado. Enquanto pontos positivos, destaca que o programa EpV, implementado nas escolas municipais de João Pessoa apenas nas turmas do 2º e 5º anos do Ensino Fundamental, teve como objetivo garantir aos estudantes acesso à aprendizagem, mais especialmente a sua permanência ao contexto da sala de aula, atenuando a evasão escolar, reprovação e incompatibilidade de série/idade.

O programa EpV permitiu formações docentes, a partir de uma nova metodologia a ser aplicada em sala de aula com os componentes curriculares Língua Portuguesa e Matemática (Dantas, 2019). Segundo o autor, um dos pontos negativos está na falta de entendimento acerca desse programa por parte do corpo docente, gestão escolar e demais participantes do processo

educativo dos estudantes, ou seja, há diversos contextos escolares que não compreendem a missão ou objetivo do programa. A própria implementação do programa EpV nas escolas municipais de João Pessoa demonstra que há muito o que avançar em termos de informações, já que as únicas informações que possuíam durante a sua implantação se “resvalavam dos processos avaliativos de leitura, língua portuguesa e matemática realizados pela equipe de especialistas da escola algumas semanas antes, sob ordens da secretaria de educação do município” (Dantas, 2019, p. 3).

Outro aspecto descrito por Dantas (2019) diz respeito à importância de entender que as experiências exitosas do programa EpV numa escola podem não se refletir em outros contextos, pois cada cenário escolar possui especificidades e o cotidiano escolar é diverso. Em termos específicos, o autor traz como exemplo a implementação desse programa nas escolas municipais de João Pessoa, oriundo do município de Sobral - CE, lugar que ficou conhecido como o melhor desempenho escolar e com os melhores resultados no índice do Saeb, ou seja, se apresentou como um desafio para alcançar os mesmos resultados do município de Sobral - CE. A exigência de replicar os mesmos resultados de Sobral - CE causou desconforto e angústia por parte dos docentes e outros atores das escolas municipais de João Pessoa, porque a princípio não se sabia do programa EpV. Ainda conforme Dantas (2019, p. 4), “[...] após os dois primeiros encontros as únicas certezas que tínhamos era que a rotina deveria ser mudada drasticamente e que a partir da data de implementação em sala de aula as únicas disciplinas que teriam ênfase seriam a língua portuguesa e a matemática”.

O objetivo principal que causou a implementação do programa EpV nas escolas de João Pessoa foi a necessidade de elevar o Ideb, assim como ocorreu na cidade de Sobral - CE. Segundo Dantas (2019, p. 6), nas escolas “[...] do município de João Pessoa o índice Ideb fechou o ano de 2017 em 4,9 e a taxa de aprovação em 0,89”. As avaliações utilizadas para efeito de implementação do programa EpV teve como base a diagnose, pois de acordo com Dantas (2019, p. 8) “[...] a avaliação foi construída propositalmente para induzir as crianças ao erro, hiperdimensionando os resultados negativos adquiridos e assim justificar a implantação do programa”. Em outras palavras, o autor afirma que na avaliação diagnóstica foram utilizados objetos do conhecimento não condizentes ou níveis mais avançados para que os estudantes fossem diagnosticados com conhecimentos baixos de aprendizagem. Nesse sentido, justificava-se a necessidade da implementação do programa EpV para que esses mesmos estudantes melhorassem a aprendizagem evidenciadas nas próximas avaliações.

Na abordagem apresentada por Dantas (2021) sobre a temática política educacional em tempos de neoliberalismo, tendo como objeto de pesquisa o programa EpV, o pesquisador traz em seu contexto a implementação repentina desse programa nas escolas municipais da capital paraibana, causando, a princípio, o desconforto e a saída da zona de conforto dos docentes por já terem parcialmente organizado as práticas curriculares, como de costume, para ano letivo de 2019, ano de sua implementação. Retrata, também, ações neoliberais identificadas a partir do seu plano de ação. Outrossim, verificou se no campo ideológico, o programa EpV está alinhado com as concepções neoliberalistas de educação, enfatizando as concepções de responsabilidade individual, a eficiência e a meritocracia, bem como analisar como o programa EpV reforça essas concepções ao colocar o foco na aprendizagem individual dos alunos e na responsabilização dos professores e gestores pelos resultados da aprendizagem.

Nas palavras de Dantas (2021), esse tipo de política é caracterizada pela privatização⁶, descentralização⁷ e responsabilização⁸ que incorpora essa característica ao estabelecer parcerias com organizações privadas, ao delegar responsabilidades para os municípios e ao responsabilizar os professores e gestores pelos resultados da aprendizagem, incorporando essa abordagem ao estabelecer metas de aprendizagem, ao monitorar o desempenho dos alunos, bem como dos professores e ao responsabilizar principalmente esses docentes pelos resultados da aprendizagem. O autor destaca, ainda, a racionalização do trabalho em sala de aula, milimetricamente medida em minutos de relógio, podendo levar a uma fragmentação do conhecimento e a uma descontextualização do ensino e exigindo dos professores essa obrigação de seguir um cronograma rígido, o que pode ocasionar dificuldade na exploração dos objetos do conhecimento de forma aprofundada e contextualizada, fazendo com que os docentes se interessem apenas pela leitura dos alunos, uma habilidade importante, mas não o único aspecto da aprendizagem, enfatizando que os alunos também precisam desenvolver habilidades de pensamento crítico, resolução de problemas e comunicação.

De acordo com Norberto (2022), o programa EpV, por não ser um programa do governo federal, tem maior autonomia para decidir quanto tempo pode ficar em cada município, mesmo

⁶ De acordo com Moreira (1998), a privatização é o processo pelo qual empresas privadas podem se especializar em áreas específicas do direito, oferecendo um serviço mais técnico e qualificado.

⁷ Lobo (1990) define descentralização como a transferência de poder e recursos de um nível de governo para outro, seja da administração direta para a indireta, de um nível para outro (federal, estadual, municipal) ou do Estado para a sociedade civil.

⁸ De acordo com Freitas (2013), é a obrigação ou disposição de aceitar a responsabilidade pelas próprias ações, garantindo que as decisões são tomadas no melhor interesse dos outros, que as pessoas são incentivadas para um bom desempenho e que a confiança é construída e mantida.

tendo em sua composição o período de assessoramento de duração de 4 anos. Para a autora, o programa EpV, assim como outros programas educacionais, possui significativo desempenho em muitos contextos escolares, que se estendem para os processos de ensino e aprendizagens em que estão inseridos estudantes, docentes e toda equipe de profissionais que compõem o ambiente escolar. Contudo, é fundamental conhecer os objetivos, missões, sentidos e significados de cada programa, além disso, é importante compreender que cada experiência é única, isto é, o que foi exitoso em um determinado contexto pode não se repetir em outro.

Essa ideia em muitos dos casos tende a ser um grande problema, especialmente porque o insucesso de um programa nem sempre está relacionado a sua forma de ser executado, mas sim, em como o programa e seus principais autores estão considerando o cenário escolar e as suas especificidades.

Do ponto de vista de Barbosa (2022), o programa EpV implementado no contexto das escolas de Olinda, em Pernambuco, baseou-se em alfabetizar os estudantes. De modo mais específico, “[...] estar alfabetizado é a base para desenvolver outros conhecimentos previstos ao longo da vida escolar” (Barbosa, 2022, p. 22). Implementado em 2019, o programa EpV inspirou diversas escolas a incorporar esse programa em seus contextos, especialmente pela proposta de ofertar “uma educação de qualidade”.

Para Barbosa (2022), a implementação do programa EpV trouxe mudanças para a educação do município de Olinda, em Pernambuco. É importante salientar que a proposta de implementar o programa EpV nas escolas desse município pautou-se pela necessidade de dirimir a falta de rendimento escolar nas escolas municipais. A autora ainda informa que o programa EpV surgiu como a “salvação” da educação em Olinda, principalmente pelos resultados em outros contextos escolares a partir da implementação desse programa em outros municípios, a exemplo de Sobral - CE, isso porque, conforme o resultado do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), encomendado para o município de Sobral - CE, no início de 2001, houve um levantamento do percentual de estudantes que sabiam ler, nas séries: 2º, 3º e 4º. Os diagnósticos foram assustadores, pois “[...] 60% dos estudantes que estavam iniciando a 2ª série, 40% dos estudantes da 3ª, e 20% dos estudantes da 4ª série não sabiam ler” (Barbosa, 2022, p. 24). A partir da criação da política de implementação de um programa subsidiado por Sobral - CE, “[...] a Prefeitura de Sobral comprometeu-se a reverter o preocupante quadro de analfabetismo evidenciado pelas avaliações externas e estabeleceu como prioridade da gestão municipal da educação a política de alfabetização na idade certa” (Barbosa, 2022, p. 25).

Andrade (2023) traz, em sua pesquisa, a abordagem dos materiais que o programa EpV utiliza para alfabetizar os estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental, trazendo, a princípio, memórias de programas de alfabetização implementados anteriormente pelo governo federal, ao defender a alfabetização na idade certa, a exemplo do Plano Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), em 2013, que tinha como instrumento de avaliação a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), e que mesmo com o empenho do governo não houve resultados satisfatórios, o que levou o fim desse programa em 2017. “[...] O desempenho dos estudantes do terceiro ano do Ensino Fundamental matriculados nas escolas públicas permaneceu estatisticamente estagnado na avaliação durante esse período” (Andrade, 2023, p. 21).

A partir dessa afirmação de insucesso, a autora traz em sua escrita uma abordagem do material didático, especificamente sobre o livro didático utilizado para a alfabetização, bem como um destaque para o material apostilado que vem sendo utilizado em parceria com as empresas privadas: “[...] adotam, por meio de parcerias entre os setores público e privado, financiados com verba pública, sistemas apostilados de ensino, cujos materiais didáticos não são submetidos a avaliações periódicas [...]” (Andrade, 2023, p. 40).

Sobre os materiais apostilados utilizados para alfabetizar os alunos do 2º ano do Ensino Fundamental pelo programa EpV, a autora relata a exclusividade do acesso apenas dos professores e alunos do programa. Esses materiais são: seis volumes de cadernos de atividades para os estudantes. Esses cadernos apresentam atividades variadas, com o objetivo de desenvolver as habilidades, principalmente, em leitura, escrita e matemática dos estudantes; seis volumes de cadernos de orientações didáticas para os professores. Esses cadernos fornecem orientações aos professores sobre como utilizar os cadernos de atividades com os estudantes; um exemplar de caderno de orientações gerais também para os docentes, o qual apresenta informações gerais sobre o programa EpV, como objetivos, metodologia e cronograma; um caderno destinado ao treino de fluência em leitura para os estudantes, com atividades para ajudar os estudantes a desenvolverem a fluência na leitura; uma plataforma digital com sistema de monitoramento para a inserção pelos professores dos resultados das avaliações de desempenho dos estudantes, denominada Sistema de Avaliação Educar pra Valer (SAEV). Essa plataforma permite aos gestores escolares inserirem os resultados das avaliações realizadas com os estudantes, para que sejam acompanhados pelo programa EpV.

A autora sintetiza a apresentação de cada material utilizado pelo programa para a tentativa de alfabetização na idade certa dos alunos, mostrando passo a passo de acordo com o que o programa EpV espera, trazendo as habilidades e competências, bem como as técnicas e

rotinas que o programa julga ser necessárias para que os estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental se apropriem e obtenham o êxito esperado. Traz também as concepções de alfabetização, leitura, escrita, avaliação, aluno, com olhares de autores que divergem a maneira como o EpV atua na tentativa de alfabetizar estudantes do 2º ano. Para isso, são expostos todos os materiais para este fim, com análises críticas sobre como o programa EpV modifica alguns textos, por exemplo, mudando seu formato original: “[...] as crianças leem textos descaracterizados, que não correspondem às versões que circulam na sociedade e com as quais convivem fora da escola” (Andrade, 2023, p. 78).

A partir das análises desses materiais do EpV, a autora diverge sobre a sua eficácia na aprendizagem, visando habilidades e competências elaboradas e trazidas pelos autores dos materiais: “[...] os autores concebem a leitura como um processo de decodificação de palavras e que as orientações didáticas são sempre as mesmas, seguem as mesmas sequências [...]” (Andrade, 2023, p. 68). A autora ressalta, ainda, que rotina trazida pelo programa EpV resulta em professores levarem seus alunos a uma memorização; não dando a eles os desafios para que possam entender os processos da aprendizagem em seu cotidiano. A autora finaliza informando que mesmo com um material apostilado diversificado, com uma variedade de textos e gêneros textuais, o programa EpV não contribui para a relação entre as atividades de apropriação do sistema de escrita alfabética e as práticas sociais de escrita e leitura.

Essas abordagens sobre minhas implicações com objeto de estudo, o programa EpV, e o EC serviram para esclarecerem, ainda mais, como a educação brasileira vem sendo modificada com o objetivo de alfabetizar os estudantes até os 7 anos de idade, promover a formação leitora fluente para melhorar os resultados nas avaliações externas. É com essa perspectiva que o programa EpV afirma ofertar uma educação de qualidade. Para isso, vem-se utilizando diferentes e diversas estratégias para alcançar seus objetivos.

Atualmente, a educação formal brasileira inicia-se pela Educação Infantil, tendo nesse ciclo o objetivo do desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. A Educação Infantil está dividida em duas fases: creche, que é destinada a crianças de 0 a 3 anos de idade; pré-escola, destinada a crianças de 4 a 5 anos de idade. Aos 6 anos a criança já deve ser inserida, no Ensino Fundamental Anos Iniciais até os 10 anos; a partir dos 11 anos ingressa nos anos finais também do Ensino Fundamental, concluindo essa etapa aos 14 anos de idade. O Ensino Fundamental tem como objetivo inicial a alfabetização e o letramento, o desenvolvimento da capacidade de raciocínio lógico, o conhecimento do mundo natural e social e a formação de valores éticos e morais.

Para Pereira (2006, p. 16), “[...] a escola deve, em primeiro lugar, estar a serviço da formação da cidadania que inclui a formação de valores e o resgate dos direitos a uma vida digna, priorizando a luta pela justiça social”. Nesse contexto, é argumentado que a escola deve priorizar a luta pela justiça social. Isso significa que ela busque promover a igualdade de oportunidades e a erradicação da pobreza e da desigualdade, destacando seu papel na formação de cidadãos conscientes e ativos, devendo ainda ser um espaço de construção de valores e de luta por uma sociedade mais justa. Para isso, a escola objetivará promover o debate sobre temas sociais e políticos; envolver os alunos em atividades de voluntariado e de participação social; incentivar o respeito à diversidade e à inclusão, promovendo, assim, a igualdade de oportunidades para todos.

Nessa perspectiva, alguns exemplos de práticas que podem contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica incluem: a) Formação continuada e de qualidade para os docentes, a fim de melhorar suas práticas pedagógicas; b) A infraestrutura adequada das escolas, com o objetivo da garantia de um ambiente de aprendizagem de qualidade; c) O acesso dos estudantes a recursos educacionais de qualidade, como livros, materiais didáticos e equipamentos tecnológicos e d) A participação da comunidade na educação, com o objetivo de contribuir para a melhoria do ensino.

Após a conclusão do Ensino Fundamental, a Educação Básica chega ao seu término com o Ensino Médio, que corresponde a um trajeto previsto por 3 anos, de acordo com Constituição Federal, promulgada em 1988. O objetivo do Ensino Médio é a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, a preparação para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Além da CF (1988), existem outros documentos legais que passaram a existir em consonância com a CF (1988), chamados de Leis infraconstitucionais, que não podem contrariar os Artigos, incisos e os preceitos já existentes daquele primeiro documento. Paralelo a CF de 1988, existem outros documentos que ajudam no cumprimento do que o rege, como LDBEN, PNE, BNCC, ECA, etc., assegurando, por exemplo, a garantia de que o estudante ingressante na Educação Básica pode ter o término previsto no Ensino Médio aos 17 anos, porém, esse tempo e idade podem ser ampliados. Esse direito de prolongamento dá a oportunidade aos cidadãos estudantes a concluírem a Educação Básica, bem como, a oportunidade de ingresso na Educação Superior posteriormente, aumentando seu objetivo que é desenvolver o educando, bem como assegurar-lhe para a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. É durante o Ensino Médio que o educando busca a

consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, a preparação para o exercício da cidadania e a qualificação para o mundo do trabalho.

Na Educação Básica também é esperada a ampliação de tudo aquilo que se aprende no convívio com os familiares, o que é acrescentado a partir do ingresso na educação formal, sendo este de responsabilidade do setor público ou do setor privado, o que se evidencia ser bastante salutar para o desenvolvimento humano, cuja previsão está na LDBEN, no Art. 22, informando que “[...] a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (Brasil, 1996).

É importante o entendimento que a educação básica tem a finalidade de uma formação integral, cujos sujeitos devem saber seus direitos e seus deveres: por isso, é compreendido quando se fala do exercício da cidadania, mas também, para o mercado de trabalho e sua qualificação contínua. Porém, a Educação brasileira ainda enfrenta diversos desafios, como a desigualdade de acesso e de qualidade, a falta de professores qualificados, a inadequação da infraestrutura das escolas, etc.

É a partir do ingresso na educação formal⁹ que o estudante desenvolve aptidões para ser um cidadão crítico-reflexivo, capaz de formar opiniões, buscando valer os seus direitos de expressão, mediante os vários entraves do contexto educacional, como a falta de escolas, nas grandes cidades brasileiras e, conseqüentemente, de vagas suficientes nas escolas públicas. Isso interfere no acesso aos direitos garantidos, de acordo com o que rege a CF de 1988. Esses entraves dificultam a eficácia para a obtenção do sucesso em diferentes esferas. Algumas das medidas que estão sendo tomadas para melhorar a educação básica no Brasil incluem o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece metas para a educação brasileira até 2024. Para alcançá-las, governos vêm procurando meios para que estas sejam alcançadas no tempo estipulado.

Ao mesmo tempo em que constam nos artigos da CF de 1988, bem como na LDBEN, sob a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, evidenciando que todos têm o direito à educação, inserir os jovens em instituições de ensino ainda requer bastante atenção no que preconiza essas mesmas leis, sobretudo, no que diz respeito à obrigatoriedade até o término do Ensino Médio. Ademais, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o Brasil ainda apresenta um número muito alto de pessoas com faixa etária entre 14 e 29

⁹ De acordo com Gaspar (2002, p. 1) “[...] a educação com reconhecimento oficial, oferecida nas escolas em cursos com níveis, graus, programas, currículos e diplomas, costuma ser chamada de educação formal”.

anos que ainda não conseguiram concluir o Ensino Médio. Isso corresponde a um percentual de 18%¹⁰, equivalendo a 52 milhões de pessoas que evadiram ou nunca conheceram a educação formal.

Um dos motivos por esse percentual tanto para os homens quanto para as mulheres é a necessidade de trabalhar, falta de interesse, prioridade dada à maternidade (no caso das mulheres), problemas de saúde permanente, falta de escola próxima à residência ou vagas insuficientes, bem como no turno desejado, etc. (IBGE, 2022). A Educação Básica no Brasil enfrenta desafios, dentre os quais estão a inequidade, pois o acesso à Educação Básica ainda é desigual e com diferenças significativas entre as regiões, entre os grupos sociais e entre as diferentes instituições de ensino; a qualidade, sendo esta, também, um desafio, com índices de reprovação e evasão escolar elevados, além de baixos resultados em avaliações externas, bem como o financiamento, que, mesmo com um aumento significativo, ainda é insuficiente, o que compromete a qualidade do ensino e a oferta de vagas.

Mesmo com uma melhora na diminuição do analfabetismo no Brasil em 2022, a preocupação ainda recai sobre pessoas consideradas vulneráveis e da região nordeste. De acordo com o censo “[...] em 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste¹¹” (IBGE, 2022). Nessa perspectiva, com o investimento em políticas públicas sociais e educacionais com responsabilidade, é possível a melhoria da qualidade do ensino, sendo possível, também, superar as dificuldades e garantir uma educação de qualidade para todos.

Isso evidencia uma das principais dificuldades para que a educação de qualidade ainda não seja/esteja sendo ofertada a todos os cidadãos brasileiros, burlando, em parte, o que rege no Artigo 246 da CF (1988), em que evidencia o abandono de intelectual, ocorrendo quando os estudantes de até 17 anos de idade não frequentem, regularmente, uma instituição de ensino formal, acarretando detenção ou multa aos pais ou responsáveis, o que não se evidencia esse acarretamento.

Por isso, acreditamos que para o governo, o maior desafio não é assegurar, apenas, o direito à educação formal, mas a permanência dos estudantes nas escolas, com oferta de uma educação de qualidade. Mas, o que seria uma educação de qualidade? Pode ter seu conceito definido a partir de uma construção histórica, que assume diferentes significados em tempos e espaços diversos. Esse conceito está relacionado com os lugares de onde falam os sujeitos, os

¹⁰ Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens%252520/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>

¹¹ Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens%252520/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>

grupos sociais a que pertencem, os interesses e os valores envolvidos, e os projetos de sociedade em jogo (Brasil, 2010).

Esse conceito de qualidade foi construído, a princípio, por estar na CF de 1988, que é a Lei maior da garantia de uma educação para todos, porém, a partir da implementação do PNE, aprovado e sancionado no ano de 2014, com vigência por 10 (dez) anos, esse documento foi um projeto que vinha sendo pensado há alguns anos, pelo então presidente da República que presidiu o Brasil no período de 2003 a 2011, Luiz Inácio Lula da Silva, e que foi concluído pela sua sucessora, a então presidente Dilma Rousseff no ano de 2014. Ambos enxergavam a educação como uma prioridade. Todavia, a qualidade da educação é um conceito complexo e multidimensional, que não pode ser definido de forma única e universal. Diferentes atores sociais, como educadores, políticos, pais e estudantes, podem ter concepções diferentes sobre o que é uma educação de qualidade. A partir da conquista unânime de uma educação de qualidade, sucumbem, automaticamente, a evasão escolar, que é um dos seus maiores entraves para o avanço da educação para todos. Para Ferreira (2014), a evasão escolar acontece devido a vários fatores que correspondem a escolas não atrativas e autoritárias, professores não qualificados etc., incentivando, assim, alunos desinteressados, bem como pais e responsáveis que não se interessam pelo futuro de seus filhos. Quando essa questão é voltada para o social, percebe-se que a evasão acontece, também, por incompatibilidade de horários quando, muitas vezes, o estudante tem de trabalhar para ajudar nas despesas de casa.

Mesmo a CF (1988) notificando em seu Art. 206, no inciso VII sobre a garantia de educação de qualidade e o direito e a oferta escolar, também, no período noturno, muitas vezes os estudantes que optam por esse turno não conseguem finalizar o ano letivo vigente, tampouco a Educação Básica devido ao cansaço por trabalhar durante o dia, causando, assim, a evasão escolar.

Diante do exposto, o que seria, realmente, esse padrão de qualidade na Educação brasileira? Esse padrão é enxergado como um conjunto de diretrizes e critérios que buscam garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação, alcançando todos os seus objetivos de acordo com cada etapa. Esses padrões podem ser definidos por diferentes setores sociais, como governos, organizações internacionais e instituições de ensino. O padrão de qualidade na Educação Básica é definido pela LDBEN, que estabelece que a educação deve ser "democrática, gratuita e de qualidade, com base nos princípios de igualdade, equidade e liberdade". A LDBEN também estabelece que a qualidade da educação deve ser avaliada por meio de indicadores, como o desempenho dos educandos em avaliações externas, a taxa de aprovação e a taxa de

evasão escolar. Além da LDBEN, outros documentos também contribuem para a definição do padrão de qualidade na educação básica no Brasil. Entre eles, destacam-se: o PNE, que estabelece metas para a educação brasileira, incluindo a melhoria da qualidade da educação básica; a Base Comum Curricular - BNCC¹² (2018), que concebe a educação de qualidade a partir de “[...] aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento”.

Para isso, os alunos devem ter acesso a uma educação que lhes proporcione os conhecimentos e as habilidades necessárias para o sucesso acadêmico e profissional que resulte na equidade, cuja educação deve ser acessível a todos os alunos, independentemente de sua origem social, raça, gênero ou deficiência, promovendo, assim, a inclusão, que é uma maneira de ofertar uma educação acolhedora e que valoriza e respeita a diversidade dos educandos, promovendo o desenvolvimento integral dos discentes em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

Nesse sentido, algumas políticas educacionais tanto de estado quanto de governo, ao serem implementadas, buscam seguir o que regem esses documentos oficiais e em consonância com a CF (1988), com a convicção de que, principalmente, a BNCC unifica as aprendizagens por intermédio das competências e habilidades, com o objetivo de que todos estudantes possam alcançá-las e assim terem os conhecimentos necessários para seu desenvolvimento humano.

A partir da CF de 1988, diversos direitos foram conquistados por Lei, porém, existem as lacunas, as quais dificultam o constante progresso, fazendo com que a educação brasileira reavalie as implementações das políticas públicas sociais, incluindo as políticas educacionais.

A educação brasileira em todos os seus níveis e ciclos carece de maior atenção, a exemplo de implementações, com responsabilidade, de políticas públicas educacionais, como investimentos em melhores salários e condições de trabalho para professores, alunos e toda comunidade acadêmica, promovendo, assim, melhorias para uma educação de qualidade para todos, sem distinção de gênero, raça, classe social, para que possa ser assistida da melhor forma possível. Em se tratando desse contexto de desigualdade, foi possível identificar ainda mais, durante a pandemia da Covid-19, a acentuada desigualdade social e seu impacto na educação em todo o mundo, principalmente nos países em desenvolvimento. As medidas de contenção, como o distanciamento social e o fechamento de escolas, afetaram milhares de estudantes,

¹² A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica [...] (Brasil, Ministério da Educação, 2018, p.7).

professores e toda comunidade escolar. Entre os impactos negativos durante a pandemia na educação estão: fechamento de escolas e universidades; aprendizagem apenas de maneira remota e sua oferta apenas para a minoria; aumento da desigualdade social, bem como educacional; impacto na saúde mental; lacunas de aprendizagem; a obrigatoriedade de adaptações dos professores e estudantes na modalidade remota e *on-line*; a exclusão na oferta de aprendizagem por falta de internet para os alunos, além de outros impactos que afetam diretamente a educação e o processo de ensino e aprendizagem como a vulnerabilidade social vivenciada por muitos brasileiros no período pandêmico.

É válido salientar que em nosso país essa vulnerabilidade não se instaurou apenas durante a pandemia, o que houve foi uma verdadeira demonstração do quão desigual são as condições de vida para os mais vulneráveis. Com vistas a tentar reduzir essas condições de vulnerabilidade social e de miséria durante a pandemia, políticas sociais, como é o caso da Bolsa Família e Auxílio Emergencial, se mostraram ainda mais necessárias. Em termos gerais, as políticas sociais e educacionais tanto antes, durante, quanto pós-pandemia são fundamentais para lidar com os desafios e impactos negativos causados pela crise sanitária global, pois a desigualdade é uma disparidade entre pessoas, podendo ser usada para descrever diferenças em riqueza, renda, acesso a oportunidades, ou qualquer outra medida de bem-estar, todavia, a desigualdade é um problema complexo que pode ter causas e consequências variadas que envolvem fatores econômicos, os quais são responsáveis pela distribuição de renda e riqueza, as políticas econômicas e o acesso ao crédito; fatores sociais, que envolvem o racismo e a discriminação; fatores políticos, envolvendo a corrupção e a falta de transparência; e fatores ambientais, causando riscos ao meio ambiente ou no acesso aos recursos naturais entre pessoas ou grupos.

No tocante ao início da pandemia da Covid-19, ainda em 2020, a Associação Bem Comum (ABC), por intermédio do programa EpV e seus parceiros, buscou desenvolver estratégias para que profissionais do setor educacional de Mamanguape na Paraíba não estacionassem suas atividades para que os alunos não ficassem sem rotina. Enquanto isso, atividades foram elaboradas pela Secretaria de Educação e entregues nas escolas, para que os professores trabalhassem com os estudantes de maneira remota e *on-line*. Para aqueles alunos desprovidos de internet, a escola fazia a entrega em suas residências.

As formações e encontros com o setor da educação passaram ser *on-line*, via plataforma Zoom. Assim que o programa EpV apresentou sua proposta para as aulas apenas *on-line*, os professores tiveram de se reinventar, mais uma vez, pois tinham de buscar estratégias para que

os alunos se interessassem pelas aulas não presenciais, fazer relatório mensalmente da turma, plano de aula diferente, com adaptações devido à pandemia; bem como fazer de suas casas a sala de aula e usar seus equipamentos digitais, a exemplo de álbum de fotos dos alunos, com atividades, relatórios, vídeos e afins para que pudessem contribuir na educação dos estudantes. Tudo isso sem aumento de salário para a categoria dos professores (inclusive foram acusados de não trabalharem) e sem assistência financeira para arcar com as demais despesas, como materiais de trabalho exigido no momento - *internet*, *notebook*, computador, tablete ou afins para os professores, tampouco para os estudantes. Nesse sentido, os alunos que não podiam assistir as aulas por falta de *internet* continuavam recebendo o material em casa e os pais ou responsáveis se encarregavam de deixar esse material nas escolas no prazo estipulado pela escola, o que não funcionou como previsto.

Essa metodologia adotada perdurou até o último bimestre do ano de 2020, quando, aos poucos, as escolas foram voltando com suas atividades presenciais e remotas, ao mesmo tempo, pois não havia obrigatoriedade de os alunos voltarem às aulas presenciais. Isso fez com que os professores ficassem, ainda mais, sobrecarregados, atuando nessas duas maneiras, principalmente para quem trabalhava com mais de uma turma e/ou outro município. No tocante a esse contexto, Jakimiu (2021, p.131) afirma que “[...] em um país com profundas desigualdades sociais e educacionais, o ensino remoto emergencial, quando implantado de forma acrítica, pode levar à precarização e substituição permanente do ensino presencial pelo ensino não presencial”.

A autora argumenta que o ensino remoto emergencial é uma medida necessária em situações de emergência, como a pandemia de Covid-19. No entanto, ela afirma que o ensino remoto não é uma alternativa viável para o ensino presencial, pois não atende às necessidades de todos os alunos. Durante a pandemia da Covid-19 muito se ouviu sobre altas chances das aulas que estavam sendo *on-line*, permanecerem, prejudicando os docentes por intermédio de rumores que eles perderiam seus empregos. Aos poucos foi-se compreendendo que o ensino remoto emergencial deveria ser utilizado apenas como uma medida temporária, devendo o ensino presencial ser priorizado o quanto mais rapidamente possível. É importante ressaltar que o ensino remoto pode ser uma ferramenta eficaz para a educação, desde que seja implementado de forma adequada. No entanto, é importante que o ensino presencial seja priorizado, pois é por seu intermédio que ainda é possível garantir a qualidade da educação para os estudantes.

De acordo com o que rege os documentos alusivos ao programa EpV, ele está sendo implantado e implementado nas escolas públicas dos municípios brasileiros com o objetivo de

melhorar os problemas sociais, realizando políticas públicas educacionais que buscam estudantes de escolas públicas na idade considerada certa, não levando em consideração que cada criança tem o seu tempo de aprendizagem, o que se deve é incentivá-la para que a aprendizagem aconteça de maneira espontânea; não linear para todas as crianças, sem cobranças desnecessárias e irresponsabilidades.

O processo de implementação do programa EpV trouxe muitas mudanças, a começar pela exclusão da maioria dos componentes curriculares, priorizando, apenas, Língua Portuguesa e Matemática, mudança no material didático e modificação nas formações continuadas dos professores, acréscimo de formação, sendo implementada, também, para os demais profissionais que atuam com o programa, como: coordenação e gestão escolar, treinadores de leitura, professores de reforço escolar, tudo para que os objetivos do programa EpV sejam alcançados, e, para isso, essas formações são alusivas a assuntos relacionados ao regimento do programa EpV, que visa elevar o Ideb, criado em 2007, o qual “[...] passou a ser a principal referência do governo para aferir a qualidade na educação. O Ideb mede o desempenho do sistema, estabelecendo uma escala que vai de zero a dez” (Oliveira, 2011, p. 328).

A implementação desse programa de maneira repentina gerou um pânico, principalmente entre os professores, pois, a princípio, por falta de informações suficientes sobre as modificações que ocorreriam naquele ano letivo devido as avaliações em larga escala. A própria equipe designada pela Secretaria de Educação, a princípio, não sabia como orientar os professores, o entendimento começou a acontecer apenas quando começaram as formações, porém, as dificuldades começaram a surgir, pois o método do programa era diferente de todos que já tinham sido implementados, e nas formações sempre haviam críticas feitas pelos professores e uma nítida demonstração do grau de dificuldade em acertar na metodologia que o programa EpV apostava para ter seus objetivos alcançados.

Sobre tal contexto, Freitas (2014) nos diz que a partir de quando o discente tem direito a estudar todos os componentes curriculares que promovam, além da aprendizagem na leitura, escrita e contagem de números, promove, também, o pensamento crítico e reflexivo desses estudantes, que são dimensões necessárias para a formação humana, seguindo o que rege na LDBEN, no Art. 22, ao afirmar que “[...] a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (Brasil, 1996, p. 11).

Para que a educação de qualidade seja promovida um dos elementos indispensáveis é o estudo de todas as áreas do conhecimento, a exemplo das ciências humanas intermediadas pelos

componentes curriculares como História, Geografia, Ensino Religioso, etc., trazendo, também, as suas contribuições para o desenvolvimento humano já nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Freitas (2014) alerta que quando o currículo escolar é focado em poucos componentes curriculares, como português e matemática, as demais áreas de desenvolvimento da criança, como a artística, a criativa, a afetiva e a corporal, ficam em segundo plano. O autor ainda destaca que os empresários e seus apoiadores defendem uma educação instrumentalizada, que visa preparar os alunos para o mercado de trabalho. Essa concepção de educação é baseada na ideia de que a educação deve ser focada em competências técnicas e habilidades específicas, que sejam úteis para o mundo do trabalho (Freitas, 2014).

A partir do exposto, isso pode levar a uma série de problemas, como não desenvolver seu potencial criativo e artístico; a criança pode ter dificuldade de lidar com suas emoções e de se relacionar com os outros; a criança pode ter problemas de saúde física e mental. Ademais, o estreitamento curricular pode levar à banalização dos objetos do conhecimento dos componentes curriculares. Isso ocorre porque, quando esses componentes curriculares são abordados em projetos interdisciplinares, os objetos do conhecimento são fragmentados e superficiais.

Mesmo o programa EpV informando que o professor pode trabalhar outros objetos do conhecimento de forma interdisciplinar, devido a demanda da rotina e a execução das atividades atribuídas diariamente, o professor tende a não conseguir trabalhar, ao menos como deveria, devido ao tempo dedicado exclusivamente aos objetivos do programa que irão ser explanados mais adiante no capítulo 4.

A partir de quando se pensa em apenas resultados nas avaliações em larga escala, os estudantes perdem o direito de obterem uma educação de qualidade, a qual tem o poder de promover seu desenvolvimento de maneira satisfatória. Nesse sentido, é importante que o currículo escolar seja amplo e diversificado. Os componentes curriculares devem ser ensinados de forma integrada, de modo a promover o desenvolvimento integral da criança, e, para isso, deve-se inserir componentes artísticos, como música, artes visuais e dança no currículo escolar, bem como promover atividades extracurriculares, como esportes, clubes de leitura e oficinas de artes, abordar temas transversais, como meio ambiente, cidadania e diversidade, nas aulas de todos os componentes curriculares.

Outrossim, é importante que os professores tenham uma formação pedagógica que os prepare para promover o desenvolvimento integral dos discentes. Os docentes devem ser capazes de planejar aulas que sejam significativas e relevantes para seus discentes, e que

promovam o desenvolvimento de habilidades cognitivas, socioemocionais e motoras. É importante que a sociedade discuta e reflita sobre as diferentes concepções de educação que existem, pois é preciso garantir que a educação seja um direito de todos e que seja voltada para o desenvolvimento integral do estudante a partir de seu ingresso na escola formal.

No ano de implementação, em 2019, em Mamanguape, o programa EpV utilizou um material didático que era obrigatório ser explorado, pois continha objetos do conhecimento que eram evidenciados nas avaliações externas, e isso me proporcionava uma responsabilidade de dar conta do ensino diferente do que eu estava acostumada e que eu teria de dar conta daquele novo método, o qual surgiu e excluiu o método anterior repentinamente. Mesmo vindo “pronto”, como professora eu entendia que aquele material precisava de adaptações, mudanças, incremento, complemento e de muito estudo para ser entendido e fazer o plano de aula de acordo com o regimento do programa EpV que era alfabetizar e formar leitores fluentes.

Em Língua Portuguesa, por exemplo, só vinha um texto de um gênero com duas questões alusivas a ele, mas vinham orientações para o professor trabalhar esse mesmo texto.

Diante do exposto, esta pesquisa tem a seguinte problemática: implementado desde o ano de 2019 na rede municipal de ensino no município de Mamanguape na Paraíba, como o programa EpV, política educacional de governo, vem contribuindo no processo de alfabetização ao mesmo tempo que promove o direito à educação de qualidade? Parte-se do pressuposto de que essa política de governo é (re) contextualizada e que se (re) organiza a partir dos processos já existentes e influenciáveis, objetivando dar contribuições, todavia, no mesmo viés, que apresentamos com mais precisão no capítulo 4.

Nessa perspectiva, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar as possíveis contribuições do programa Educar pra Valer enquanto política educacional que visa a alfabetização na idade certa e na formação do leitor fluente, verificadas nas turmas de 5º ano das escolas da rede municipal de Mamanguape/PB, em 2022, segundo as percepções docentes.

No que tange aos objetivos específicos: (a) descrever e analisar o programa EpV, explanando seus objetivos, suas parcerias e seu contexto no município de Mamanguape na Paraíba; (b) analisar a percepção dos docentes sobre o programa EpV enquanto política educacional voltada à melhoria da qualidade da educação; (c) investigar quais mudanças ocorridas na prática pedagógica para obtenção da formação leitora e da melhoria da qualidade da educação segundo a percepção dos docentes.

Para a precisão dos resultados, contamos com a colaboração dos docentes, sujeitos de nossa pesquisa, sendo estes do quadro efetivo das escolas da zona urbana que lecionaram com

as turmas de 5º ano, em 2022, uma vez que a maioria ou todos esses estudantes são aqueles que foram contemplados, em 2019 (ano da implementação), nas turmas dos 2º anos e que, em 2022, foram ingressantes das turmas dos 5º anos.

A escolha por esses docentes para colaboração na nossa pesquisa foi motivada devido a estes terem mais tempo de serviço, logo, podem responder aos itens do questionário com mais precisão devido a sua experiência. Nesse sentido, podem verificar fazendo uma comparação como a aprendizagem era ensinada antes da implantação do programa EpV, bem como se a partir das contribuições do EpV nas escolas em que eles lecionam houve mudanças significativas ou não. A exclusão dos docentes da zona rural foi ocasionada devido aos estudantes estarem em um quantitativo consideravelmente inferior ao da zona urbana, em que, geralmente, são formadas turmas conhecidas como multisseriadas, ou seja, em uma única sala de aula pode haver turmas distintas para um único docente.

A pesquisa está organizada em 6 capítulos. O capítulo 1 é a **Introdução**, contemplado com uma breve apresentação autobiográfica da mestrandia; a explanação de suas implicações com o objeto de estudo, o programa EpV; apresentação da construção do Estado do Conhecimento Acadêmico, mostrando as produções existentes sobre o objeto de pesquisa, bem como a análise dessas produções que subsidiaram o entendimento do que se vinha pesquisando sobre o programa EpV; contextualização da educação brasileira e sua qualidade na contemporaneidade. Para esse desenvolvimento, adotamos como fundamentação teórica os documentos legais e oficiais como a Constituição Federal - CF (1988); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (1996); Plano Nacional da Educação - PNE (2014); Base Nacional Comum Curricular-BNCC (2018), bem como autores que dialogam sobre todos esses aspectos encontrados neste capítulo, como Morosini e Fernandes (2014); Francelino e Rebolo (2022); Pereira (2006); Jakimiu (2021); Dantas e Dantas (2019); Dantas (2021); Norberto (2022); Barbosa (2022); Andrade (2023), entre outros.

O capítulo 2 apresenta os **Caminhos teórico-metodológicos**. Trata da trajetória de construção da pesquisa, trazendo um conjunto de procedimentos que foram utilizados para coletar, analisar e interpretar os dados da pesquisa, de acordo com seus objetivos e os tipos de dados que foram coletados. Para esse capítulo trouxemos autores para dialogar com o que pretendíamos desenvolver, como: Minayo (2014); Gil (2002, 2008); entre outros.

No capítulo 3, trouxemos as **Políticas públicas educacionais brasileiras - das políticas de estado às políticas de governo**, trazendo conceitos, suas diferenças e como elas são atuadas permanente e temporariamente em um determinado local, sua importância para a melhoria da

qualidade da educação, seja no âmbito municipal, estadual ou federal. Para esse estudo dialogamos com Oliveira (2011); Höfling (2001); Sousa e Silva (2016), entre outros.

Trouxemos nosso objeto de pesquisa no capítulo 4, abordando a respeito da **Apresentação do programa Educar pra Valer (EpV)**, expondo sua história de implantação e implementação, seus objetivos e o que se espera a partir da atuação de todos os sujeitos participantes que buscam alcançar esses objetivos. Colaborando para a execução deste capítulo, dialogamos com os fundadores e parceiros deste programa por intermédio de sites e outros documentos da ABC (2018); EpV (2018; 2022; 2023); Fundação Lemann (2019); Lyceum Consultoria Ltda. (2018); Acordo de Cooperação (2019); Plano de Trabalho (2019); etc.

No capítulo 5, intitulado **Percepção docente: paradoxos do programa Educar pra Valer (EpV)**, as análises e discussões são apresentadas sobre as percepções dos docentes, com ênfase, principalmente, no ano de 2022, durante a atuação destes com o programa EpV, dialogando com a autora desta dissertação, os documentos legais, bem como autores que entendem e que contribuem para as análises, como: CF (1988), LDBEN (1996), BNCC (2018), Ball e colaboradores (2021), Freitas (2012; 2014), entre outros.

No capítulo 6, trouxemos as **Considerações finais**, trazendo uma síntese de todos os capítulos, os resultados da pesquisa, as contribuições para minha formação como docente, bem como os futuros estudos sobre essa mesma temática.

Para que esta pesquisa acontecesse, inicialmente, se fez necessário escolher os caminhos teórico-metodológicos, que nos guiou para a construção desta dissertação e que mostraremos no capítulo a seguir.

2 CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: A TRAJETÓRIA DA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Neste capítulo construímos a nossa trajetória investigativa explicitando, inicialmente, como se compreende uma pesquisa descritiva, buscando elementos que a subsidiasse, como a abordagem quanti-qualitativa, o instrumento utilizado para coleta de dados, a análise documental, informação sobre o *lócus*, o universo, os participantes e os procedimentos técnicos desta pesquisa, com o objetivo de detalhar cada procedimento da sua construção. Essa construção favoreceu a pesquisadora a conhecer melhor e de forma mais aprofundada a realidade atrelada ao objeto de estudo, na abordagem escolhida, a quanti-qualitativa, na qual se busca observar, analisar e interpretar criticamente diversas questões e processos socioculturais relacionados ao problema de pesquisa, a partir de três categorias: Políticas Educacionais, Qualidade da educação e o programa Educar pra Valer. Também descrevemos a forma como cada fase da pesquisa foi realizada, como se deu a seleção dos sujeitos participantes da pesquisa e a obtenção e análise dos dados.

2.1 PESQUISA DESCRITIVA

A pesquisa descritiva é um tipo de pesquisa científica que tem como objetivo descrever, analisar e interpretar as características de um determinado fenômeno, enxergando o pesquisador como um explorador que mapeia um determinado território em detalhes, buscando compreender seus elementos e relações. De acordo com Gil (2002, p. 1), “[...] serão inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas estão na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistêmica.

Nesse sentido, a pesquisa descritiva busca descrever e analisar um fenômeno, sem necessariamente buscar relações de causa e efeito, podendo ter sua abordagem quantitativa, qualitativa, ou uma combinação de ambas, o que se denomina abordagem quanti-qualitativa ou mista. Na pesquisa descritiva, o pesquisador, além de mapear as características, busca os elementos e as relações de um determinado objeto de estudo, podendo analisar as diferenças e similaridades entre contextos distintos, medir o impacto de uma ação ou programa sobre um determinado grupo ou situação.

Outrossim, Gil (2002, p. 1) afirma que “[...] entre as pesquisas descritivas, salientam-se aquelas que tem por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental etc.”.

É importante esclarecer que esse tipo de pesquisa não busca identificar causas e consequências, apenas descrever o fenômeno, podendo ser custosa e demorada, especialmente se for realizada em larga escala, sendo um instrumento valioso para explorar e compreender um determinado fenômeno. Ao escolher este tipo de pesquisa, é importante definir claramente seus objetivos, métodos e instrumentos de coleta de dados para garantir a qualidade da investigação.

Nossa pesquisa se caracteriza como descritiva, porém, de acordo com os procedimentos a serem feitos, houve a necessidade da submissão para aprovação do Comitê de ética por se aplicar um questionário aos participantes, que foram os docentes da rede municipal de ensino de Mamanguape/PB. Os procedimentos e a aplicação do questionário foram iniciados após a qualificação desta dissertação, que aconteceu em junho de 2023. Em julho de 2023, iniciei essas visitas às escolas, fazendo reuniões com a gestão e coordenação escolar, e, em seguida, com os docentes que foram os sujeitos participantes. Em seguida, foram apresentados os objetivos da pesquisa e o TCLE para que os docentes ficassem cientes de que não seriam obrigados a participarem, porém, conscientes da importância da pesquisa.

Nesse sentido, após todos os esclarecimentos, foi deixado o instrumento de coleta de dados, o questionário e um prazo estipulado de 30 dias, porém, sabendo-se das demandas dos docentes, foi pego o contato de telefone para avisá-los sobre a entrega do questionário dez dias antes do prazo final. Depois foi recolhido nas escolas com cada docente participante da pesquisa. Todos esses processos duraram em torno de quatro meses, de julho a novembro de 2023.

Como pesquisadora me posicionei como tal, tendo centralidade, e, principalmente a ética, que “[...] é um termo que perpassa por diferentes campos, algo complexo que atinge as mais variadas áreas relacionadas ao comportamento humano, seja na saúde, na política, na religião, no trabalho, na educação, dentre outros” (Sousa; Klein, 2020, p. 117).

Nessa perspectiva, busquei dialogar com os funcionários das escolas, principalmente com aqueles que foram os participantes desta pesquisa, uma vez que também atuei com o programa EpV, principalmente no ano de sua implementação no município de Mamanguape/PB, e isso fez com que eles pudessem compreender quão precisa estava sendo a pesquisa, principalmente por se tratar de uma política educacional que envolve um público

diversificado e qual a importância dos resultados para a sociedade, bem como para outros pesquisadores que irão se inspirar nesta pesquisa após seu término.

2.2 A ABORDAGEM QUANTI-QUALITATIVA

A pesquisa quanti-qualitativa, também conhecida como pesquisa mista, integra métodos quantitativos e qualitativos para obter uma compreensão mais completa do problema de pesquisa. É uma abordagem holística, que oferece uma visão abrangente, combinando a generalização e a mensuração da pesquisa quantitativa¹³ com a riqueza e a profundidade da pesquisa qualitativa¹⁴. De acordo com Machado (2023, p. 16), tanto a pesquisa quantitativa quanto a qualitativa “[...] são necessárias, mas às vezes são insuficientes para a realidade observada. Isso posto, essas abordagens devem ser usadas no intuito de complementação, em conformidade com o planejamento da investigação que se quer realizar”.

Na visão de Machado (2023, p. 17) “[...] ainda que haja a necessidade de observação das duas abordagens metodológicas supracitadas, a divergência entre as duas é de longa data. A despeito disso, merece explicitar que as duas modalidades de pesquisa são totalmente relevantes para os pesquisadores.

A pesquisa quanti-qualitativa apresenta uma junção entre a quantidade e a qualidade. Nesse sentido, faz-se um levantamento tanto quantitativo, utilizando questionários, entrevistas estruturadas, testes; quanto um levantamento qualitativo, obtendo-se a profundidade nos grupos focais, análise documental, etc.

Como a pesquisa quanti-qualitativa é a junção da pesquisa qualitativa e da quantitativa, Minayo (2001, p. 22), ressalta que “[...] a diferença entre abordagem qualitativa e quantitativa da realidade social é de natureza e não de escala hierárquica.

Vale ressaltar que a pesquisa quanti-qualitativa apresenta uma triangulação de dados, que busca a convergência de diferentes fontes, aumenta a confiabilidade e a robustez dos resultados da pesquisa, que são: complementaridade, em que os métodos se complementam, fornecendo diferentes perspectivas sobre o problema de pesquisa; abordagem holística, que permite uma compreensão mais completa e profunda do fenômeno em estudo; a

¹³ É um método científico que busca quantificar dados sociais por meio de técnicas padronizadas de coleta e análise. Essa abordagem se baseia na mensuração de variáveis para explicar e prever comportamentos e fenômenos sociais (Minayo, 1998).

¹⁴ Para Minayo (2014, p. 22), a perspectiva qualitativa trata-se de um de caminho no qual as abordagens são “[...] capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais [...]”.

flexibilidade, que se adapta às diferentes etapas da pesquisa, desde a exploração inicial até a análise final em diferentes áreas, como Ciências Sociais, estudando de comportamento, opinião pública, avaliação de políticas públicas; Saúde, pesquisando sobre doenças, comportamento de saúde, avaliação de programas de saúde; Educação, estudando sobre aprendizagem, avaliação de políticas educacionais, formação de professores. Porém,

[...] se a relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a um continuum, ela não pode ser pensada como oposição contraditória. Pelo contrário, é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais ‘ecológicos’ e ‘concretos’ e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa (Minayo; Sanches, 1993, p. 247).

Nessa perspectiva, esse tipo de abordagem, a quanti-qualitativa apresenta desafios, como a complexidade, que requer planejamento cuidadoso, expertise em diferentes métodos e capacidade de integrar os dados coletados; tempo e recursos, que podem ser mais trabalhoso e demandar mais tempo e recursos do que pesquisas puramente quantitativas ou qualitativas; análise de dados, que exige habilidades e softwares específicos para lidar com diferentes tipos de dados.

Portanto, algumas recomendações para uma pesquisa quanti-qualitativa são importantes para o êxito final, como definir claramente o problema de pesquisa e os objetivos da investigação, selecionar os métodos mais adequados para cada etapa da pesquisa, planejar cuidadosamente a coleta e análise de dados, garantir a qualidade dos dados coletados e interpretar os resultados de forma integrada e consistente.

Em síntese, pesquisa quanti-qualitativa é uma ferramenta poderosa para obter uma compreensão mais profunda e completa do problema de pesquisa. Ao combinar diferentes métodos, os pesquisadores podem explorar diferentes aspectos do fenômeno em estudo, aumentar a confiabilidade dos resultados para a tomada de decisões.

Optamos por uma abordagem teórico-metodológica com aspectos inerentes à teoria crítica, uma vez que queremos revelar os paradoxos que permeiam o programa EpV na rede pública de ensino de Mamanguape/PB. Para tanto, selecionamos 3 (três) categorias importantes de análises, que são: Políticas Educacionais, Qualidade da educação e o programa Educar pra Valer.

A categoria Políticas Educacionais nos remetem ao pensamento de Ball (2021), que tem o entendimento de que essas políticas são dinâmicas e se constituem de acordo com os contextos onde elas serão operacionalizadas. Essa concepção de política nos aproxima do autor acima citado quando as define como discussões, práticas e relações, objetivando regular e governar o

a área educacional. Esse conceito é amplo e permite compreender a complexidade das políticas educacionais, que são influenciadas por uma variedade de fatores, incluindo as demandas sociais, as ideologias políticas e as condições econômicas.

Ball (2021) ainda destaca que as políticas educacionais são sempre controversas, pois refletem diferentes interesses e perspectivas. Elas podem ser utilizadas para promover a equidade e a justiça social, mas também, podem ser usadas para controlar e disciplinar os sistemas educacionais.

No Brasil, as políticas educacionais têm sido marcadas por uma série de desafios, incluindo a desigualdade social, a falta de recursos e a ineficiência do sistema educacional. No entanto, também há avanços significativos, como a tentativa de uma educação de qualidade e para todos, a universalização do ensino fundamental, entre outros. Para isso, surge a implantação de programas que objetivam sua melhoria, porém, muitas vezes sem êxito. Desse modo, a busca para uma educação de qualidade é constante - é nessa perspectiva que as políticas de governo estão sempre sendo implantadas e, posteriormente, implementadas.

O pensamento de Ball (2021) é importante para compreendermos esses desafios e avanços, pois nos ajudam a analisar as políticas educacionais de forma crítica e reflexiva. Esses pontos nos ajudam a compreender que as políticas educacionais são complexas e dinâmicas. Elas não são simplesmente impostas de cima para baixo, mas são produzidas em um processo de negociação e disputa entre diferentes atores sociais.

No que se refere à categoria Qualidade da Educação, como uma das metas propostas pelo programa EpV, faz-se necessário entender o que significa esse tipo de educação. Assumiremos essa qualidade bem próxima do que pensa Freitas (2014), o qual analisa as políticas educacionais implementadas no Brasil a partir da década de 1990, argumentando que essas políticas são orientadas por uma concepção de educação de qualidade que é marcada por características que estão focadas no desempenho dos alunos em testes padronizados, o que privilegia os alunos de classes sociais mais altas e oculta as desigualdades educacionais, enfatizando a responsabilização das escolas e dos professores, o que leva à exclusão dos educandos das classes populares, promovendo, assim, a privatização da educação, o que significa que esta é cada vez mais controlada por empresas privadas.

Freitas (2014) critica essa concepção da qualidade da educação, argumentando que ela é excludente e desumanizadora. O autor também defende uma concepção de educação de qualidade que seja mais abrangente e inclusiva, e que deve ser equitativa, garantindo o acesso e a permanência de todos na escola, independentemente de sua classe social, raça, gênero ou

deficiência. A escola deve formar cidadãos plenos, capazes de participar ativamente da sociedade, bem como ser democrática, envolvendo a participação da comunidade escolar no processo de construção e implementação das políticas educacionais.

A terceira e última categoria de análise é o que busca compreender o programa Educar pra Valer e seus paradoxos, trabalhando-se nessa categoria, analisando-o criticamente, refletindo sobre o modo operacional de como ele se desenvolve no âmbito das escolas onde está sendo implementado. Nesse sentido, nossa intenção é analisar, de uma forma muito mais crítica a partir do que este programa se propõe a promover, para além da aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática, como reitera Freitas (2014), ao afirmar que este tipo de programa visa apenas as notas nesses componentes curriculares, para o governo externar que promove uma educação de qualidade.

Por ser uma política educacional de governo que teria a importância e seu significado para os estudantes das escolas públicas de Mamanguape na Paraíba, o programa buscou parceria com a Secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de apoio ao desenvolvimento de uma gestão municipal, que seja capaz de tentar promover a mudança da qualidade da educação na rede municipal de ensino, tendo a perspectiva de elevar os resultados dos índices de desenvolvimento na aprendizagem nas avaliações em larga escala do Saeb. Nesse sentido, segue os padrões que regem esse tipo de avaliação a partir das competências e habilidades previstas na BNCC, as quais os docentes atuam prioritariamente, com os componentes curriculares Língua Portuguesa e Matemática, tentando garantir a alfabetização das crianças na idade certa.

2.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS – QUESTIONÁRIO

Em relação ao instrumento de coleta de dados, nesta pesquisa, utilizamos o questionário, pois essa técnica compreende uma das formas mais usadas para a coleta de dados, pois permite medir com clareza o que se deseja alcançar. É importante esclarecer que todo questionário deve ser impessoal, cuja finalidade é garantir “uniformidade na avaliação de uma situação para outra” (Leite, 2008, p. 109). Em contribuição ao exposto, essa técnica “[...] não está restrita a uma quantidade determinada de perguntas, nem a um tópico especial, pois é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de indagações [...]” (Richardson, 1996, p. 189).

Referenciais teóricos que abordam essa técnica, como é o caso de Prodanov e Freitas (2013), chamam atenção para o fato de que

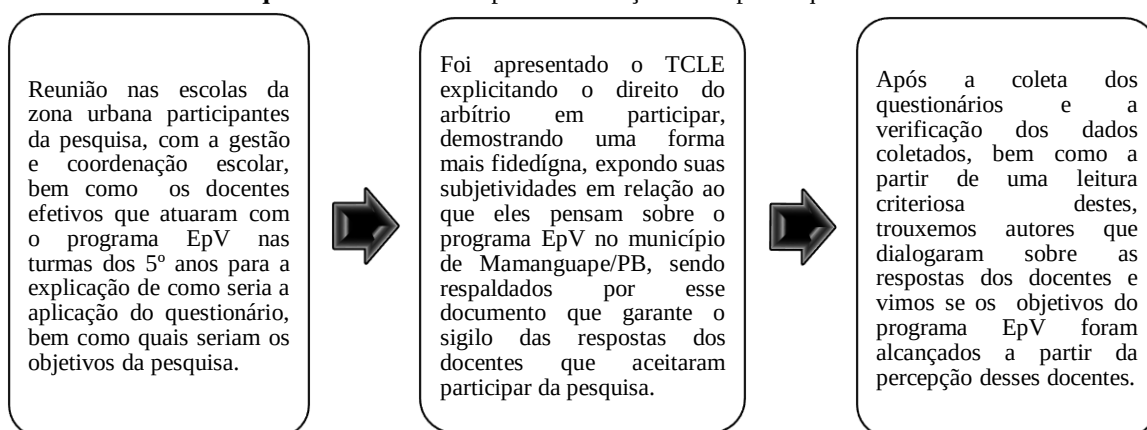
A linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta, para que o respondente compreenda com clareza o que está sendo perguntado. Não é recomendado o uso de gírias, a não ser que se faça necessário por necessidade de características de linguagem do grupo pesquisado (grupo de surfistas, por exemplo). Todo questionário a ser enviado deve passar por uma etapa de pré-teste, num universo reduzido, para que possamos corrigir eventuais erros de formulação. O questionário deve ser objetivo, limitado em extensão e estar acompanhado de instruções que expliquem a natureza da pesquisa e ressaltem a importância e a necessidade das respostas, a fim de motivar o informante. (Prodanov; Freitas, 2013, p. 108).

De modo geral, o questionário é um instrumento substancial para o desenvolvimento e obtenção de resultados desejados pelo pesquisador. Na presente pesquisa, a aplicação ocorreu em 8 (oito) escolas da rede municipal de ensino de Mamanguape/PB, sendo sua aplicação com 10 (dez) docentes, individualmente, sujeitos participantes desta pesquisa.

É válido ressaltar que os professores que participaram da pesquisa foram aqueles que lecionaram com as turmas dos 5º anos do Ensino Fundamental Anos Iniciais no período de 2022. Justifica-se a escolha por essas turmas pelo fato de fazerem parte do ciclo II da Educação Básica e que participam da avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) a cada 2 anos. O programa EpV, ao acompanhar essas turmas desde o 2º ano, aposta em resultados positivos ao final do 5º ano nas avaliações em larga escala por intermédio do Saeb.

A fim de identificar o envolvimento dos participantes da pesquisa, que atuam com programa EpV no processo de desenvolvimento dos estudantes do Ensino Fundamental Anos Iniciais nos componentes curriculares Língua Portuguesa e Matemática, optamos pelos seguintes caminhos:

Esquema 1 – Processos para consecução da etapa do questionário.



Fonte: dados obtidos pela pesquisadora (2023).

A escolha por essa metodologia ocorreu devido a esse instrumento ser mais adequado para coletarmos os dados subjetivos e alusivos ao nosso objeto de pesquisa - o programa Educar

pra Valer. Para isso, o questionário deve definir previamente quais os itens que serão coletados e a forma como isso será feito, de modo a garantir que os resultados obtidos sejam confiáveis e possam ser validados. O questionário foi contemplado com itens e opções de respostas abertas, fechadas e justificadas, aplicada em *lócus*, com o objetivo de responder, justificar as intenções que pleiteiam as assertivas constituintes desse objeto de pesquisa. Na pesquisa de campo, as técnicas e métodos de coleta de dados exigem planejamento cuidadoso por parte do pesquisador enquanto observador e uma coleta de dados sistemática e organizada. Para isso, este deve definir previamente quais dados serão coletados e a forma como isso será feito, de modo a garantir que os resultados obtidos sejam confiáveis e possam ser validados (Triviños, 1987; Gil, 2002).

Antes da aplicação do questionário esses docentes leram as explicações contidas no Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)¹⁵, tiraram dúvidas, e, cientes de que não eram obrigados a participarem, porém, sabedores da relevância e importância desta pesquisa, para que a sociedade tenha um conhecimento sobre as contribuições dessa política de governo implementada nesse município, se dispuseram a colaborar.

As respostas dadas pelos docentes estão asseguradas com o sigilo absoluto de acordo com o que rege o Comitê de Ética, uma vez que estes se comprometeram em colaborar para evidenciar o resultado sendo este positivo ou negativo sobre as contribuições do programa EpV nas escolas públicas do município de Mamanguape.

2.4 ANÁLISE DOCUMENTAL

Nossa pesquisa teve como análise a documental, que de acordo com Júnior et al (2021, p. 38) é “[...] uma metodologia de investigação científica que utiliza procedimentos técnicos e científicos específicos para examinar e compreender o teor de documentos de diversos tipos, e deles, obter as mais significativas informações [...]”. Esse tipo de análise emerge uma ferramenta poderosa para explorar o universo da informação contida em documentos textuais, abrindo portas para o conhecimento relacionados ao tema pesquisado por intermédio de um processo metódico e crítico, sendo que essa técnica permite ao pesquisador investigador uma extração valiosa de diferentes tipos de documentos. No nosso caso de nossa pesquisa foram os documentos legais como a CF (1988), a LDBEN (1996), BNCC (2018), Acordo de Cooperação

¹⁵ É o documento que, além de explicar os detalhes da pesquisa (justificativa, objetivos, procedimentos, desconfortos, riscos, benefícios, grupos de alocação, entre outros aspectos), também deve informar e assegurar os direitos dos participantes.

do programa EpV, bem como seu Plano de trabalho, etc., os quais contêm leis, decretos, Artigos, emendas, normas, acordos, etc., que regulam a oferta da educação brasileira.

A análise documental, segundo Guba e Lincoln (1981), é um exame intenso e abrangente de diversos materiais, incluindo como principal fonte de dados documentos textuais, com rigor e sistematização que norteiem a coleta, análise, bem como a interpretação desses documentos, garantindo a confiabilidade dos resultados da pesquisa. A análise da pesquisa documental diz respeito à utilização de técnicas que validam os dados obtidos por intermédio da pesquisa, que em nossa pesquisa foi a técnica do questionário.

Todos os procedimentos metodológicos, inclusive a aplicação do questionário, foram realizados por mim, como mestrandia responsável pelo projeto, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE, da Universidade Federal da Paraíba-UFPB.

2.5 LÓCUS DA PESQUISA – PROGRAMA EDUCAR PRA VALER IMPLEMENTADO NO MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE/PB

O *lócus* da nossa pesquisa corresponde ao município de Mamanguape, na Paraíba, onde o programa EpV foi implementado em 2019. O município de Mamanguape se estende por 340,5 km² e conta com 45.136 habitantes mamanguapenses, de acordo com o último censo de 2022. Tem distância de condução aproximadamente de 53 km até a capital paraibana João Pessoa e possui um rico patrimônio histórico e cultural que abriga diversos prédios históricos, como igrejas, museus e centros culturais, com destaque para o Centro Cultural Fênix, que conta com um auditório multiuso, uma brinquedoteca, um espaço para exposições, um centro de inclusão digital e uma sala de música.

Outra opção de lazer é a Bica do Sertãozinho, um parque turístico, formado por uma nascente de água cristalina que brota de um paredão de pedra. A água da nascente é utilizada para abastecer as piscinas da Bica, que é um dos principais atrativos do parque, contando, também, com churrasqueiras, quadras de esportes, *playground* e área para piquenique, considerado um ótimo local para relaxar e aproveitar a natureza. Esse parque recebe milhares de visitantes todos os anos. O local é uma ótima opção para quem deseja conhecer um pouco da beleza natural da Paraíba.

Mamanguape também conta com o Museu do Projeto Peixe Boi, que é um importante ponto turístico desse município. Outra preciosidade do município de Mamanguape é a Usina Monte Alegre, produtora de açúcar e etanol que gera renda e emprego para todo o vale e tem um histórico como a primeira no Brasil a fabricar açúcar sem enxofre.

Mamanguape é um município que oferece diversas opções de lazer e turismo, sendo uma ótima opção para quem deseja conhecer um pouco da história e da cultura do estado da Paraíba.

A densidade demográfica é de 131,8 habitantes por km² no território do município. Vizinho dos municípios de Rio Tinto, Marcação, Baía da Traição, Mataraca, Capim, Itapororoca, Curral de Cima, Jacaraú entre outros. Mamanguape se situa a 30 km ao Norte-Leste de Sapé, a maior cidade nos arredores. Situado a 51 metros de altitude, Mamanguape tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 6° 50' 19" Sul, Longitude: 35° 8' 11" Oeste (Mamanguape, 2022).

O município de Mamanguape é localizado na Mesorregião da Zona da Mata Paraibana, mais precisamente na Microrregião do Litoral Norte. Tem como atual governo municipal a prefeita Maria Eunice do Nascimento Pessoa, estando no seu 2º mandato, equivalendo o período entre 2017 a 2024; e como vice-prefeito Dr. Zenóbio Fernandes Rodrigues de Oliveira, atuante entre o período equivalente entre 2021 a 2024. À frente da Secretaria da Educação está o secretário, professor Maximiano Lopes Machado. A rainha do Vale, atualmente, conta com dois representantes na Assembleia Legislativa, que são o deputado estadual Eduardo Carneiro de Brito e a também deputada estadual Danielle do Nascimento Rodrigues Pessoa.

Figura 1 – Guia Urbano de Mamanguape.



Fonte: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-mamanguape.html>.

2.6 UNIVERSO DA PESQUISA

No Município de Mamanguape/PB constatamos que o universo de escolas municipais totaliza 24, distribuídas entre Ensino Fundamental dos anos iniciais e anos finais, zona urbana e zona rural. Dessas 24 escolas, apenas 8 foram contempladas com nossa pesquisa, as identificadas com localização na zona urbana e que contemplaram turma ou turmas de 5º ano em 2022.

Abaixo são apresentadas uma breve descrição de cada Escola Municipal de Ensino Fundamental de Mamanguape que participaram de nossa pesquisa¹⁶:

Quadro 2: Descrição das escolas da rede pública municipal participantes da nossa pesquisa.

ESCOLAS PARTICIPANTES DA PESQUISA	
ESCOLA 1	Em 2022, essa escola obteve um total de 732 estudantes, distribuídos nos turnos manhã e tarde, nas turmas do 4º e 5º anos do Ensino Fundamental Anos Iniciais, nas turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental Anos Finais, bem como na Educação de Jovens e Adultos (EJA), nos ciclos I, II, III e IV, no turno da noite. Sua equipe é composta, em média, de 70 funcionários, incluindo gestão, coordenação, professor e apoio. Essa instituição de ensino é consideravelmente ampla, dispondo de (10) salas de aula, (1) sala de gestão, (1) sala dos professores, (1) secretaria, (8) banheiros ao total, sendo (2) para estudantes masculinos e (3) para estudantes femininos, (1) banheiro para os professores e (2) com acessibilidades para os estudantes com deficiência, (1) cozinha, (1) pátio coberto e (1) sala de leitura.
ESCOLA 2	Atendeu em 2022, um público-alvo com faixa etária entre 4 a 13 anos, nas turmas da Educação Infantil e do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais, assistindo 324 estudantes nos turnos manhã e tarde e dispondo de 40 funcionários em média, incluindo gestão, coordenação, professor e apoio. A escola é consideravelmente extensa, sendo contemplada com (8) amplas salas de aula, (1) sala de gestão, (1) sala dos professores, (2) secretarias, (6) banheiros ao total, sendo (2) para estudantes masculinos e (2) para estudantes femininos, (1) banheiro para os professores e (1) para os demais funcionários. Dispõe, também, de (1) depósito, (1) cozinha, (1) quadra e (1) auditório.
ESCOLA 3	Funciona nos turnos da manhã e tarde, assistindo, em 2022, um quantitativo de 323 alunos distribuídos nas modalidades de ensino da Educação Infantil e do Ensino Fundamental Anos iniciais que equivale do 1º ao 5º ano, com o público-alvo entre 4 e 10 anos de idade. O quadro de funcionário é equivalente a 44 pessoas em média, incluindo gestão, coordenação, professor e apoio. Para aconchegar esse público, envolvendo estudantes e funcionários, a escola é contemplada com (6) salas de aulas, (1) sala de reforço escolar, (1) cozinha, (1) secretaria, (1) sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE), (1) refeitório e (10) banheiros.
ESCOLA 4	Foi contemplada em 2022 com um quantitativo de 254 estudantes, distribuídos nos turnos manhã e tarde, nas turmas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental Anos Iniciais, equivalendo do 1º ao 5º ano. Seu quadro de funcionários, nesse ano, foi composto por 28 pessoas em média, incluindo gestão, coordenação, professor e apoio. A escola dispõe de (5) salas de aula, (1) secretaria, (1) sala de gestão, (1) cozinha, (1) sala de leitura, (1) pátio, (1) sala dos professores, (1) almoxarifado, (1) dispensa, (5) banheiros, sendo (1) com acessibilidade.
ESCOLA 5	A escola foi contemplada com um quantitativo de 402 estudantes em 2022, distribuídos nos turnos manhã e tarde, nas turmas da Educação Infantil, bem como do 1º ao 5º ano do Ensino

¹⁶ Com o objetivo de garantir a privacidade dos participantes dessa pesquisa, nomeamos cada escola contemplada com o programa EpV, colocando, apenas, a numeração de 1 a 8, como é mostrado no quadro 2.

	Fundamental Anos Iniciais. Conta com aproximadamente 40 funcionários, incluindo gestão, coordenação, professor e apoio, e dispõe de (9) salas de aula, (1) secretaria, (1) sala de gestão, (1) cozinha, (1) sala de reforço escolar, (1) biblioteca, (1) sala dos professores, (1) pátio, (3) banheiros, sendo (1) com acessibilidade.
ESCOLA 6	Atualmente essa escola oferta uma educação para um público-alvo na faixa etária que varia entre 4 e 5 anos, na modalidade da Educação Infantil, bem como de 6 a 10 anos, no Ensino Fundamental Anos iniciais, nos turnos manhã e tarde, atendendo um quantitativo de 143 estudantes. O quadro de funcionário equivale aproximadamente ao quantitativo de 50 profissionais, incluindo gestão, coordenação, professor e apoio. Na dimensão física, essa instituição de ensino é composta por (1) sala de gestão, (1) secretaria, (1) cozinha, (1) pátio, (5) banheiros para estudantes e funcionários, (7) salas de aulas, sendo (1) Sala de Recursos (SR), recentemente inaugurada, contendo novos equipamentos, atendendo, em 2022, um quantitativo de (17) estudantes no turno da manhã e (24) estudantes no turno da tarde, totalizando (41) estudantes na oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE para estudantes com deficiência, no contraturno.
ESCOLA 7	Contemplou em 2022 um total de 235 estudantes nas turmas da Educação Infantil, bem como do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais, nos turnos manhã e tarde, com faixa etária entre 4 e 10 anos, contemplando um quantitativo de 30 funcionários em média, incluindo gestão, coordenação, professor e apoio. A referida instituição de ensino dispõe de 5 salas de aula, (1) sala de reforço escolar, (1) biblioteca, (1) cozinha, (1) secretaria, (1) sala de gestão, (1) quadra, (1) pátio e (3) banheiros.
ESCOLA 8	Essa instituição de ensino é contemplada com (8) salas de aula, (1) cozinha, (8) banheiros, (1) secretaria, (1) sala de gestão escolar, (1) sala de leitura, (1) pátio, (1) quadra, (1) sala de professores e (1) almoxarifado. A Escola atende as seguintes modalidades: Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Ensino Fundamental Anos Finais, distribuídos nos turnos da manhã, tarde e integral apenas para as turmas do Maternal e Educação Infantil, atendendo, no ano letivo de 2022, um total de 324 estudantes, assistidos por 50 funcionários aproximadamente, incluindo gestão, coordenação, professor e apoio.

Fonte: dados obtidos pela pesquisadora (2023)

Nesse contexto, a escolha em optar por essas turmas de 5º anos e o ano de 2022 possibilitou investigar se houve ou não contribuições satisfatórias de aprendizagem esperado pelo programa EpV. Essa afirmação se deu a partir das escutas e análises das respostas do questionário feito com os docentes participantes dessa pesquisa.

É significativo ressaltar que o programa EpV, assim como quaisquer outros programas educacionais, visa promover apenas a aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática para o ingresso no mercado de trabalho, bem como para as avaliações em larga escala, mostrando-se preocupado com o direito à educação de qualidade, diferindo, em parte, o que diz na Constituição Federal, no art. 205 que

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, **visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania**¹⁷ e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, p. 124).

¹⁷ Grifo da autora.

Enquanto os documentos regem caminhos para o direito à educação de qualidade, muitos empresários buscam interferir nessa educação, visando apenas a aprendizagem básica na busca por mão de obra qualificada, implementando políticas que visam o protagonismo de crianças focado apenas para este fim, excluindo-as do livre arbítrio de conviver em sociedade, desenvolvendo o seu papel de cidadão.

De acordo com Freitas (2014, p. 50), “[...] para os empresários é saber ler, escrever, contar e algumas competências mais que estão sendo esperadas na porta da fábrica, medidas em um teste padronizado. Se as notas aumentam, então houve melhoria”. Para esses empresários que apoiam uma educação que visa apenas a aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática, notas altas nas avaliações é sinônimo de uma educação de qualidade. Freitas (2014, p. 50) ainda corrobora que “[...] nota alta não é sinônimo de boa educação”.

A educação considerada adequada para os estudantes é aquela que os ensine a ler, escrever e contar, mas também, que os leve a perceber qual o seu papel na sociedade, que os leve a saber quais os seus direitos, bem como os seus deveres. A formação do estudante voltada para o mercado de trabalho é considerada, também, importante, pois este precisará de uma profissão e um emprego que sirva de instrumento para o seu sustento, bem como para o sustento de sua família, mas não exclusivamente disso. O jovem estudante deve aprender, também, sobre seu lugar na sociedade, contudo, Freitas (2014, p. 51) pontua que “[...] é importante assinalar que a própria forma escolar atual já foi concebida com o intuito de isolar as crianças da vida, vale dizer das contradições sociais”. O autor ainda pontua que “[...] a proximidade com estas, levaria a juventude a pensar sobre a nossa forma de organização social e seus limites, ensejando desejos de mudança ou revolta” (Freitas, 2014, p. 51).

Esses apontamentos trazidos pelo autor nos levam a pensar em nosso objeto de estudo, o programa EpV, de como apresentaremos todo o cenário que o envolve, e de que forma tenta contribuir no processo da aprendizagem dos estudantes apenas em Língua Portuguesa e Matemática, os impactos positivos ou negativos de aprendizagens nesses componentes curriculares causados nos estudantes a partir dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Ou seja, buscar possíveis evidências alusivas à evolução desses estudantes por intermédio da adoção de currículo desse programa no que se refere à leitura fluente. A equipe do programa EpV, juntamente à Secretária de Educação do município de Mamanguape/PB, planeja medidas e implementa os processos formativos e informativos, por exemplo, o plano de ações e metas, com base em diagnósticos, visando melhorias no processo de ensino e aprendizagem nas turmas que serão contempladas.

Esse processo também inclui de que forma se dá o acompanhamento bimestral por intermédio de avaliações diagnóstica, formativa e somativa durante o ano letivo, permitindo ao programa e ao município o acompanhamento de todos os estudantes individualmente, por turma e por escola, tendo um panorama da rede, possibilitando, assim, intervenções de supervisão, coordenação e de gestão escolar, a partir dos resultados dessas avaliações.

2.7 OS PARTICIPANTES DA PESQUISA

É importante esclarecer que para a consecução dos dados da pesquisa que envolve pessoas, fez-se necessário à submissão ao Comitê de Ética em Pesquisas (CEP). Portanto, atende ao preceituado nas Resoluções 466/12 e 510/16, ambas do Conselho Nacional de Saúde, que disciplinam as pesquisas envolvendo seres humanos. Então, só após a aprovação do teste pelo CEP, a pesquisa foi realizada. Todos os participantes foram informados previamente sobre os objetivos, bem como sobre a garantia do sigilo das informações fornecidas no questionário, o compromisso de assegurar o anonimato e o direito de suspender sua participação durante a pesquisa, mesmo já tendo assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após a sua autorização e assinatura do (TCLE) é que a aplicação do questionário foi realizada.

Nesta pesquisa, os sujeitos participantes foram os docentes que atuaram com o programa EpV nas turmas do 5º ano do Ensino Fundamental dos anos iniciais nas escolas da zona urbana e pública da rede municipal de ensino de Mamanguape/PB, totalizando dez. Gonsalves (2001, p. 69) afirma que “[...] os ‘sujeitos da pesquisa’ se referem ao universo populacional que você privilegiará, as pessoas que fazem parte do fenômeno que você pretende desvendar”.

Com a finalidade de preservar o anonimato desses participantes desta pesquisa, bem como para as análises das respostas dos questionários¹⁸ desses(as) docentes, serão descritos(as) com os pseudônimos de joias, como mostra o quadro seguinte:

Quadro 3: Identificação e características dos sujeitos participantes da pesquisa

Nº	PSEUDÔNIMO	PERFIL DO(A) DOCENTE
1	Docente Jade	Faixa etária: entre 40 e 50 anos de idade. Nível de escolaridade: doutorado em educação. Tempo de docência: entre 20 e 25 anos.

¹⁸ A aplicação do questionário aconteceu nas escolas participantes desta pesquisa após a qualificação desta dissertação, entre julho e novembro de 2023, em horários distintos, de acordo com o tempo disponível de cada docente.

2	Docente Esmeralda	Faixa etária: entre 50 e 60 anos de idade. Nível de escolaridade: especialização. Tempo de docência: entre 25 e 30 anos.
3	Docente Cristal	Faixa etária: entre 40 e 50 anos de idade. Nível de escolaridade: graduação em pedagogia. Tempo de docência: entre 25 e 30 anos.
4	Docente Ametista	Faixa etária: entre 40 e 50 anos de idade. Nível de escolaridade: especialização em educação. Tempo de docência: entre 22 e 25 anos.
5	Docente Rubi	Faixa etária: entre 40 e 50 anos de idade. Nível de escolaridade: especialização em educação. Tempo de docência: entre 20 e 25 anos.
6	Docente Ágata	Faixa etária: entre 40 e 50 anos de idade. Nível de escolaridade: especialização em educação. Tempo de docência: entre 25 e 30 anos.
7	Docente Turquesa	Faixa etária: entre 40 e 50 anos de idade. Nível de escolaridade: especialização. Tempo de docência: entre 10 a 15 anos.
8	Docente Turmalina Paraíba.	Faixa etária: entre 50 e 60 anos de idade. Nível de escolaridade: especialização. Tempo de docência: 36 anos.
9	Docente Safira	Faixa etária: entre 40 e 50 anos de idade. Nível de escolaridade: especialização. Tempo de docência: entre 10 e 15 anos.
10	Docente Pérola	Faixa etária: entre 40 e 50 anos de idade. Nível de escolaridade: especialização. Tempo de docência: entre 15 e 20 anos.

Fonte: dados obtidos pela pesquisadora (2023).

2.8 ETAPAS E PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

A promoção deste estudo compreendeu quatro etapas: 1) foi realizado o Estado do Conhecimento Acadêmico referente ao programa EpV e a atuação dos docentes com esse programa no campo da educação; 2) foi realizada uma pesquisa descritiva; 3) foi aplicado um questionário para 10 docentes, distribuídos em 8 escolas da rede pública de ensino do município de Mamanguape/PB; e, 4) foram feitas as análises e discussões para trazer resultados.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS – DAS POLÍTICAS DE ESTADO ÀS POLÍTICAS DE GOVERNO

Neste capítulo trataremos sobre o conceito de políticas públicas e a partir dessa conceituação e tipificação, desenvolveremos a discussão sobre o papel dessas políticas no contexto socioeducacional. Para tanto, abordaremos sobre as políticas sociais e educacionais brasileiras, que estão diretamente atreladas a determinadas problemáticas e demandas que os governos, de um modo geral, precisam resolver, mediante as leis que regem as práticas políticas voltadas para a melhoria da qualidade de vida social. Na sequência, trataremos a respeito da política de estado, envolvendo diferentes atores da sociedade - governo, setor privado e sociedade civil, assim como da política de governo, que só pode ser elaborada pelas instituições políticas no âmbito federal, estadual ou municipal. Ambas são utilizadas para o desenvolvimento social, a longo prazo, e se adequam às mudanças que ocorrerem na sociedade.

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITUAÇÃO E TIPOLOGIAS

As políticas públicas são um conjunto de ações implantadas e implementadas pela gestão e colaboradores para tentar resolver problemas públicos por diferentes governos, municipal, estadual ou federal, em busca de melhorares condições de vida para os cidadãos, buscando garantir seus direitos por intermédio de serviços públicos. Os autores Sousa e Silva (2016, p. 20) definem as políticas públicas como “[...] uma ação governamental para atender ao interesse do povo, e como a política é a arte da negociação, essas ações deveriam ser compartilhadas, pensadas e planejadas coletivamente com o povo. Esses mesmos autores corroboram que “[...] elas se consolidam num processo de tomada de decisões que decorrem as normas, as regras e as leis de um país”. Destacam ainda que

Para que as políticas públicas tenham o devido significado, seria necessária a participação popular e, atualmente, esta organização ganha foco através do neo-institucionalismo, ou seja, a participação das instituições para decidir, estabelecer e implementar tais políticas. E é nessa perspectiva que elas podem ser classificadas de acordo com diferentes critérios, como o objetivo, o nível de governo, o tipo de ação ou o setor de atuação. (Sousa; Silva, 2016, p. 21).

A partir desse pensamento, pode-se concluir que as políticas públicas são importantes para o desenvolvimento social e econômico de um país, podendo contribuir para a melhoria da população, principalmente, as menos favorecidas e, conseqüentemente, haveria a redução da desigualdade e o crescimento econômico.

Para o desenvolvimento das políticas públicas, elas devem ser elaboradas com cautela de acordo com a necessidade da população, para que possam trazer possíveis soluções, ocasionando melhor qualidade de vida em qualquer âmbito para a população. Para que isto ocorra, Sousa e Silva (2026, p. 22) afirmam que é preciso seguir uma ordem, antes:

1. Agenda: diz respeito à escolha do problema a ser posto na agenda enquanto política pública (enquanto debate);
2. Elaboração: trata da identificação (delimitação) do problema da comunidade, determinar suas alternativas de solução, avaliação de custos e efeitos e estabelecer prioridades;
3. Formulação: consiste na seleção mais acertada da alternativa (tomada de decisão), definição de objetivos e seus fundamentos jurídicos, administrativos e financeiros;
4. Implementação: consiste em planejar, organizar o Estado e seus recursos (todos viáveis e necessários) para executar a política;
5. Execução: é pôr em prática a realização dos objetivos planejados;
6. Acompanhamento: traduz-se numa sistemática supervisão da execução da atividade e objetiva fornecer dados para as possíveis correções;
7. Avaliação: é a análise dos efeitos produzidos nos atores sociais pelas políticas públicas.

A partir do entendimento de que as Políticas públicas são pensadas e elaboradas para ações praticadas pelo governo com o objetivo de resolver problemas públicos em diferentes setores, estas podem ser classificadas, conforme descrição abaixo:

Quadro 4: Tipos das políticas públicas.

TIPOS	DEFINIÇÕES	EXEMPLOS
Políticas públicas distributivas	São políticas amplas, concedidas ao povo de maneira consensual, por intermédio de bens, direitos ou poder, em que os recursos são distribuídos pelo Estado, pela arrecadação de impostos.	Sistema Único de Saúde (SUS); Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).
Políticas públicas redistributivas	São aquelas políticas que buscam redistribuir recursos, direitos e/ou poder na sociedade, com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais.	As cotas para negros e afrodescendentes em universidades públicas; A isenção ou redução de determinados impostos para famílias de baixa renda.
Políticas públicas regulatórias	É a conversão das políticas anteriores em leis e decretos. Essas políticas, como o próprio nome diz, regulam o acesso aos direitos, ou seja, ditam as regras e as normas do fazer políticas públicas.	A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN); Regulações do trânsito.
Políticas públicas instituintes	São aquelas que determinam o regime político, a forma do estado e a maneira como este se apresenta composto.	A Constituição Federal.

Fonte: quadro adaptado de Sousa e Silva (apud Santos, 2016, p. 22).

As Políticas públicas brasileiras têm sido um tema de debate nos últimos anos, devido aos governos, principalmente o federal, ter implementado uma série de políticas como o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida, o Plano Nacional de Educação (PNE), etc., objetivando melhorar a qualidade de vida da população brasileira, mas também, em seu próprio benefício, deixando um legado ao encerrar mandatos de políticos para, depois, terem a oportunidade de voltar para o mesmo cargo, bem como para outro qualquer.

Destarte, as políticas públicas são importantes para o desenvolvimento de um país, pois, se elas forem bem planejadas e implementadas como devem ser, podem contribuir para melhorar a qualidade de vida da população, promover o crescimento econômico e proteger o meio ambiente. O político sempre defenderá que foi durante a sua gestão que houve tais melhorias. Todavia, ainda há muitos desafios a serem superados para garantir que estas sejam eficazes e justas, a exemplo da corrupção, burocracia, bem como a falta de recursos.

3.2 POLÍTICAS SOCIAIS/EDUCACIONAIS BRASILEIRAS

A partir do exposto sobre as políticas públicas, daremos ênfase às políticas sociais, que visam à melhoria das condições de vida da população, como políticas de saúde, educação, assistência social e habitação. Não diferenciando das políticas de um modo geral, elas podem contribuir para a redução da desigualdade, a melhoria da qualidade de vida da população e o crescimento econômico, conforme Sousa e Silva (apud Santos, 2016, p. 26) explicam que as políticas sociais “[...] como as políticas públicas são instituídas sob diversas estruturas legais e institucionais, em diferentes contextos, sistemas e regimes políticos, resultante de influências sociais [...]”. As políticas sociais podem ser classificadas de acordo com sua forma de implementação, como políticas diretas, políticas indiretas ou políticas de incentivo.

Um dos objetos da política social são as lutas sociais (se não o único), pois não há política social se não estiver diretamente relacionada às lutas da sociedade. Dessa forma, o Estado adota algumas dessas reivindicações populares, transformando-as em políticas sociais ao longo da história, e elas passam a se configurarem como direitos sociais (dizem respeito inicialmente à consagração jurídica de reivindicações dos trabalhadores) (Sousa; Silva, apud Santos, 2016, p. 27).

As políticas sociais englobam várias áreas, como: a) A área da saúde: que visa a promoção, proteção e recuperação da saúde da população, com políticas de atenção primária à saúde, políticas de prevenção de doenças e políticas de promoção da saúde; b) A área da assistência social: políticas públicas que visam a proteção social dos cidadãos em situação de vulnerabilidade social, como políticas de assistência social básica, políticas de assistência social

especial e políticas de assistência social suplementar; c) A área da habitação: que promove o direito à moradia digna para todos os cidadãos; d) A área da Educação: que visa a garantia do direito à educação, promovendo o acesso, a permanência e a qualidade da educação para todos os cidadãos.

De acordo com Sousa e Silva (apud Santos, 2016), é dever do Estado verificar as reivindicações da sociedade civil e reunir-se aos seus colaboradores para implementação dessas políticas de acordo com a demanda. Ressalta-se que com o passar do tempo elas passam a se configurar como direitos sociais para todos, podendo contribuir para a redução da desigualdade, ao garantir o acesso a bens e serviços básicos para todos os cidadãos, independentemente de sua condição social ou econômica; na melhoria da qualidade de vida da população, ao garantir o acesso a serviços de saúde, educação e assistência social de qualidade, bem como contribuir para o crescimento econômico, ao aumentar a produtividade da mão de obra e o consumo da população.

As políticas educacionais de acordo com Sousa e Silva (apud Santos, 2016, p. 36) “[...] dispõem de dois nortes: a CF (1988) e a LDBEN (1996). A primeira é uma política pública instituinte, enquanto a segunda é uma política pública regulatória”. Essas políticas objetivam garantir o direito à educação, bem como seu acesso, sua permanência e a sua qualidade para todos os cidadãos, sendo um marco na história da educação brasileira, as quais estabelecem as bases para a organização do sistema educacional brasileiro, definindo os princípios, objetivos e diretrizes da educação do Brasil. Elas juntas estabelecem, por exemplo, que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, e que tem como objetivos a formação para o exercício da cidadania, o desenvolvimento da capacidade de aprender, a preparação para o trabalho e o pleno desenvolvimento humano (Brasil, 1988;1996).

Nesse sentido, quaisquer políticas públicas, principalmente as educacionais, devem ser implantadas objetivando o que regem a CF (1988) e LDBEN (1996), procurando valer o que estas políticas públicas instituintes e regulatórias preveem, podendo ser implementadas em diferentes tipos de governo, municipal, estadual ou federal, o qual deve ter papel importante de implantar as políticas para o desenvolvimento social e econômico de um país.

Nessa perspectiva, quando se fala das Políticas educacionais, deve-se saber que a educação é dever do Estado e da família estarem presentes e atuantes para o desenvolvimento da sociedade e de todos que dela fazem parte. É o que a CF de 1988 declara no inciso I da Emenda Constitucional, de nº 59 de 2009, quando afirma que a “[...] educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua

oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” (Brasil, 1988, p. 116).

A garantia por uma educação para todos, a partir das Emendas da CF de 1988, possibilita uma educação pautada na igualdade para o desenvolvimento humano. Porém “[...] os índices de analfabetismo e a não-universalização da educação pública em todos os níveis de ensino seguem sendo duas chagas ainda não superadas [...]” (Mota Junior; Maués, 2014, p. 1146).

Uma educação de qualidade é essencial para que os cidadãos possam desenvolver suas habilidades e competências necessárias, participando ativamente e contribuindo para o crescimento econômico. Para isso, é preciso garantir o acesso e a permanência à educação básica para todos os cidadãos, independentemente de sua condição social ou econômica, aumentar o número de escolas e vagas, especialmente em áreas de vulnerabilidade social; melhorar a qualidade do ensino, investindo em formação para os docentes, melhorar a infraestrutura escolar, materiais didáticos; garantir o acesso à educação de qualidade para todos os cidadãos, independentemente de sua origem social, raça, gênero ou deficiência.

Refletindo-se sobre a garantia e a oferta da educação enquanto um direito de todos os cidadãos, tem surgido vários questionamentos a respeito dessa garantia: se é pautada para uma educação de uma forma qualitativa ou de uma forma quantitativa. O que está sendo posto pelos documentos legais é a garantia e a inserção de todos os cidadãos de no mínimo 4 (quatro) anos de idade até o término do Ensino Médio, podendo estes terem 17 (dezesete) anos ou mais. Uma das perguntas que são feitas, nos dias atuais, é se a escola realmente é para todos. A resposta é sim. Porém, é preciso averiguar como a educação é ofertada nas escolas, se ela está sendo pautada na formação do cidadão perante a sociedade, ou está apenas voltada à aprendizagem, pois quando a escola visa apenas à aprendizagem, nas palavras de Freitas (2014, p. 51), é porque “[...] a) fala-se de direito à aprendizagem e não de direito à formação humana, à educação; b) e restrita ao ambiente da escola, portanto isolada de importantes ligações com a vida”.

Nessa vertente, a garantia do direito à educação limita-se apenas à aprendizagem; não na formação humana. Isso ocorre, segundo o autor, com o objetivo “[...] de isolar as crianças da vida, vale dizer das contradições sociais. A proximidade com estas, levaria a juventude a pensar sobre a nossa forma de organização social e seus limites, ensejando desejos de mudança ou revolta” (Freitas, 2014, p. 51).

A qualidade do ensino nas escolas vem gerando preocupações, pois a partir das avaliações pode-se perceber que a quantidade está sendo mais valorizada do que a sua qualidade, respaldando-se em apenas cumprir a legislação, que é garantir escolas para todos,

mas não uma educação qualidade. Essa qualidade de educação ofertada pelo sistema, principalmente público, é bastante discutida devido aos resultados das avaliações externas, ou seja, as avaliações de larga escala.

Pensando nos instrumentos dessas avaliações, eles apresentam um certo controle sobre a qualidade da educação ofertada. Os itens dos instrumentos para as avaliações, a exemplo do Saeb, são elencados via competências e habilidades para que o estudante possa responder a eles. Esse mecanismo de competências e habilidades é utilizado em países desenvolvidos que estão inseridos na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). “[...] Esta organização multilateral é a responsável por uma avaliação internacional que visa comparar os países no que tange à qualidade de sua educação - Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA)¹⁹” (Macedo, 2022)

Essas políticas educacionais estão atreladas a todas as medidas e decisões que são adotadas pelo governo em relação ao ensino e à educação no país. Entre essas decisões está a produção de medidas para reduzir os *déficits* de aprendizagem, principalmente na leitura, a partir de uma postura não reflexiva, mas pensada, planejada e implementada, com o objetivo de intervir, no setor que precisa de melhorias, o educacional.

De acordo com Höfling (2001, p. 31) a educação funciona “[...] como uma política pública social, uma política pública de corte social, de responsabilidade do Estado – mas não pensada somente por seus organismos”. Em consonância, Nogueira e Borges (2022, p.3) apontam que “[...] as políticas educacionais buscam garantir o direito à educação por intermédio de leis, diretrizes, normas, ações dos governos em diferentes espaços”. Ademais, o governo implementa as políticas, porém, estas devem ser respaldadas pelos documentos oficiais e legais, como a CF (1988), LDBEN, PCN, PNE, etc. Destarte, é que ocorrem as reformas das Políticas educacionais, que são mudanças nas leis, regulamentos e práticas educacionais que visam melhorar a qualidade da educação, podendo ter impactos positivos na sociedade, como aumento da equidade educacional, garantindo que todos os estudantes, independentemente de sua origem social ou econômica, tenham acesso a uma educação de qualidade. Ademais, as reformas das políticas educacionais devem ser um instrumento importante para melhorar a qualidade da educação de maneira ampla; não se restringindo e tendo direcionamento ao que é conveniente

¹⁹ De acordo com Villani e Oliveira (2018, p. s/p) é um dos programas de avaliação internacional mais desenvolvido e aplicado no mundo. A particularidade desse programa é a utilização do *Item Response Theory* (IRT), em português, Teoria de Resposta ao Item (TRI). Este método oferece a possibilidade de aplicar a prova generalizando o valor preditivo dos desempenhos, sem obrigar a aplicação da prova inteira. O uso desse método permite sobressair as problemáticas de aplicação do teste.

apenas para alguns. No entanto, é importante que as reformas sejam bem planejadas e implementadas, para que possam atingir seus objetivos sem gerar impactos negativos.

É importante ressaltar que o que muitos governos (municipal, estadual ou federal) pensam sobre educação de qualidade restringe-se apenas aos mecanismos para o êxito nas avaliações em larga escala. Portanto, muitas vezes, seguem os métodos apresentados pelos pacotes lançados por empresas que dizem ser filantrópicas e que buscam implementar práticas exitosas, para que os estudantes alcancem a aprendizagem em componentes curriculares por eles priorizados, como é o caso da Língua Portuguesa e Matemática, aqui no Brasil. E os outros componentes curriculares? Os que têm o papel fundamental para a formação humana? Esses tipos de pacotes educacionais, mesmo só priorizando os dois componentes curriculares que são cobrados nas avaliações em larga escala, sobrecarregam toda a equipe educacional, levando-as a acreditar que irão resolver os desafios que foram lançados para a aquisição dos objetivos propostos.

Os professores estão, às vezes, desconfortáveis com isso, mas, em sua maioria, estão ‘auto dispostos’, como eles medem e comparam seus alunos e procuram extrair ‘ganhos de produtividade’ a partir deles e tentam encontrar um equilíbrio entre os interesses dos estudantes e os interesses ‘da escola’ (Ball; Maguire; Braun, 2021, p. 18).

A aprendizagem dos discentes nos componentes curriculares prioritários nesse tipo de avaliação, em larga escala é importante, mas não a ponto de formar o cidadão para enfrentar os obstáculos que o leve à igualdade social e educacional. Faz-se necessário, além da preparação para o mercado de trabalho, uma formação social e humanizada.

Na perspectiva da oferta por uma educação que realmente trilhe os caminhos para a sua qualidade e aquela educação que visa apenas o ensino-aprendizagem para as avaliações em larga escala, Sousa e Silva (apud Santos) apresentam as formas de gestão escolar do bem-estar social e a gestão do novo gerencialismo²⁰. Para os autores, a gestão escolar do bem-estar social

[...] caracteriza-se pelo regime de controle interno ou uma maneira de organização específica burocrática com fins e propósitos de líder, onde o diretor demonstra-se opositor a racionalidade técnica, é humanista e comporta-se como um funcionário comprometido com o bem comum (interesse público) (Sousa; Silva, apud Santos, 2016, p. 34).

Nesse sentido, a gestão escolar do bem-estar social deve promover a inclusão social, pois a escola deve ser um espaço de inclusão de todos os alunos, independentemente de sua

²⁰ Objetiva priorizar a busca da eficiência e eficácia, reduzir gastos com o setor público, além de controlar e introduzir modelos de avaliações que focam o desempenho individual, visando aferir o produto e instalando a competitividade e a descentralização como pilares dessa eficiência e eficácia. (Da Silva; Carvalho, 2014, p. 217).

origem social, econômica ou cultural, devendo prepará-los para a vida adulta, ensinando-lhes habilidades e valores que sejam relevantes para o mundo em que vivem. A escola com uma gestão escolar do bem-estar social deve ser um espaço de desenvolvimento da comunidade, promovendo a participação dos pais e da comunidade local na educação.

Já sobre a gestão do novo gerencialismo, os mesmos autores afirmam que

Os gestores assumem o papel de líderes, inspirando compromisso do grupo. O novo gerencialismo trabalha com a aplicação eficiente dos objetivos dentro e fora da escola, para assim fazer crescer os padrões de desempenho com foco num tripé – excelência, qualidade e eficiência (Sousa; Silva, apud Santos, 2016, p. 35).

Na perspectiva da gestão do novo gerencialismo, sua visão é melhorar a qualidade da educação por intermédio da adoção de práticas gerenciais que visam aumentar a aprendizagem dos alunos, reduzir custos por intermédio da adoção de práticas gerenciais que visam otimizar o uso dos recursos, devendo melhorar a *accountability*²¹, por meio da adoção de sistemas de avaliação externa que permitam medir os resultados da educação.

[...] o modelo de gestão do Bem-Estar Social seria o mais acertado para gerir as escolas brasileiras, por toda uma questão humanística, pelo espírito cooperativo e democrático que se busca atualmente, valorizando mais o ser do que o ter. Entretanto, o modelo de gestão novo gerencialismo torna-se, no mundo globalizado, capitalista e neoliberal, uma tendência mundial, pois a escola deixou de ser um espaço educativo com exclusividade para ser um lugar de prestação de serviços, do ponto de vista mercadológico, até mesmo as escolas públicas. Principalmente, com as avaliações de desempenho em escala nacional, onde todos querem estar no topo da lista (Sousa; Silva, apud Santos, 2016, p. 36).

Ambas as abordagens têm pontos fortes e fracos. A gestão escolar do “bem-estar social” pode contribuir para a inclusão social e o desenvolvimento da comunidade, mas pode ser difícil de implementar e avaliar. A gestão escolar do novo gerencialismo pode contribuir para a melhoria da qualidade da educação e a redução de custos, mas pode levar à padronização da educação e a perda de autonomia pedagógica das escolas.

3.3 POLÍTICAS DE ESTADO E POLÍTICA DE GOVERNO

As políticas de estado são um conjunto de medidas planejadas e implementadas pelo governo, com o objetivo de resolver problemas públicos de longo prazo. Elas são geralmente caracterizadas por sua estabilidade e continuidade, independentemente das mudanças de

²¹ “[...] o termo é constituído por, pelo menos, três dimensões ou pilares: **avaliação externa, prestação de contas e responsabilização**”. (Freire Afonso, 2009a, p. 58, apud Silva, Silva e Freire, 2022, p. 4/5, grifo nosso).

governo, as quais são importantes para o desenvolvimento social e econômico de um país. Elas podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, a redução da desigualdade e o crescimento econômico, desde que sejam implementadas com responsabilidade.

No Brasil, as políticas de estado têm sido um tema de debates nos últimos anos, pois ainda há inúmeros desafios a serem superados para garantir sua eficácia: entre esses desafios estão a falta de recursos, a corrupção, bem como a falta da participação da sociedade civil. As políticas, principalmente as de estado, são elaboradas com a participação de diferentes atores da sociedade, como governo, setor privado e sociedade civil, devendo ser sugeridas, debatidas e atendidas de acordo com a necessidade de toda a nação. A partir desse movimento, essas políticas passam, de acordo com Oliveira (2011, p. 129) “[...] pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, resultando em mudanças de outras normas ou disposições preexistentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade”.

Após esse movimento, bem como sua implementação, essas políticas conceituadas de estado não são interrompidas quando ocorrer a mudança de governo, sendo este municipal, estadual ou federal. Nunca se ouviu dizer que o Sistema Único de Saúde (SUS) acabou; que a destinação de ao menos 25% do orçamento repassado pela União aos municípios e estados para outras políticas destinadas à saúde e à educação, à previdência social, etc., deixariam de existir a partir da mudança de governo. Quando essa política é direcionada à educação podemos exemplificá-la como a implementação do Ensino Fundamental e Médio, a avaliação do ENEM, bolsa de estudos, o PNE, etc.

Em síntese, as políticas de estado são aquelas implementadas de forma contínua, mesmo que haja mudanças de governo, sendo sua implementação, como políticas federais, políticas estaduais ou políticas municipais. Elas podem ser classificadas de acordo com sua forma de implementação, como políticas diretas, as que têm uma democracia e todos cidadãos podem participar apresentando sugestões tanto para alterar quanto ampliar a política já existente, a exemplo da Constituição Federal, a partir das emendas; e políticas indiretas, em que os cidadãos escolhem seus representantes por um determinado tempo, a exemplo das eleições; ou políticas de incentivo, que são aquelas que dão o direito de pagamento extra salarial caso o colaborador atinja a meta pré-fixada em qualquer empresa.

Já a política de governo é um conjunto de medidas planejadas e implementadas pelo governo, com o objetivo de também resolver problemas públicos. Assim como as políticas de estado, elas podem ser implementadas em diferentes níveis de governo, desde o federal até o municipal. As políticas de governo

[...] são aquelas que o Executivo decide num processo elementar de formulação e implementação de determinadas medidas e programas, visando responder às demandas da agenda política interna, ainda que envolvam escolhas complexas (Oliveira, 2011, p. 129).

Diferentemente da política de estado, a política de governo é mais voltada a relações partidárias, apoio de instituições privadas, bem como da sociedade civil. Essa política tem como mediador o governo, em que as decisões são tomadas num processo elementar, em formulações e implementações de medidas para a melhoria, com o objetivo de atender as demandas colocadas na própria política interna, voltadas à saúde, educação, lazer, etc. As políticas de governo são aquelas elaboradas e implementadas por governantes dentro do estado, mas que podem ser mudadas ao longo do tempo dentro de um processo transitório. Temos como exemplo o Mais Educação, um programa do governo federal, sob a portaria de nº 17/2007, tendo seu regulamento pelo Decreto 7.083/10, sendo, também, uma medida do MEC, com o objetivo da criação de uma educação integral para as escolas públicas de todo o Brasil. Após a posse de um novo governo, em 2019, o programa foi encerrado.

Não menos importante do que as políticas de Estado, as políticas de governo tentam ter uma potencialidade, ao buscar melhorias durante o mandato de um governo, com o objetivo de deixar um legado após o término desse mandato. Estas políticas de governo, assim, como as de Estado, também podem ser classificadas como políticas diretas, políticas indiretas ou políticas de incentivo. Nesse sentido, é trazido como objeto de nossa pesquisa uma política de governo, centrada na área educacional: o programa Educar pra Valer, que visa melhorar à aprendizagem de estudantes das escolas públicas, prioritariamente, em Língua Portuguesa e Matemática. Nesse sentido, nosso interesse de pesquisa é buscar, a percepção dos docentes sobre o programa EpV a partir de sua atuação em 2022. Ressaltamos que o programa EpV não é uma política implantada pelo governo municipal de Mamanguape, tampouco dos demais municípios que está implementado, pois o programa EpV é um compartilhamento, via parceria do município de Sobral, do estado do Ceará, que objetiva se expandir pelos municípios dos estados brasileiros.

Para sintetizar as informações principais, a partir de tudo que foi explicitado sobre as políticas de estado e as políticas de governo, é mostrado no quadro seguinte, para melhor compreensão.

Quadro 5: Síntese das políticas de estado e políticas de governo.

TIPOS DE POLÍTICAS	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
Política de estado , implementada pelo governo federal .	- Programas educacionais incorporados à estrutura do Estado. - Sua continuidade está colocada para além das mudanças ocorridas na transição de governo. - Projetos em longo prazo.	Sistema Nacional de Avaliação Básica (Saeb - 1990 e ENEM - 1998) permaneceram até os dias atuais.
Política de estado , implementada pelo governo estadual .	- Programas educacionais incorporados à estrutura do Estado. - Sua continuidade está colocada para além das mudanças ocorridas na transição de governo. - Projetos em longo prazo.	Plano Estadual de Educação. Lei de nº 10.488, de 23 de junho de 2015, sancionada pelo então governador paraibano Ricardo Coutinho.
Política de estado , implementada pelo governo municipal .	- Programas educacionais incorporados à estrutura do Estado. - Sua continuidade está colocada para além das mudanças ocorridas na transição de governo. - Projetos em longo prazo.	Lei Orgânica do município de Mamanguape/PB , Lei de nº 259/90 de 5 de abril de 1990.
Política de governo , implementada pelo governo federal .	- Duração condicionada a um mandato governamental. - Projetos educacionais estritamente ligados a determinadas perspectivas políticas.	Programa Mais Educação . Implementada em 2007 pelo decreto 7.083/10 e acabou em 2016.
Política de governo , implementada pelo governo estadual .	- Duração condicionada a um mandato governamental. - Projetos educacionais estritamente ligados a determinadas perspectivas políticas.	Programa Ceará Educa Mais . Implementada em 2021 no estado do Ceará-CE
Política de governo , implementada pelo governo municipal .	- Duração condicionada a um mandato governamental. - Projetos educacionais estritamente ligados a determinadas perspectivas políticas.	Programa Educar pra Valer , do município de Sobral, implantado em 2018 pela ABC e implementado pelo governo municipal de Mamanguape/PB em 2019.

Fonte: quadro adaptado de Santos (2016, p. 10).

Tanto as políticas de estado quanto as políticas de governo devem ser flexíveis o suficiente para se adaptar às mudanças nas necessidades da sociedade, devendo ser transparentes para que a sociedade possa acompanhar seu desenvolvimento e resultados. As políticas de estado são mais complexas e difíceis de implementar do que as políticas de governo. Ademais, elas podem ter um impacto mais duradouro no desenvolvimento social e econômico de um país.

4 O PROGRAMA EDUCAR PRA VALER (EPV): CONCEPÇÕES E FUNCIONAMENTO

Neste capítulo, é explanado tudo o que se diz respeito ao nosso objeto de pesquisa - o programa EpV, como foram constituídos os processos de implantação e implementação, seus objetivos, suas parcerias, municípios que aderiram a esse programa educacional. Também é feita a apresentação de seus métodos e técnicas de leitura, cronograma, material estruturado, etc., que culminam para as possíveis contribuições na rede pública de ensino no município de Mamanguape na Paraíba, na tentativa de ofertar uma educação pautada na alfabetização aos 7 anos de idade, de acordo com a BNCC (2018), na formação do leitor fluente ainda nos anos iniciais, bem como de uma educação de qualidade.

4.1 APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA EDUCAR PRA VALER (EPV)

O objeto de estudo se trata de uma política educacional de governo, originária do município de Sobral- CE, intitulada programa Educar pra Valer (EpV), sendo este um programa da Associação Bem Comum (ABC), apresentando-se como uma instituição filantrópica, “[...] constituída sob a forma de associação civil, de caráter educacional, que tem como objetivo, dentre outros, contribuir para elaborar e/ou executar políticas públicas em áreas que promovam o desenvolvimento humano [...]” (ABC, 2022a, p. 2). Essa associação está inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.275.386/0001-05, com sede na cidade de Fortaleza no estado de Ceará/CE, localizada na Avenida Washington Soares, nº 55, sala 707, no bairro Edson Queiroz, CEP 60175-657, representada por seu diretor presidente Maurício Holanda Maia, residente na mesma cidade.

O programa EpV tem como missão “[...] garantir o direito à educação de qualidade e alfabetização de todas as crianças na idade certa de forma efetiva, equitativa e sustentável durante todo o ciclo educacional” (ABEM, 2022a, p. 2). A partir da parceria com as Prefeituras e Secretarias de Educação municipais, busca solucionar a diminuição da evasão escolar, a regularização da frequência estudantil, a elevação dos níveis de aprendizagem, o menor índice de incompatibilidade idade/ano e a garantia da alfabetização na idade certa. Por isso, apresenta uma abordagem baseada em evidências e resultados. Isso significa que as ações do programa são baseadas em pesquisas e avaliações que mostram quais são as melhores práticas para melhorar a educação de acordo com o que rege o programa.

É importante destacar que a ABC se apoia na perspectiva da alfabetização das crianças brasileiras na idade certa, “[...] como ponto de partida de um processo formativo para ser protagonista em sua vida e na construção de um país mais justo e mais próspero” (ABEM, 2022a, p. 2). A ABC começou a intervir na educação a partir do momento em que

[...] participou da reforma educacional do município de Sobral/CE, onde o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) nos anos iniciais do ensino fundamental passou de 4,0 para 8,4 entre 2005 e 2019, ficando muito acima da média nacional de 5,7 em 2019. Também ajudou a estruturar o programa denominado Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), em 2007, na Secretaria de Educação do Estado do Ceará, que tinha por objetivo replicar o que deu certo em Sobral nos demais municípios cearenses. Como resultado, o Ideb do Ceará que, em 2005, era 2,8, passou a 6,3, ultrapassando a média brasileira (ABEM, 2022a, p. 1).

A partir do exposto, é possível compreender que a ABC busca formar parcerias para a implementação do programa EpV em outros municípios de outros estados brasileiros. Para isso, oficializa essa parceria a partir da assinatura entre a gestão municipal e a ABC, para que ofereça assessoria técnica gratuita (prevista no Acordo de Cooperação) às Secretarias de Educação municipais, incluindo apoio na elaboração de planos de ação, na implementação de políticas públicas e na avaliação de resultados.

A ABC iniciou seus trabalhos em 2018, fundando o programa EpV. Na prática, teve sua primeira experiência, estreando esse projeto piloto em 5 municípios de distintos estados brasileiros, sendo estes: Rio Grande do Sul, na cidade de Cachoeira do Sul; Pernambuco, na cidade de Garanhuns; Paraíba, na cidade de Conde; Maranhão, em Codó; e na Bahia, em Vitória da Conquista, onde os resultados foram considerados, pelo grupo, positivos. Nesse sentido, foi se expandindo por mais estados e municípios brasileiros, objetivando apoiar 50 (cinquenta) municípios entre os anos 2018 (ano de sua fundação) a 2024, com o compromisso e empenho da gestão municipal e educacional, com o foco na aprendizagem por excelência dos discentes.

No setor educacional, essa associação por intermédio do programa EpV tem o objetivo de apoiar o poder público na implementação de uma política de melhoria na aprendizagem de estudantes com defasagem, principalmente na leitura, a princípio, nas duas primeiras turmas que participam das avaliações em larga escala Saeb, que são as turmas dos 2º e dos 5º anos do Ensino Fundamental. Para isso, busca promover o fortalecimento das práticas de gestão entre os municípios dos estados brasileiros no processo educacional, tentando buscar soluções para o processo de alfabetização desses estudantes, ainda nos anos iniciais para, posteriormente, expandi-lo nas demais turmas dos anos iniciais, bem como nos anos finais do Ensino Fundamental.

É importante ressaltar que a ABC procura se apoiar, em parte, na LDBEN, 9394/96 uma política regulatória, cuja missão é organizar todo o sistema educacional brasileiro em

consonância com o PNE, na busca da universalização da alfabetização na idade certa, como também em outras ações que possibilitem o modelo de educação que está prevista na CF (1988), a educação de qualidade. Nessa perspectiva, o programa EpV também construiu um plano de ação, afirmando que “[...] funcionará como mapa de navegação para nortear o presente trabalho, cujo foco é a essência da missão escolar - o ensino e a aprendizagem” (ABC, 2021, p. 3).

Portanto, busca-se um alinhamento com a BNCC (2018), em que os docentes atuam com as competências e habilidades que regem nesse documento para alcançar esse objetivo. A ABC, assim como a BNCC têm a perspectiva de que todas as crianças brasileiras sejam “[...] alfabetizadas na idade certa, como ponto de partida de um processo formativo para ser protagonista em sua vida e na construção de um país mais justo e mais próspero” (ABC, 2022a, p. 2).

Para a tentativa da consolidação da alfabetização na idade certa, o programa EpV prioriza as competências e habilidades apresentadas nos componentes curriculares Língua Portuguesa e Matemática para este fim, justificando-se a partir da também priorização da BNCC ao explicar que

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos (Brasil, 2018, p. 58).

O que é regido na BNCC (2018) é que a criança deve ser alfabetizada até o término do 2º ano do Ensino Fundamental. Essa Base entende que o processo de alfabetização é um complexo que envolve a aquisição de habilidades cognitivas, motoras e socioemocionais, as quais são consideradas por serem um processo que não se limita ao aprendizado do código alfabético, mas também, ao desenvolvimento da compreensão e da expressão oral e escrita. Porém, o programa EpV utiliza essa mesma ação em todas as turmas dos anos iniciais, não apenas nos dois primeiros, uma vez que as turmas de 5º anos participam, também, das avaliações em larga escala do Saeb.

Em contrapartida, Freitas (2014) explica que quando o currículo escolar é focado em poucas disciplinas, como Língua Portuguesa e Matemática, por exemplo, as demais áreas de desenvolvimento da criança, como a artística, a criativa, a afetiva e a corporal ficam em segundo plano. Isso pode levar a uma série de problemas, como não desenvolver seu potencial criativo e artístico, ter dificuldade de lidar com suas emoções e de se relacionar com os outros, bem como pode ter problemas de saúde física e mental.

Esse programa, todavia, se propõe em fazer uma espécie de treinamento com os estudantes apenas com as competências e habilidades que são consideradas essenciais no ciclo de alfabetização e resolução de problemas matemáticos cotidianos, cobradas nas avaliações do Saeb, as quais são contempladas nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática. Portanto, a ABC é guiada pelo objetivo de elevação do Ideb, por intermédio das avaliações em larga escala. Assim, ao utilizar o programa EpV, começou a firmar parcerias com Secretarias de Educação dos municípios brasileiros para apoiá-las na implementação de práticas de gestão consideradas por eles como eficazes, e é continuando com essa perspectiva que este programa vem se expandindo pelos municípios brasileiros.

4.2 PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA: DAS PARCERIAS DO SETOR PÚBLICO COM A ASSOCIAÇÃO BEM COMUM E PROGRAMA EDUCAR PRA VALER

A parceria público-privada é um modelo de contrato entre o poder público e o setor privado para a execução ou gestão de obras e serviços de interesse da população, regulamentadas no Brasil pela Lei nº 11.079/2004, podendo ser utilizadas para uma ampla gama de projetos em várias esferas como na infraestrutura, a exemplo das rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, saneamento básico, energia, telecomunicações; assim como nos serviços públicos que podem ser direcionados à educação, à saúde, ao transporte público, à segurança e à assistência social.

Esse tipo de parceria tem sido objeto de debate nos últimos anos. Seus defensores argumentam que elas podem ser uma solução eficaz para problemas públicos, como a falta de infraestrutura e a ineficiência dos serviços públicos. Seus críticos argumentam que estas podem levar à privatização dos serviços públicos e a perda de controle do Estado sobre esses serviços.

Segundo Lindoso e Santos (2019, p. 5), “[...] a regulação estatal assume uma forma de intervenção que pode ser visível, quando efetuada por leis, normas e regras ou/e simbólica, quando a criação de regras busca atingir objetivos não explícitos”. Isso acontece em determinados campos como saúde, educação e economia. Esse tema é muito disputado para o seu debate, os quais apresentam benefícios e riscos a partir de sua implementação, a exemplo de que podem levar a uma melhoria da eficiência dos serviços públicos, pois o setor privado pode trazer inovações e melhores práticas de gestão, com o objetivo de atrair investimentos privados para a infraestrutura e os serviços públicos, o que pode levar a um aumento da oferta desses serviços.

Essas parcerias podem criar empregos, tanto no setor privado quanto no setor público, todavia, podem levar à privatização dos serviços públicos. Além disso, qualquer parceria entre o público e o privado pode estar sujeita à corrupção, tanto por parte do setor público quanto do setor privado, a partir de um aumento dos custos dos serviços públicos, pois o setor privado pode cobrar uma taxa de retorno sobre o investimento. O sucesso desse tipo de parceria depende de uma série de fatores, incluindo a definição clara dos objetivos do projeto, a seleção adequada do parceiro privado e a implementação eficaz do contrato.

Para alcançar seus objetivos, a ABC e o programa EpV firmam parcerias com o setor público, bem como empresas de caráter filantrópico ou não. Geralmente, as parcerias são ferramentas que podem ser utilizadas com o objetivo de melhorar a qualidade e a eficiência dos serviços em diferentes setores. Para tanto, esse tipo de parceria, de acordo com Paiva e Rocha, 2005, p.21) “[...] institui normas gerais para licitação de parceria público-privado, no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”. Todavia, é importante que elas sejam implementadas de forma transparente e responsável para que não levem a um aumento da desigualdade ou da corrupção. No caso específico da educação pública brasileira, essas parcerias podem ser uma alternativa para melhorar a infraestrutura das escolas e a qualidade do ensino. No entanto, é importante que estas sejam bem planejadas e executadas, para que não levem à privatização da educação pública.

Nesse sentido, a participação dos professores e da comunidade escolar no planejamento e na implementação dessas parcerias é fundamental para garantir que sejam alinhadas aos interesses dos alunos e da sociedade. É importante que elas sejam orientadas por um projeto de educação pública que seja inclusivo, democrático e de qualidade, devendo ser acompanhadas por mecanismos de transparência e controle para garantir que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente e responsável.

A implementação de parcerias na educação é um desafio, mas pode ser uma oportunidade para melhorar a qualidade do ensino no Brasil. Por isso, é importante que elas sejam implementadas de forma cuidadosa para que não levem a um empobrecimento da educação pública. Essas parcerias no setor educacional, assim como em outros, vêm sendo tema de pesquisa nos últimos anos, cujo objetivo é explanar os debates que regem sobre a ideia de que essa união seja a solução para obtenção de uma educação de qualidade, resultando numa equidade. Para isso, pesquisadores vêm se dedicando em trazer uma seara de escritos que culminam em discussões pelos resultados, sejam estes positivos ou negativos.

A ABC apresenta-se como pessoa jurídica e de direito privado, e vem firmando parcerias com empresas também privadas e/ou públicas para a implementação de políticas públicas: projetos criados e desenvolvidos por empresas consideradas pelos seus criadores como filantrópicas e que querem investir em áreas que buscam promover o desenvolvimento humano. É nessa perspectiva que

[...] os projetos sociais surgiram como objetivo de solucionar os problemas de forma específica e rápida, a fim de tentar satisfazer as necessidades básicas da população, desenvolvendo atividades que as empresas beneficiem a comunidade. Ou seja, algumas organizações da sociedade civil prestam serviços públicos que complementam a atividade estatal ou suprem sua carência em determinadas áreas (Gonzaga, 2016, p. 2).

Essas parcerias, geralmente, são feitas com empresas ou pessoas físicas que queiram empreender em empresas públicas com o objetivo, muitas vezes, de deduzirem um percentual de seus impostos que seriam pagos ao governo. Assim, essas empresas preferem incentivar projetos na área da educação e cultura, no social, no esporte, bem como na área da saúde.

O programa EpV e ABC apresentam uma parceria com as prefeituras municipais, ou seja, uma parceria com o setor público. No que concerne a nossa pesquisa, trata-se da prefeitura de Mamanguape na Paraíba. Para firmar essa parceria, foi apresentado e assinado um Acordo de Cooperação²² em que está explícita a descrição dos deveres e responsabilidades entre a Associação Bem Comum e prefeitura de Mamanguape. É importante destacar que o gestor municipal deve se comprometer com tudo o que a ABC espera para alcançar seus objetivos. Para isso, a gestão conta com seus aliados para a execução do que consta no Plano de Trabalho.

A ABC busca desenvolver seu trabalho com parceria junto a Fundação Lemann, fundada no ano de 2002, tendo como presidente Jorge Paulo Lemann, juntamente a seus conselheiros: Susanna Lemann; Paulo Lemann; Florian Bartunek; Peter Graber; Peter Nobel; Milton Seligman; David Velez. No olhar para a área educacional, essa fundação objetiva e concretiza vários projetos para o seu desenvolvimento, a exemplo do programa Gestão para o Sucesso Escolar (GSE), destinado a diretores de escolas públicas, com o objetivo de formar lideranças participativas, incentivar o uso de instrumento de avaliação e melhorar o aprendizado nas escolas, bem como outros projetos (Fundação Lemann, 2023).

De acordo com o *site*, a Fundação Lemann apresenta-se como uma empresa filantrópica, e por ter os mesmos propósitos, tornou-se parceira do programa EpV. A Fundação Lemann tem

²² Para Andreas Joachim Krell, um Acordo de Cooperação é um instrumento jurídico que estabelece uma relação de cooperação entre duas ou mais pessoas jurídicas, públicas ou privadas. Seu objetivo é promover a colaboração entre as partes, visando a realização de um objetivo comum.

como missão “[...] colaborar com pessoas e instituições de amplo impacto que garantam a aprendizagem de todos os estudantes, e engajar lideranças comprometidas em resolver desafios sociais complexos do país” (Fundação Lemann, 2019, p. 2). Essa Fundação se apoia em alguns programas que se dizem voltados à equidade e à qualidade da educação no país. O programa EpV é um desses programas, em que a ABC recebe o recurso financeiro dessa Fundação, e, com isto, oferta assessoria técnica e gratuita aos municípios participantes, por intermédio da Lyceum Consultoria Educacional²³, que projeta, juntamente aos colaboradores da ABC, o material estruturado para discentes, bem como outros materiais para docentes, formações continuadas para formadores locais, professor, coordenação e gestão escolar, bem como as seguintes avaliações: diagnóstica, leitura de fluência, formativa e somativa. Todos esses procedimentos são acompanhados pela coordenação estadual e local. Todavia, de acordo com a Cláusula quarta, que rege sobre a responsabilidade dos partícipes no Acordo de Cooperação entre o município e ABC, compete, no caso, ao município de Mamanguape “iv) Promover materiais pedagógicos para alfabetização e realizar formação continuada de professores” (Mamanguape, 2019, p. 2).

A partir desse contexto, a prefeitura de Mamanguape, por intermédio da Secretaria de Educação, é designada a obrigatoriedade de fornecer os materiais confeccionados pela Lyceum Consultoria Educacional. Nesse sentido, busca firmar parceria paga com gráficas ou busca com sua equipe a impressão desses materiais na própria Secretaria, uma vez que agiliza na entrega desses materiais, bem como se torna mais barato e cumpre com o acordo com a ABC.

A partir das pesquisas nos *sites*, das leituras sobre as parcerias que envolvem o programa EpV, bem como o que foram apresentados nas formações após a implementação desse programa, tenho o entendimento de que a escolha que a ABC teve por essa fundação para patrocínio e parceria se deu por esta afirmar que busca as mesmas expectativas em relação à aprendizagem dos estudantes do Ensino Fundamental, e que trabalha, também, prestando assessoria técnica e gratuita aos municípios participantes, com a finalidade de apoiá-los na implementação de práticas de gestão, objetivando melhorar o rendimento escolar de estudantes que estejam matriculados, para que estes tenham um rendimento na visão dessa fundação, como satisfatório.

Por intermédio dessas referidas práticas, fazem com que esses estudantes da rede pública de ensino se mantenham com frequência regular e permanente na escola. Para isso, o programa

²³ Mais informações no site: <https://consultorialyceum.com.br/>

EpV adota um quadro intitulado de “Quadro de infrequência”, cujas faltas dos alunos de todas as turmas sejam inseridas, para que a gestão escolar busque com a família meios para que os alunos com altas frequências de faltas possam voltar para a escola.

A Fundação Lemann informa ter como visão a possibilidade de “[...] um Brasil justo e avançado, onde todos têm oportunidade de ampliar o seu potencial e gerar impactos positivos no mundo, para elevar o país a um salto de equidade” (Fundação Lemann, 2019, p. 2).

Nessa perspectiva, essa fundação vem investindo, também, em programas como políticas de governo educacionais, buscando alcançar melhores resultados a partir de seus investimentos.

Além da parceria com o programa EpV, a Fundação Lemann, por intermédio do Centro Lemann, tornou-se parceiro da prefeitura de Mamanguape para a realização de um projeto intitulado Programa de Formação de Lideranças Educacionais²⁴, sob o Acordo regido pela Lei nº 13.019/14²⁵. Essa parceria é voltada ao desenvolvimento de um projeto, com duração de 2 (dois) anos, que visa fortalecer o compromisso e a capacidade de secretários e técnicos que acompanham escolas e gestores escolares para promover aprendizagem e desenvolvimento integral com qualidade e equidade em suas redes e escolas, objetivando o desenvolvimento na aprendizagem das competências e habilidades.

De acordo como o Acordo de Cooperação e pela Lei nº 13.019/14, esta parceria não envolve transferência de recursos financeiros de origem pública. Porém, existem obrigações entre os partícipes. Desse modo, cabe à prefeitura de Mamanguape:

5.1.1 Delinear, em conjunto com o Centro, o formato da estrutura de governança do PROJETO, contemplando a participação efetiva da Prefeita, do Secretário de Educação, dos Assessores como s quais será mantida comunicação permanente para informar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento das ações do PROJETO, assegurando a boa execução do planejado; 5.1.2 Adotar providências essenciais à formação e ao funcionamento da estrutura de governança do PROJETO, tais como designação de servidores responsáveis pelo ACORDO e a mobilização de agenda das autoridades envolvidas; 5.1. Adotar todos os esforços que estejam ao seu alcance para assegurar o atingimento dos resultados buscados por meio do ACORDO; 5.1.4 Viabilizar o acesso às informações, a realização de entrevistas, as pesquisas e ao desenvolvimento de ações que se façam necessárias no âmbito do PROJETO; 5.1.5 Elabora os instrumentos que sejam indispensáveis ou necessários das metas fixadas no PLANO DE TRABALHO ou dele decorrentes; 5.1.5 Outras atribuições consensualmente estabelecidas no PLANO DE TRABALHO e no âmbito da estrutura de governança do PROJETO (Mamanguape, 2022, p. 4).

²⁴ Todas as informações estão disponíveis em: <https://centrolemann.org.br/>

²⁵ Art. 1º Esta Lei institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.

De acordo com os documentos legais dessa parceria que são o Acordo de Cooperação e o Plano de Trabalho, estes terão vigência “pelo período de 2 (dois) anos, contado da data de sua assinatura” (Mamanguape, 2022, p. 5).

Esses processos formativos tiveram início em 2022 com previsão de término em dezembro de 2023. São oferecidos encontros síncronos e assíncronos, *on-line*, encontros presenciais em Sobral, bem como em outros municípios de estados brasileiros que também tem parceria com o Centro Lemann.

A prefeitura de Mamanguape aderiu a esse projeto em parceria com o Centro Lemann com o objetivo de melhorar o funcionamento das escolas municipais, as quais possuem atores que atuam com o programa EpV, por intermédio da gestão escolar. Os encontros são a distância e presenciais. O Centro Lemann dispõe de uma plataforma para lançamento de materiais e fóruns para debates sobre as temáticas lançadas, havendo ainda, encontros mensais *on-line*. Portanto, o curso é contemplado por mentorias que formam grupos para auxiliar os gestores com duração de aproximadamente 3 horas, por encontro, que acontece uma vez ao mês.

O curso oferece mensalmente um momento de vivência, que se estende por 8 horas, com palestrantes que abordam o tema do dia, que geralmente são relacionados ao cotidiano da gestão escolar. Nesses encontros, gestores de outros estados do Brasil que tiveram bons resultados nas escolas, descrevem suas experiências exitosas e quais os caminhos que possibilitam boas ações e resultados.

Caberá ao Centro Lemann entre tantos atributos para a tentativa do êxito do projeto, como

5.2.1. Oferecer ações voltadas à formação e certificação de lideranças educacionais com vistas à promoção da equidade na rede; 5.2.2. Apoiar a estrutura de governança no âmbito da Prefeitura Municipal de Mamanguape com informações e orientações sobre o desenvolvimento das ações, a fim de promover engajamento da rede em relação ao PROJETO (Mamanguape, 2022, p. 4).

Ao término do projeto as instituições parceiras: Centro Lemann e prefeitura de Mamanguape esperam que os participantes ganhem aumento da confiança e da capacidade de liderança e promova a melhoria da qualidade da educação em suas redes e escolas, consigam melhoria da cultura escolar e que contribuam para a construção de uma cultura escolar voltada para a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos educandos, bem como o aumento da equidade e da inclusão para garantir que todos os discentes tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas condições socioeconômicas ou culturais.

Outra parceira do programa EpV é a Lyceum Consultoria Educacional Ltda., uma empresa brasileira localizada na Rua Dr. João do Monte, 812 (Sala 104), Centro - Sobral, CE,

CEP: 62010-220. Foi fundada em 2009 pelos professores Joan Edesson de Oliveira e Jocelaine Rossi Duarte, após acumularem uma experiência considerável de trabalho com formação de professores e elaboração de material didático-pedagógico, tendo participado da criação da Escola de Formação Permanente do Magistério de Sobral, experiência pioneira, e sido seus primeiros dirigentes, entre 2005 e 2008.

A Lyceum Consultoria Educacional Ltda. não é filantrópica, trata-se de uma empresa privada que tem o objetivo oferecer serviços remunerados de consultoria, formação e desenvolvimento profissional para o setor educacional em diferentes áreas, como formação de professores, oferecendo cursos, workshops e palestras para professores de todos os níveis de ensino, com cursos voltados para o desenvolvimento de competências pedagógicas, como planejamento, avaliação e gestão da sala de aula. A empresa desenvolve materiais didático-pedagógicos para diferentes componentes curriculares e níveis de ensino. Esses materiais são baseados em metodologias consideradas inovadoras e práticas pedagógicas que busca promover o desenvolvimento integral do educando. O trabalho da Lyceum é focado em três áreas que se interligam, que são: a) material didático-pedagógico estruturado, b) avaliações diagnóstica, formativa e somativa, e c) acompanhamento. O programa EpV buscou firmar parceria contatual com a Lyceum na busca por consultoria e apoio para a sua implementação nas escolas públicas por intermédio das Secretárias de Educação, buscando, também, melhorias para a qualidade da educação desses municípios, por intermédio da formação da gestão escolar e na elaboração de políticas públicas educacionais.

A partir da minha atuação com o programa EpV e explicações durante as formações, pelas conversas que tive com a articuladora local do programa EpV, bem como por saber que essa empresa fornece, principalmente o material estruturado, pois todos estes têm sua logomarca, tenho o entendimento de que a Lyceum Consultoria firmou parceria com o programa EpV desde 2018, ano de sua fundação, prestando consultoria aos primeiros municípios ao aceitarem assessoria para obtenção das práticas de gestão e educacionais.

Em 2019, com a expansão do programa EpV, continuou assessorando, bem como na produção de material didático-pedagógico, formação de professores, produção de avaliações diagnósticas e formação de gestores. Atualmente trabalha para todos os municípios que fazem parte do Educar pra Valer, que equivale a um quantitativo, até o ano de 2023, de 46 municípios.

Além das assessorias, a Lyceum trabalha nas avaliações e o acompanhamento de seus resultados, permitindo aos municípios uma visão panorâmica da sua rede de ensino, possibilitando rápidas intervenções pedagógicas e de gestão, a partir do acompanhamento

individual de turmas e escolas, sendo possível, assim, identificar e solucionar problemas ou, ainda, replicar ações que trouxeram resultados considerados, por esta, como positivos. O pagamento dos serviços da Lyceum Consultoria Educacional Ltda. fica a cargo da Fundação Lemann, parceiro da ABC, criadora do programa EpV. Para redução de gastos, a Secretaria de Educação entra com o apoio na multiplicação do material, principalmente do estruturado para os estudantes, abarcando esse investimento em gráfica, bem como tirando cópias na própria Secretaria de Educação. Os professores têm acesso ao material preferencialmente pelo site do programa EpV. A partir dessas parcerias é que são elaborados os materiais para a execução do programa EpV.

4.3 OBJETIVOS DO PROGRAMA EDUCAR PRA VALER

A partir do que já foi exposto, explanamos, novamente, que um dos maiores objetivos do programa EpV é melhorar o rendimento e desempenho dos estudantes nele inseridos. Sua meta está em consolidar o aprendizado da alfabetização do aluno até os 7 anos de idade, conforme o que rege a BNCC de 2018, a qual define que a alfabetização das crianças deverá ocorrer até o término do 2º ano do Ensino Fundamental, objetivando, também, a garantia do direito fundamental e exclusivo de aprender as habilidades dos descritores, evidenciadas nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, que são prioridades nas avaliações em larga escala do Saeb.

Para que todos esses processos de implementação e desempenho no processo de ensino-aprendizagem tenham a possibilidade de efetivação, o programa EpV conta com um grupo executivo, formado por José Clodoveu de Arruda Coelho Neto Arruda²⁶, Márcia Cavalcante Oliveira Campos²⁷ e Maurício Holanda Maia²⁸, os quais participaram da reforma educacional

26 José Clodoveu de Arruda Coelho Neto, mais conhecido como Veveu Arruda, é professor e advogado. Foi secretário de cultura (1997-2004), vice-prefeito (2005-2010) e prefeito (2011-2016) do município de Sobral, tendo destaque pelo trabalho em áreas estratégicas de Educação, Saúde, Habitação e Desenvolvimento Social. No ano de 2009, assumiu a Superintendência do IPHAN no Ceará. Atualmente é professor visitante da Universidade Columbia em Nova York nos Estados Unidos.

27 Márcia Cavalcante Oliveira Campos é graduada em psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). É mestre e doutora em Educação pela UFC. Foi uma das idealizadoras do PAIC e coordenadora da Coordenadoria da Cooperação com os Municípios na Secretaria de Educação do Ceará (2007-2012). Márcia é ex-secretária adjunta da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza e ex-secretária adjunta da Secretaria de Educação do Ceará. Atualmente é coordenadora executiva do programa “Educar pra Valer”.

28 Maurício Holanda Maia é graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), mestre e doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e especialista em Política Pública de Gestão Governamental do Ministério de Planejamento (MPOG). Maurício é ex-secretário de Educação do Município de Sobral. Atualmente é construtor legislativo da Câmara Federal para a área de Educação, Cultura e Esporte e Diretor Presidente da Associação *Bem Comum*.

e tem desempenhado resultados significativos de acordo com o Ideb, que mostrou que o desempenho em alguns municípios dos quais o grupo faz parte ficou acima da média nacional de 5,5 em 2017.

O grupo do programa EpV, por apresentar uma equipe provida de experiências em gestão escolar e programas voltados à Secretaria de Educação do Ceará, acredita que pode mudar a realidade da educação brasileira a partir da efetivação das parcerias com as Secretarias de Educação municipais. A função do grupo é acompanhar, de perto, a partir da interação com essas Secretarias com visitas *in loco*, a implementação das medidas adotadas pelos municípios integrantes desse programa para melhorar os resultados de sua rede. Com isso, sua metodologia de ensino foi desenvolvida a partir de uma base teórica e prática, que visa a experiência e aprendizado das escolas que atuam com o programa.

A partir do convite de adesão ao programa EpV e a exposição de como ocorre a sua implantação, a gestão municipal de Mamanguape, juntamente aos seus aliados, se empenhou em fazer parceria com esse programa. Na oportunidade, fez uma visita ao município de Sobral para conhecer, de perto, como o programa era implementado, para então aceitar a parceria e, posteriormente, realizar sua implementação no município o qual governa, com a intenção

[...] de fomentar a qualidade da educação básica com ações que visem à melhoria da gestão pública, educacional e pedagógica, capazes de garantir o ingresso, a frequência regular e a permanência de suas crianças na escola, envidando todos os esforços para que elas conquistem os níveis de aprendizagem esperado para a sua idade e série, com o avanço dos indicadores educacionais (Mamanguape, 2019, p.1).

Por conseguinte, uma gestão municipal, estadual ou federal se deslumbra por progressos considerados positivos para o alcance dos objetivos de uma política, principalmente de governo, e a implementa na expectativa de que está fazendo o melhor para os seus munícipes. No entanto, abdicar de uma política já existente e atuante para implementar outra apenas porque acreditou-se que deu certo em um *locus* diferente é contar com a sorte. De acordo com Ball, Maguire e Braun (2021, p. 47), faz-se necessário considerar as “[...] dificuldades comportamentais, deficiências” e “privações” sociais e econômicas e as exigências do contexto [...]”. Por isso, é importante entender que cada cenário escolar possui suas especificidades, assim, o desenvolvimento das políticas públicas educacionais deve considerar que as “[...] escolas têm histórias específicas, edifícios e infraestruturas, perfis de pessoal, experiências de liderança, situações orçamentais e desafios de ensino e de aprendizagem [...]” (Ball; Maguire; Braun, 2021, p. 47).

Desse modo, respeitar as especificidades de cada escola é reconhecer a diversidade presente no sistema educacional e agir de forma a promover uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, que atenda às necessidades individuais e coletivas de cada ambiente escolar. Isso contribui para a construção de um ambiente educacional mais justo, democrático e enriquecedor para todos os envolvidos.

O que se evidencia na atualidade é que na perspectiva de melhoria da educação, a gestão precisa mostrar benefícios durante seu mandato, por isso, busca esse tipo de parceria, declarando, segundo Freitas (2014), que essas empresas garantem que têm a solução para os problemas educacionais – então, lançam a proposta para o setor público, o qual, inclusive, agradece, pois precisa mostrar à população que as escolas estão melhorando.

Nesse sentido, a partir da implementação de uma política pública, seja esta municipal, estadual ou federal, deve-se haver cobranças por parte da sociedade, com o objetivo de verificar a fomentação por parte governo, em que instância for, para que iniciativas possam surgir com o objetivo de proporcionar melhorias no setor público. Logo, a sociedade civil espera, também, que pesquisadores façam esse levantamento e tragam as respostas, sejam estas positivas ou negativas por intermédio de suas pesquisas.

Com foco no município de Mamanguape na Paraíba, por ser o *lócus* da nossa pesquisa, demos destaque a esse estado, informando que o município de Conde foi o primeiro a atuar com o programa EpV ainda no ano de sua fundação, em 2018. Já no município de Mamanguape, a implantação aconteceu apenas no ano de 2019, assim como em mais 4 (quatro) municípios: Sousa, Princesa Isabel, Monteiro e, a capital paraibana, João Pessoa. Em 2021 concorreram por intermédio de inscrição os seguintes municípios também paraibanos: Cajazeiras, Bayeux, Queimadas e Cabedelo.

Entre o ano de 2018 até o ano de 2023, o programa EpV totalizou parcerias com 12 estados e 46 municípios, conforme mostra no quadro abaixo, por intermédio do site <https://abemcomum.org/programa-educar-para-valer/>, buscando alcançar sua meta que é ser implementado em 50 municípios até o ano de 2024.

Tabela 1: Estados e municípios brasileiros que implementaram o programa EpV.

Nº	ESTADO	UF	MUNICÍPIO
1	Alagoas	AL	Maceió
2	Amapá	AP	Macapá e Santana

3	Bahia	BA	Salvador; Alagoinhas; Camaçari; Feira de Santana; Guanambi; Mata de São João; Porto Seguro; Simões Filho e Vitória da Conquista.
4	Ceará	CE	Caucaia e Fortaleza.
5	Espirito Santo	ES	Vitória; Cachoeiro de Itapemirim; Linhares; Nova Venécia e Vila Velha.
6	Maranhão	MA	São Luís; Barreirinhas; Itapecuru Mirim; Paço do Lumiar; Timon e Vargem Grande.
7	Pará	PA	Benevides.
8	Paraíba	PB	João Pessoa; Cabedelo; Cajazeiras; Conde; Mamanguape ; Monteiro; Patos; Princesa Isabel; Queimadas e Sousa.
9	Pernambuco	PE	Igarassu; Olinda; Paulista; Pesqueira; Salgueiro e Serra Talhada.
10	Rio Grande do Sul	RS	Novo Hamburgo
11	Sergipe	SE	Aracaju e São Cristóvão.
12	São Paulo	SP	Ferraz de Vasconcelos.

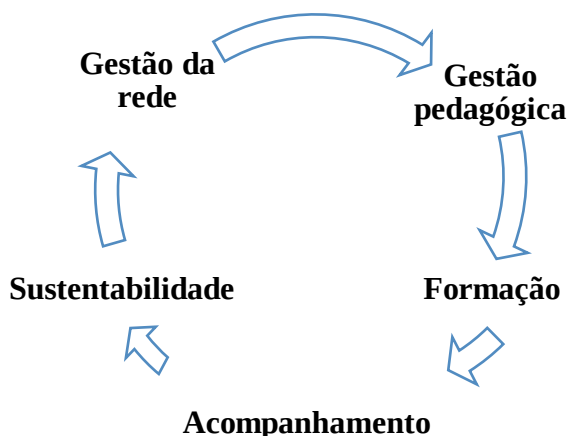
Fonte: quadro adaptado do programa Educar pra Valer (2023).

A escolha pelo *lócus* de nossa pesquisa, no município de Mamanguape na Paraíba, ocorreu devido eu ser professora do quadro efetivo desse município, bem como por atuar com o programa EpV desde a sua implementação no ano de 2019.

Ao focarmos na base teórica, podemos dizer, a partir dos documentos cedidos pelo programa, tem-se um aporte em pesquisas e evidências experimentais²⁹ que demonstram que é fundamental uma abordagem sistêmica para vencer os desafios educacionais relacionados à melhoria da qualidade da aprendizagem. Esta abordagem sistêmica apresentada pelo programa EpV se desdobra em ações que podem ser concentradas em 5 eixos de atuação, como os descritos abaixo:

²⁹ É um regime de colaboração para a garantia do direito à aprendizagem. O Programa Alfabetização na idade certa (PAIC) no Ceará / Secretaria da Educação, fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Fortaleza: SEDUC, 2012.

Figura 2: Os eixos que envolvem o programa Educar pra Valer.



Fonte: figura adaptada do programa EpV (2023).

Com base na figura 2intro, é possível identificar que os eixos procuram ser complementares. Possuem atenção voltada para o processo de implementação de uma política educacional que busca compreender a escola e a sala de aula como a prioridade de todos os profissionais para que possa haver os resultados esperados.

De acordo com o que rege o programa EpV, a gestão da rede municipal define a política educacional e o plano de metas com base em diagnósticos, procurando focar na aprendizagem e, conseqüentemente, na melhoria dos resultados da escola. Desse modo, deve aperfeiçoar a parte pedagógica do sistema por intermédio de um conjunto de medidas, incluindo formação pedagógica de professores e gestores escolares com a finalidade de melhorar a qualidade técnica do ensino e aprendizagem.

Definidas as metas de aprendizagem, elas são constantemente acompanhadas pela Secretaria de Educação do município, sendo avaliadas sistematicamente a fim de possibilitar insumos às intervenções no ano letivo em um período de 4 anos, buscando elevar os índices de desenvolvimento na aprendizagem, manter esses índices, bem como aumentá-los.

A execução do programa EpV é realizada com a gestão municipal, a partir das seguintes ações mostradas no quadro 7.

Tabela 2: Ações atinentes ao programa Educar pra Valer em parceria com a gestão municipal.

1	Diagnóstico inicial da rede.
2	Apoio à construção de um plano de ação focado na melhoria da aprendizagem e sucesso dos estudantes.
3	Formações para os gestores da secretaria para melhorar os resultados educacionais.
4	Apoio técnico para estruturação e qualificação da política de formação para gestores.
5	Apoio técnico para estruturação da política de formação de professores da rede.

6	Apoio à implementação das avaliações diagnósticas da rede.
7	Leitura de resultados da avaliação e sua consequente repercussão na formação e intervenção pedagógica, e também na gestão da secretaria e das escolas.
8	Implementação de um processo de acompanhamento às escolas.
9	Suporte para as ações de comunicação e sustentabilidade do programa na rede, bem como a valorização dos profissionais da educação.

Fonte: adaptado ao programa EpV (2023).

De acordo com a Secretaria de Educação de Mamanguape, o programa EpV fica implementado 4 anos no município, porém, de acordo com a cláusula terceira - Vigência, contatada no Acordo de Cooperação, a implementação do programa EpV tem a duração efetiva de 3 anos no município de Mamanguape/PB, conforme é visto:

3.1. O presente Acordo de Cooperação Técnica vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até 31/12/2021, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto, podendo ser prorrogado, mediante proposta da **Bem Comum** devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 dias antes do seu término (Mamanguape, 2019).

O programa EpV após o período estipulado de sua implementação em cada município pode permanecer implementado por mais tempo, podendo manter a parceria a partir de um aditivo, apresentado em um novo Acordo e Cooperação e Plano de Ação. No município de Mamanguape, na Paraíba, a parceria entre a ABC, programa EpV e prefeitura de Mamanguape estava com o tempo vigente entre fevereiro de 2019 a dezembro de 2021, porém, após pedido da gestão municipal (tendo em vista o primeiro ano da pandemia da covid-19), por meio de reunião e discussão com alguns membros da comunidade escolar e membros da Secretaria de Educação, a ABC resolveu, por intermédio de um de seus fundadores, José Clodoveu de Arruda Coelho Neto (mais conhecido como Veveu Arruda), permanecer implementada mais dois anos. A prefeitura de Mamanguape ainda pretende continuar com a parceria em 2024, para isso, será feito um aditivo alusivo ao Acordo de Cooperação e um Plano de Trabalho existentes entre os partícipes.

Para a realização das ações, os municípios de cada estado são trabalhados em três instâncias:

Tabela 3: Ações realizadas nos municípios de cada estado considerando três instâncias.

1ª INSTÂNCIA	Município: encontros mensais e individuais da equipe do EpV com a equipe municipal (Secretaria de Educação e escolas da rede).
2ª INSTÂNCIA	Estado: encontros bimestrais e coletivos da equipe do EpV com os municípios que participam do programa no estado, escolha do município sede

	para o encontro irá considerar (I) equidistância; (II) condições para bom acolhimento dos participantes.
3ª INSTÂNCIA	Encontro Nacional: encontros semestrais/anuais e coletivos da equipe do EpV com municípios de diversos estados - por exemplo, seminário de boas práticas em Sobral.

Fonte: quadro adaptado ao programa EpV (2023).

O programa EpV trabalha na tentativa de buscar o desenvolvimento nas equipes das Secretarias de Educação e escolas a mesma cultura de comprometimento e foco na aprendizagem dos estudantes. Assim, as experiências e ferramentas são compartilhadas em todas as escolas para que o processo possa acontecer de maneira formativa.

O programa EpV espera contar com o pleno comprometimento do governo municipal e do secretário de educação, pois essas lideranças são essenciais para que o município seja capaz de inspirar e mobilizar toda a equipe da secretaria, das escolas, estudantes, pais e cidadãos do município.

A partir da implementação, o programa EpV promove eventos com a gestão municipal e seus aliados, a exemplo dos seminários estaduais e nacionais, como o objetivo da troca de experiências entre os participantes. É importante que esse público-alvo apresente clareza quanto aos desafios e compromissos voltados aos esforços necessários para que sua rede possa tentar garantir o direito à aprendizagem e ao bom funcionamento do sistema para os estudantes das escolas públicas, de acordo com o que rege o acordo antes de firmar parceria. A equipe municipal tem como tarefa uma série de compromissos que julgam essenciais, objetivando que o programa EpV tenha na sua execução o sucesso almejado, que inclui: garantir o fornecimento dos dados de informações necessárias ao desempenho das atividades a serem executadas, conforme cronograma estabelecido no Plano de Trabalho, comprometendo-se, em especial, com as seguintes ações:

Tabela 4: Compromissos essenciais para a execução do programa Educar pra Valer (EpV), previsto no Acordo de Cooperação.

1	Participar das agendas com o grupo executivo do programa, que serão combinadas com antecedência.
2	Designar membros da equipe para liderar a realização das ações pela rede.
3	Realizar sistemática de avaliações externas à escola, provendo logística de transporte, impressões e todos os insumos necessários para o cumprimento deste fim.

4	Prover materiais pedagógicos para alfabetização e realizar formação continuada de professores.
5	Oferecer todas as condições necessárias para que aconteça sistematicamente o acompanhamento às escolas pela equipe da secretaria.
6	Aperfeiçoar o processo de seleção de diretores e coordenadores pedagógicos escolares, quando necessário, considerando critérios técnicos de competência, perfil profissional e ética.
7	Subsidiar o deslocamento de sua equipe e fornecer todo o apoio necessário para que ela possa participar das reuniões e encontros formativos em âmbito estadual e nacional.

Fonte: tabela adaptada ao Termo de Cooperação do programa EpV (2019).

O programa EpV deixa explícitas as ações a serem realizadas, conforme a Cláusula segunda do Acordo de Cooperação que é implementado, “[...] promovendo assessoria técnica, capacitação e consultoria na área educacional, visando a melhoria da gestão pública, da eficiência administrativa e da eficácia das políticas públicas [...]” (Mamanguape, 2019, p. 2).

A partir do exposto na Cláusula sexta do Termo de Cooperação do programa EpV, em que informa dentre outras ações que “[...] esta parceria não envolve transferência de recursos financeiros entre as partes, tampouco acarreta qualquer favorecimento, em qualquer relação prévia ou posterior ao estabelecimento deste Acordo” (Mamanguape, 2019, p. 3).

Por isso acreditamos que para promover o desenvolvimento das ações do programa nos municípios sejam por intermédio de suas parcerias, que são a Fundação Lemann, apresentada como uma empresa filantrópica e que investe recursos financeiros em projetos educacionais, e a Lyceum Consultoria Educacional Ltda., parceria privada que recebe por seus serviços prestados à ABC.

No entanto, a prefeitura de Mamanguape, por intermédio da Secretaria de Educação também arca com despesas para o seu funcionamento, conforme visto no quadro 5, informando o que está contido na Cláusula quarta do Acordo de Cooperação. Em síntese, a ABC juntamente ao programa EpV oferta seus serviços gratuitamente na rede de ensino público, porém a execução de suas ações demanda o planejamento de investimentos e custos também pelo município. Logo, é com essa e outras estratégias que o programa EpV vem aumentando o número de municípios participantes, tendo sua última atualização, em 2021, a seguinte estatística:

Figura 3: Estatísticas sobre o programa Educar pra Valer até o ano de 2021.



Fonte: <https://abemcomum.org/programa-educar-pra-valer/2021>.

Os dados destacados acima compreendem os resultados dos municípios que implementaram o programa EpV na rede pública municipal do Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais, sendo estes do 1º ao 5º e 9º ano. Os dados fazem parte do senso 2020 e 2021. Todavia, esses números podem ter aumentado ou diminuído, uma vez que já se passaram 2 anos sem atualização.

4.4 O PROGRAMA EDUCAR PRA VALER NO CONTEXTO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE MAMANGUAPE/PB

A partir do entendimento de que o programa EpV foi implementado na rede municipal de ensino de Mamanguape na Paraíba em 2019 (ano de Ideb), a princípio, nas turmas dos 2º e 5º anos do Ensino Fundamental Anos Iniciais, julgamos necessário que uma das metas previstas no Plano de Trabalho é

Consolidar o aprendizado da alfabetização até os 7 anos de idade; eliminar o abandono escolar; reduzir a distorção idade série; elevar o percentual de alunos no nível adequado em língua portuguesa e matemática de acordo com os parâmetros da prova Brasil; superar as metas do Ideb previstas pelo Ministério da Educação [...] (Mamanguape, 2019, p.2).

Nessa perspectiva, o programa EpV a partir da parceria com os municípios focam no ensino-aprendizagem, prioritariamente, nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, cujos objetos do conhecimento (conteúdos) são cobrados nas avaliações em larga escala por intermédio do Saeb, ofertadas pelo MEC ainda em 2019, incluindo as demais turmas do Ensino Fundamental anos iniciais, para a preparação para o próximo Saeb, em 2023.

No Ensino Fundamental o Saeb é realizado a cada dois anos apenas nas turmas dos 2º, 5º e 9º anos. Por esse sistema investigar a aprendizagem dos estudantes em apenas Língua

Portuguesa e Matemática, o programa EpV vem excluindo, de maneira parcial, os demais componentes curriculares vistos nos anos iniciais, como História, Geografia, Ciências, Artes, Educação Física, Ensino Religioso, a partir da limitação de tempo destinados a esses componentes curriculares.

Em 2023, o programa EpV foi implementado, também, na turma do 9º ano do Ensino Fundamental Anos Finais (ano de Ideb), com o objetivo de verificar e tentar melhorar o rendimento escolar dos estudantes dessas turmas, prioritariamente nos componentes curriculares que são contemplados nessa avaliação em larga escala, promovida pelo Saeb.

A constatação dos resultados positivos ou negativos das avaliações aplicadas pelo programa EpV se apresentam a partir dos seus resultados das avaliações em larga escala desenvolvidas pelo Saeb. De acordo com Freitas *et al.* (2009), as avaliações em larga escala fornecem dados sobre o desempenho dos alunos em diferentes áreas do conhecimento, como português, matemática e ciências. Esses dados podem ser usados para monitorar o progresso dos sistemas educacionais ao longo do tempo e identificar áreas que precisam de melhorias.

A partir da implementação de medidas, visando melhorias na educação pública do município de Mamanguape/PB, o governo municipal lançou seu olhar para a possibilidade de implantação do programa EpV. Por isso, fez-se necessária a verificação antecipada da então política educacional implementada pelo governo federal em que os docentes tinham autonomia na parte pedagógica, didática e metodológica com utilização ou não dos materiais disponibilizados, incluindo os livros didáticos, PCN, bem como *sites* eletrônicos, materiais próprios, de acordo com o nível de cada turma. Essa verificação se deu por intermédio de uma avaliação diagnóstica por parte da equipe do programa EpV, com aqueles alunos matriculados nas turmas dos 2º e 5º anos do Ensino Fundamental, com o objetivo de verificar e mostrar o nível de aprendizagem daqueles discentes antes da organização do plano de ação, bem como da implementação de uma nova política educacional escolhida pela gestão municipal, o programa EpV.

Essa avaliação diagnóstica serve, também, para constatar se houve, de fato, uma considerável melhoria no ensino-aprendizagem posteriormente com o programa já implementado e com os docentes atuando com esse programa nessas mesmas turmas, com esses mesmos alunos em avaliações futuras promovidas pelo programa. Sobre a aplicação das avaliações do programa EpV, é importante informar que consta na cláusula quarta do Acordo de Cooperação que compete ao município

- ii) designar membros da equipe para liderar a realização das ações pela rede; iii) realizar sistemáticas de avaliações externas à escola, promovendo logística de

transportes, impressões e todos os insumos necessários para o cumprimento deste fim [...] (Mamanguape, 2019).

Da mesma maneira, as avaliações são executadas pela equipe designada pela Secretaria de Educação sob orientação do programa EpV. Geralmente essas avaliações são introduzidas pela gestão e coordenação escolar. Porém, se por ventura, sejam os docentes designados para essa atividade, estes devem ser distribuídos em turmas distintas as suas. Mesmo assim, na avaliação somativa (última avaliação) sempre quem aplica são as pessoas da equipe do programa EpV.

A partir dos resultados das avaliações para verificação dos níveis de aprendizagem dos estudantes das turmas em que o docente atuará com o programa EpV, é feito e/ou refeito o plano de ação, “[...] focado na melhoria da aprendizagem e sucesso dos alunos” (Plano de trabalho EpV, 2019).

Após o resultado da avaliação diagnóstica, o que nas palavras de Andriola e Araújo (2018, p. 6) “[...] pode ser realizada por meio de uma atividade oral, ou mesmo um simples questionário com perguntas abertas, em que os alunos possam expor suas ideias”, permitindo assim, que o professor saiba de onde partir e, principalmente, como melhor intervir para agregar valor ao estudante.

O programa EpV adota esse tipo de avaliação, porém sua elaboração não é feita pelo professor, mas pela equipe do programa EpV e da parceria privada que é a Lyceum Consultoria Educacional Ltda., que, geralmente, utilizam duas categorias de avaliação: uma com questões de múltipla escolha a partir das leituras com os tipos e gêneros textuais, podendo englobar vários objetos do conhecimento tanto em Língua Portuguesa quanto de Matemática; e a outra categoria é a avaliação leitora individual para conferir o nível de leitura dos estudantes no início do ano letivo para que estes aprendam a ler com fluência. Mas, afinal, o que é ler com fluência?

Entendemos o conceito de fluência a partir da representação na comunicação, na habilidade de transmitir ideias de forma clara, concisa e eficaz, adaptando-se ao contexto e ao público com maestria, dominar as regras gramaticais, ortografia e vocabulário, construindo uma base sólida da comunicação. Entendemos a partir desse conceito que seja pouco provável que crianças que ainda estejam nos anos iniciais tenham esse domínio de leitura, porém, essa prática deve começar na escola, mas sem exigências, conforme explica De Jesus Santos e Pacheco (2017, p. 240) ao enfatizarem que “[...] leitores, em estágios iniciais de escolarização, apresentam uma leitura mais lenta, menos fluente e, à medida que eles avançam na seriação escolar, tornam-se leitores fluentes”.

Para esse conceito, o programa EpV traz em seu caderno de orientações gerais os autores Rossi e Oliveira (2022, p. 90) para explicar que “[...] um leitor é fluente quando reconhece as palavras rapidamente, usando a maioria dos seus recursos cognitivos para agrupar as palavras em unidades sintáticas e para compreender e interpretar o texto”. Com o objetivo de alcançar esse estágio de leitura, o programa investe nas técnicas de leitura a partir de quando a criança começa a apresentar um conhecimento e entendimento sobre o texto lido, ainda nas primeiras turmas do Ensino Fundamental Anos Iniciais.

É a partir da perspectiva de formar leitores fluentes ainda nos anos iniciais que o programa EpV investe com suas metodologias, utilizando-se de suas técnicas aplicadas pelo professor para que o estudante se torne um leitor fluente ainda no Ensino Fundamental Anos Iniciais e alcance bons resultados nas avaliações em larga escala. Rossi e Oliveira (2022) ainda acrescentam no conceito de fluência trazido pelo programa EpV como a capacidade de ler de forma rápida, precisa e expressiva. Ela é importante para a compreensão da leitura, pois permite que o leitor se concentre no conteúdo do texto, sem se preocupar com a decodificação das palavras. No entanto, a fluência por si só não garante a compreensão. Para compreender um texto, o leitor também precisa ter um bom vocabulário, entender o sentido das palavras e ser capaz de extrair informações e fazer inferências. O programa EpV busca investir nesse e em outros quesitos que possam tornar o leitor fluente o mais rapidamente possível, esquecendo, muitas vezes, que cada criança tem seu tempo de aprender, inclusive, muitas podem ter algum *déficit* de aprendizagem ou qualquer outra deficiência.

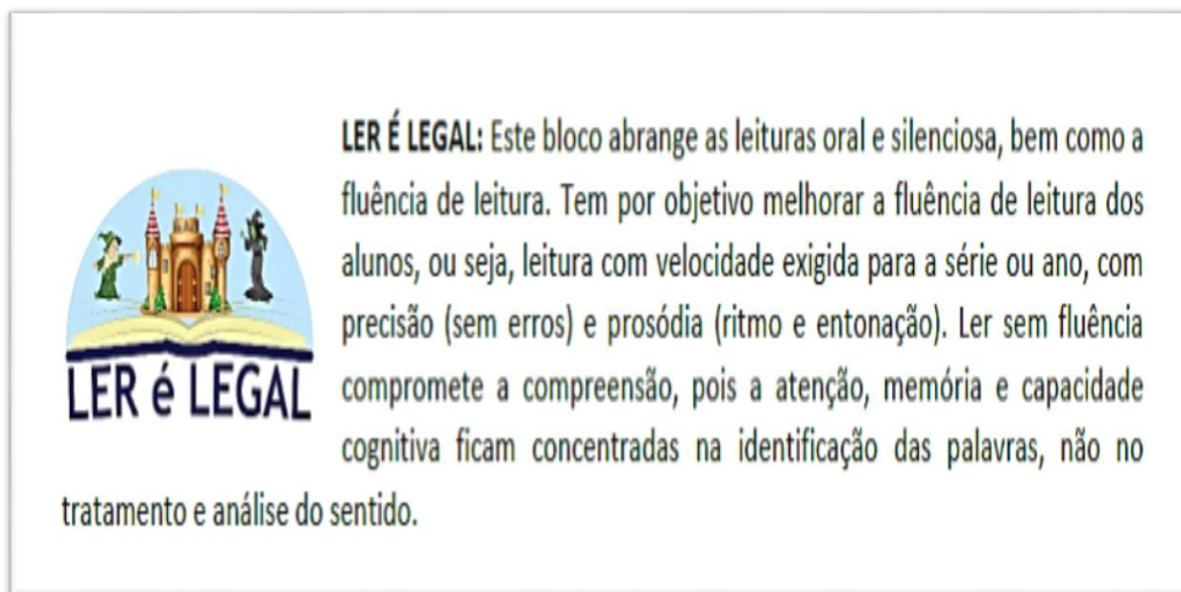
Na tentativa de alfabetizar e formar leitores fluentes, os docentes que atuam com o programa EpV utilizam mecanismos para que estudantes se destaquem ainda nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Em contrapartida, De Jesus Santos e Pacheco (2017, p. 2040) corroboram que apenas

Com o passar dos anos, e com o processo de escolarização, esses indivíduos passam a apresentar automaticidade no reconhecimento de palavras, de modo que a compreensão de leitura se torna mais eficaz. Nessa perspectiva, acreditamos que há uma relação estreita entre fluência e compreensão de leitura. É possível que haja uma relação diretamente proporcional entre essas duas habilidades (De Jesus Santos e Pacheco, 2017, p. 240).

Em outras palavras, os autores explicitam o que consta no Art. 4º da LDBEN (1996), que estabelece que a educação básica deve ser organizada de forma a garantir a alfabetização plena e a capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica. Isso significa que os alunos devem ter a oportunidade de desenvolver as habilidades necessárias para ler e compreender textos de diferentes gêneros e níveis de complexidade.

Para alcançar o objetivo de formar leitores fluentes, o programa EpV coloca em sua “sugestão” de rotina as técnicas de leituras que o docente deve fazer com os estudantes para, a cada dois meses, uma equipe verificar se houve evolução na aprendizagem leitora desses estudantes, classificando-os em diferentes níveis. Para isso o programa EpV adota uma rotina classificada como “Ler é Legal”, de acordo com a seguinte figura:

Figura 4: Critério avaliativo aplicado para as atividades de fluência em leitura.



Fonte: caderno de orientações gerais do 5º ano (2022, p. 40).

O programa EpV, além do material estruturado de Língua Portuguesa e Matemática, trabalha com um livro denominado Caderno de Fluência, contendo apenas textos com diferentes tipos e gêneros textuais, de acordo com cada turma. O docente deve utilizar esses textos na rotina de leitura com os estudantes, utilizando as técnicas que serão apresentadas.

Figura 5: Capa do caderno de fluência em leitura.



Fonte: Programa EpV (2022).

A partir dos textos contidos no Caderno de Fluência ou dos textos apresentados no material estruturado, o docente deve utilizar as técnicas de leitura para a tentativa da formação do leitor fluente. O esperado é que os estudantes ao ingressarem no 5º ano dos anos iniciais estejam alfabetizados e, se possível, sejam leitores fluentes, caso estejam apenas alfabetizados, que a fluência aconteça facilmente.

A seguir, mostraremos no quadro 11, a descrição do perfil do leitor fluente utilizado pelo programa EpV. Esse quadro serve para todas as turmas para a verificação em qual estágio de alfabetização está o estudante, o que muda são os níveis dos textos para essa avaliação leitora. O programa disponibiliza o caderno de fluência para cada turma, ou seja, do 1º ao 5º ano, e, nesse sentido, o material estruturado também é de acordo com cada turma.

Isso significa que para estudantes do 1º ou 2º ano por exemplo, os textos apresentados são menos complexos do que os apresentados para estudantes que estão entre o 4º ou 5º ano, pois o programa espera que em turmas mais avançadas os estudantes já estejam alfabetizados e tornem-se leitores fluentes.

Quadro 6: Apresentação das técnicas para desenvolvimento da leitura oral.

TÉCNICAS PARA DESENVOLVIMENTO DA LEITURA ORAL

a) LEITURA ORAL EXEMPLAR (PROFESSOR)

O professor deve realizar duas leituras fluentes do texto, de forma clara e audível. Os alunos devem ouvir a leitura do professor como exemplo de fluência, acompanhando o texto em silêncio. Em seguida, é a vez de o aluno ler o texto de forma clara e audível. Enquanto o aluno lê, o professor faz as observações e anotações. Quando o aluno terminar, o professor faz as intervenções necessárias sobre a leitura e pede que o aluno leia novamente.

b) LEITURA ORAL EXEMPLAR (ALUNOS)

Selecionar em torno de 5 alunos que são leitores fluentes e desinibidos e colocá-los para ler o mesmo texto, um de cada, diversas vezes. Os demais alunos serão ouvintes. É importante que o texto seja ouvido diversas vezes, para que os leitores não fluentes tenham boas referências de leitura de seus próprios colegas.

c) REVEZAMENTO

Selecionar apenas um texto para toda a turma ou para o grupo. Uma criança ou grupo de crianças começa a ler o texto e, em um momento combinado, todos param e outra criança ou grupo continua a leitura de onde o último parou. Todos do grupo ou dos grupos devem participar da leitura.

d) CUMULATIVA

Uma criança lê o primeiro parágrafo, estrofe ou verso, como for planejado. Ela e a próxima leem o segundo parágrafo e assim sucessivamente até o final do texto. Vão acumulando-se leitores à leitura inicial, de modo que ao final todos estejam lendo.

e) ANTIFÔNICA

Leitura feita por um aluno fluente ou professor, com os demais repetindo o que foi lido. Dividir a turma em grupos de no mínimo 5 alunos. Por grupo, o professor seleciona os leitores fluentes para encabeçar a leitura de cada grupo. Tudo o que o leitor ler, os colegas devem repetir.

Ex.: Pode ser um verso, uma estrofe, um parágrafo etc. Os comandos devem ser claros, para que todos entendam e sigam corretamente. Todos os grupos se apresentarão com a leitura do mesmo texto.

f) REFRÃO

Uma criança lê a maioria do texto e o grupo inteiro se junta, em partes combinadas previamente.

g) LINHA POR CRIANÇA

Uma criança lê, por exemplo, duas frases de um parágrafo sozinha e o grupo inteiro lê a frase seguinte. Essa técnica se ajusta ao gênero, isto é, se é poema, instrucional, lista etc. O professor faz os combinados de acordo com o texto.

h) DIÁLOGO

Escolher os gêneros que tornem essa técnica possível. Os textos que melhor se ajustam são os narrativos. Um aluno faz o narrador e os demais se organizam a partir dos personagens que compõem o texto. É a leitura de grupos ou pessoas representando um personagem do texto selecionado.

i) CANTO EM CORAL PARA TRABALHAR PRECISÃO E VELOCIDADE

Sugerida como forma de introduzir leitores iniciantes em contato com textos escritos, pela facilidade de memorização. Podemos usá-las com ou sem a melodia, uma vez que com a melodia exige maior experiência leitora, por conta da velocidade. Para os iniciantes (1º ano), pode-se isolar os versos e trabalhar, um por um, até construir o texto todo ou um fragmento/estrofe. Escolha músicas de qualidade, que contribuam para a formação das crianças.

j) IMPROVISADA

A leitura começa de forma padrão, com um aluno lendo uma linha/verso ou parágrafo, mas, em seguida, passa a ser imprevisível: um estudante lê algumas linhas, outros em duplas. Em vários pontos, algumas crianças enfatizam palavras particulares. Apesar de parecer um caos, essa técnica contempla vários níveis de leitura, promovendo a interação de todos e a promoção e valorização dos avanços.

k) LEITURA COM ECO

Pode ser conduzida pelo professor ou por um aluno com algum grau de fluência. Essa técnica assemelha-se à leitura antifônica; o que ela traz de novo é a possibilidade da participação direta de uma criança com uma fluência já iniciada. Assim, existe a oportunidade de a criança se sentir encorajada e responsável por ler bem e acompanhar o seu próprio desempenho de leitura.

l) LEITURA MURMURADA (SUSSURRADA)

Devem ser selecionados trechos de textos de 50 a 100 palavras (textos já lidos e conhecidos pelos alunos). Em seguida, com voz baixa e suave, os alunos devem praticar a leitura por 5 minutos. Ao final, leem a passagem em voz alta para a turma inteira.

m) LEITURA REPETIDA DE PALAVRAS DE ALTA FREQUÊNCIA E DE FRASES

Preparar cartões com palavras mais comuns ou um mural de palavras para que os alunos leiam as mesmas isoladamente, de forma rápida e precisa. Depois, essas palavras devem ser inseridas em frases curtas e simples e devem ser lidas pelos alunos.

Varição: listar de 5 a 10 frases numa cartolina ou mural e praticar a leitura em conjunto com os alunos várias vezes em um determinado momento da aula.

n) TEATRO DE LEITORES

Leitura dramatizada em duplas ou mais alunos, de acordo com os personagens e narrador ou o eu lírico do texto, no caso de poema. Pode-se utilizar uma piada, poema ou tirinha. É uma leitura oral divertida de textos curtos, dramatizada, teatralizada, com uso da voz expressiva.

Fonte: adaptado do caderno de orientações gerais do programa EpV (2022, p. 97).

A partir da prática de leitura diária com os estudantes, com as técnicas do quadro 10, o programa EpV espera evolução leitora dos discentes. Para isso, uma equipe designada faz o teste de avaliação leitora, verificando se estes estudantes evoluíram, utilizando uma tabela para saber o perfil de cada estudante em relação à leitura, chamado Perfis do Leitor, com a numeração do 1 ao 6, conforme mostrado no quadro abaixo:

Quadro 7: Descrição do perfil do leitor

Estudos Suplementares	5º Ano
PERFIS DO LEITOR	
NÍVEL 1	
<u>Não leitor (Perfil pré-leitor)</u>	
▪ O leitor reconhece letras isoladas ou não as reconhece. ▪ O leitor se esforça para decodificar as palavras, sem autocorreção, ou não decodifica. ▪ O leitor lê letra por letra. ▪ O leitor ainda não entendeu que as letras representam o som da fala.	
NÍVEL 2	
<u>Leitor de sílabas (Perfil pré-leitor)</u>	
▪ O leitor reconhece sílabas canônicas e algumas não canônicas, mas silaba muitas palavras e/ou faz muitas tentativas sem sucesso na autocorreção. ▪ O leitor reconhece algumas sílabas isoladamente. ▪ O leitor faz uma leitura silabada, sem reconhecer a palavra como um todo.	
NÍVEL 3	
<u>Leitor de palavras (Perfil leitor iniciante)</u>	
▪ O leitor faz poucas autocorreções e/ou poucas autocorreções bem-sucedidas. ▪ O leitor pode apresentar dificuldades em algumas sílabas não canônicas, mas consegue ler a palavra como um todo. ▪ O leitor lê todas as palavras, independentemente de sua complexidade, sem assistência.	
NÍVEL 4	
<u>Leitor de frases (Perfil leitor iniciante)</u>	
▪ O leitor lê com muitas pausas, palavra por palavra. ▪ O leitor lê palavra por palavra, com repetições e silabação, sem entonação.	
NÍVEL 5	
<u>Leitor de texto (Perfil leitor)</u>	
▪ O leitor lê o texto todo, mas mistura continuidade e pausas de respiração no meio das sentenças e, possivelmente, faz alguns cortes. Apresenta problemas com acentuação e entonação. ▪ Durante a leitura, o leitor pode omitir ou fazer acréscimo de algumas palavras. ▪ O leitor pode apresentar algumas trocas de sílabas na leitura. ▪ O leitor faz ou não autocorreções.	
NÍVEL 6	
<u>Leitor de texto (Perfil leitor fluente)</u>	
▪ O leitor lê com poucas pausas, demonstrando entendimento. ▪ O leitor faz corretamente as pausas na frase e apresenta adequada atenção à expressividade e pontuação. ▪ O leitor faz ou não autocorreções.	

Fonte: caderno de orientações gerais do programa EpV para o 5º ano (2022, p. 104)

Além da avaliação diagnóstica para a verificação da aprendizagem dos alunos em todas as escolas que atuam com o programa EpV, existem outras, como a avaliação formativa, que acontece a cada dois meses nas turmas contempladas pelo programa. Sobre a avaliação formativa, Andriola e Araújo (2018) corroboram que:

[...] a preocupação da avaliação formativa está em (i) fornecer feedback rápido e eficaz aos alunos, (ii) possibilitar efeitos positivos desta ação sobre o aprendizado dos alunos e (iii) permitir a introdução de outras estratégias de ensino direcionadas aos alunos que não estão aprendendo no nível dos demais colegas (Andriola; Araújo, 2018, p. 7).

Após o resultado das avaliações formativas apresentado pelo programa EpV, por intermédio de uma plataforma, a Secretaria de Educação, a equipe da supervisão, gestão escolar e coordenação de cada unidade de ensino verifica esses resultados por turma e por aluno, bem como se as habilidades e competências contempladas nas avaliações foram alcançadas; caso contrário, essa mesma equipe reúne-se com professores para que estes possam realizar atividades que permitam os estudantes aprenderem essas habilidades e competências, por intermédio dos objetos do conhecimento, pois nas avaliações seguintes elas poderão ser contempladas novamente.

O programa EpV também promove, aproximadamente um mês antes do término do ano letivo, a avaliação somativa, a qual

Hodiernamente, o termo é aplicado ao processo de verificar a qualidade do aprendizado do alunado ao término de uma etapa de formação. Portanto, a avaliação somativa apresenta uma característica informativa e verificadora das capacidades, competências e habilidades do aluno, da sua turma, da sua escola e do seu sistema educacional que resultam de aprendizados qualificados, obtidos ao final de uma etapa de ensino formal (Andriola; Araújo, 2018, p. 8).

Ainda sobre a avaliação somativa, os autores corroboram sinalizando que “[...] o diferencial da avaliação somativa, por ocorrer no final do processo, é que ela gera informações sobre a qualidade do processo de ensino, pois revela o grau no qual foram alcançados os objetivos educacionais [...]” (Andriola; Araújo, 2018, p. 8).

É importante informar sobre os objetivos da avaliação somativa, que buscam verificar se houve a consolidação da aprendizagem, uma vez que foram feitas as outras avaliações: diagnóstica e formativa no decorrer do ano letivo, com intervenções que é a proposta do programa EpV. Esse tipo de avaliação tem suas vantagens e desvantagens, pois muitas vezes ela gera um ranqueamento entre as escolas: o que esse tipo de avaliação causava apenas nas escolas particulares com o objetivo de atrair mais alunos para essas instituições de ensino. Atualmente essa competição vem cada vez mais ao entono, também, das escolas públicas, pois

alguns governos vêm utilizando de modelos diferenciados de ensino, buscando parceria entre público e privado.

Para atingir possíveis resultados satisfatórios por intermédio desse tipo de avaliação, a somativa, o programa EpV promove durante todo o ano letivo as formações para todos os sujeitos que estão envolvidos nesse programa para que possam contribuir para o esperado êxito dos estudantes no final de cada ano letivo. Esses sujeitos são: supervisores, coordenadores, gestores, professores, treinadores de leitura e professores de reforço escolar.

O programa EpV promove um ranqueamento das escolas a partir dos resultados alcançados. Cada escola recebe essa listagem com os nomes das escolas em ordem cronológica. Esse resultado serve de alerta para que aquelas escolas que não obtiveram o resultado esperado, por exemplo, possam buscar meios para que resultados melhores possam ser alcançados. As escolas que obtiveram resultados mais satisfatórios seguem na busca para não sair da lista das que alcançaram ou que estão alcançando os objetivos do programa EpV. Por isso, os docentes são escolhidos por uma equipe de acordo com cada perfil de turma.

4.5 OS SUJEITOS ATUANTES NO PROGRAMA EPV EM MAMANGUAPE/PB

A partir do entendimento de que o programa EpV prioriza, a princípio, as turmas do Ensino Fundamental Anos Iniciais, é perceptível que os docentes que atuam com esse público-alvo tenham a formação acadêmica, principalmente, em Pedagogia. Nesse sentido, julgamos importante explicar, a partir da resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, a qual institui Diretrizes Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, no Art. 6º, que define a “[...] estrutura do curso de Pedagogia, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições [...]”, trazendo

[...] i) decodificação e utilização de códigos de diferentes linguagens utilizadas por crianças, além do trabalho didático com conteúdos, pertinentes aos primeiros anos de escolarização, relativos à Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física.

As formações continuadas antes da implementação do programa EpV, mesmo se contemplassem apenas os componentes curriculares que são ligados diretamente à leitura dos discentes, não eram focadas apenas nas avaliações em larga escala, mas também na preocupação de a criança aprender a ler e a escrever, pois, a princípio, é esse o objetivo inicial de quando um estudante ingressa em uma escola formal. Porém, não é deixado de lado o que é regido pelos documentos legais, mesmo dando ênfase no quesito ensino-aprendizagem leitora, pois a escola deve ofertar componentes curriculares que trilhem, também, a formação humana.

Para isso, fazem-se necessárias as formações continuadas dos docentes, corroborando as palavras de Alvarado-Prada, Freitas e Freitas (2010, p. 370) que é “[...] uma contínua caminhada dos profissionais da educação, em cujo caminhar atuam todas as suas dimensões individuais e coletivas de caráter histórico, biopsicossocial, político, cultural [...]. Os autores também entendem que “[...] os docentes em exercício constroem novos conhecimentos, ideias e práticas, pois é a partir daquilo que já possuem e sabem que continuam seu desenvolvimento (Alvarado-Prada; Freitas; Freitas, 2010, p. 370).

Nesse sentido, os docentes constroem e desenvolvem conhecimentos acerca da sua formação, atuação e de acordo com a realidade dos conhecimentos dos estudantes. Todavia, a partir da implementação do programa EpV, as formações tiveram o foco apenas em Língua Portuguesa e Matemática, sendo estas feitas mensalmente, com o objetivo de reconfigurar e atualizar os conhecimentos de cada profissional para alcançar os objetivos do programa. Para isso, equipes são designadas para esse processo de formação, constatado na cláusula quarta do Acordo de Cooperação entre o programa EpV e o município de Mamanguape, no qual informa que é preciso “ii) designar membros da equipe para liderar a realização das ações pela rede” (Mamanguape, 2029).

Dessa forma, compete ao município a responsabilidade de escolha da equipe para liderar e fazer as formações com uma equipe local, intercalando-as com as formações com a equipe do Programa EpV. As formações com a supervisão, gestão escolar, coordenação são feitas pela equipe do programa EpV, separadamente das demais categorias. Tudo isso em prol do ensino-aprendizagem que é regido pelo programa EpV, que é apenas a alfabetização na idade certa e a formação do leitor fluente. Todas as formações da rede para os docentes das turmas envolvidas tiveram conteúdos voltados apenas para as técnicas e os procedimentos do próprio programa. O quadro 12 mostra o profissional, sua formação ofertada pelo programa EpV e como este atua.

Tabela 5: Profissionais atuantes junto ao programa EpV em Mamanguape/PB.

Articuladora local do programa EpV	Atenta-se na preparação desta para que abarque as áreas administrativa e pedagógica. Sua função é ter a responsabilidade para inspecionar todas as ações de apoio e suporte ao município relacionado à implementação do programa EpV. É quem coordena, também, a supervisão, por intermédio de reuniões e relatórios apresentados, alusivos às visitas individuais nas escolas. Cabe à articuladora, também, a missão de visitar as escolas para a verificação com a gestão e coordenação escolar sobre a atuação dos professores com o programa EpV, principalmente após os resultados das avaliações.
Secretário de Educação	Acompanha e apoia as ações da articulação local. Isso inclui, também, participar, quando possível, de eventos relacionados ao programa EpV,

	sejam estes no âmbito local ou não. Bem como verificar os processos durante a implementação do programa EpV na rede.
Supervisão	A supervisão é composta por 3 profissionais da educação, geralmente docentes, divididos por área – leste, sul e norte, sendo que cada um desses supervisores é responsável por 7 ou 8 escolas. Para isso, é ofertada formações para que estes possam supervisionar o trabalho do programa EpV nessas escolas, verificando se o que é regido por ele está sendo realizado conforme o esperado.
Gestão escolar	As formações destinadas a esse público-alvo realizadas pelo programa EpV busca orientar e sinalizar para que a gestão escolar atue, também, na coordenação, em consonância para que haja uma melhor evolução no âmbito escolar, não só na questão administrativa, mas também, na parte pedagógica. É papel da gestão escolar estar inserida em tudo o que diz respeito a instituição escolar, conhecer os estudantes, seus anseios, bem como buscar maneiras para que estes possam ter êxito na aprendizagem, de acordo com o regimento do programa EpV.
Coordenação e apoio pedagógico	A coordenação tem como função dar o apoio à gestão escolar, fazendo observação em sala de aula, intervindo na didática docente quando necessário, pedagogicamente, de modo a ajudar para um melhor desenvolvimento em sua prática em sala de aula, de acordo com o regimento do programa EpV. É função da coordenação pedagógica ministrar aulas departamentais, bem como verificar os planejamentos dos docentes, junto à gestão escolar, participar das avaliações no que diz respeito as suas aplicações, fazer atendimento com os pais e/ou responsáveis dos estudantes, participar das formações relacionadas à coordenação, bem como dos docentes, com o objetivo de auxiliá-los nas possíveis dúvidas posteriormente sobre os objetos do conhecimento trazidos no material estruturado. Também é papel da coordenação a aplicação do teste de fluência nos estudantes para a verificação do seu desenvolvimento no decorrer do ano letivo que ocorre a cada dois meses. É destinada à coordenação pedagógica a formação com os professores treinadores de fluência, promover estratégias para que haja êxito no desenvolvimento dos estudantes, principalmente na leitura.
Formação dos docentes	A formação dos docentes que atuam com o programa EpV tem por objetivo a inclusão do material estruturado que é utilizado como material pedagógico do professor e livro didático do estudante. Essas formações são feitas mensalmente, revezando entre os formadores locais (designados pela Secretaria de Educação, mas no regimento do programa EpV) e estadual (designados pela equipe do programa EpV de Sobral/CE). Nas formações são apresentados os materiais estruturados, oficinas com exposição de atividades que constam nesse material e que devem ser trabalhadas em sala de aula com os estudantes. Apresentação de atividades feitas em sala de aula e que resultou positivamente. O papel do professor é participar de todas as formações continuadas, utilizar a rotina regida pelo programa EpV ou similar, seguir o cronograma das atividades do material estruturado e de acordo com o plano de aula, os quais são supervisionados pela coordenação escolar e exigido pela supervisão à coordenação. Participar das aulas departamentais no contraturno que acontece uma vez ao mês com a gestão e coordenação e apoio pedagógico, entre outros afazeres pedagógicos.

Treinadores de leitura e docentes de reforço escolar

Fica a cargo da Secretaria de Educação o comando dos mesmos formadores locais que ofertam a formação dos docentes que atuam com o programa EpV em sala de aula regular, bem como a formação dos docentes de reforço escolar destinado a estudantes que apresentam déficit de aprendizagem, principalmente na leitura. O reforço escolar é uma das metas que constam no Plano de Ação municipal, o qual é feito a partir do resultado da avaliação diagnóstica. O reforço escolar funciona no contraturno, podendo ser ofertado por intermédio dos docentes que já lecionam em sala de aula e na mesma escola ou não. O objetivo do reforço escolar é melhorar a aprendizagem dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática, com foco, principalmente na leitura fluente. Ademais, auxilia à aprendizagem dos estudantes nas avaliações aplicadas pelo programa EpV e Saeb.

Fonte: dados adaptados ao programa EPV (2023).

Todos esses profissionais atuantes com o programa EpV participam das formações designadas para cada categoria na tentativa de alcançar seus objetivos, e para isso, essas formações são contempladas com a proposta da alfabetização até os 7 anos de idade, bem como para a formação do leitor fluente para alcançar o êxito nas avaliações somativas e as em larga escala. Para isso, são contemplados apenas os objetos do conhecimento voltados apenas para o ensino e a aprendizagem com as técnicas e os procedimentos do programa. É relevante salientar que a supervisão que atua com o programa EpV trabalha na Secretaria de Educação, fazendo visitas esporádicas e sem aviso prévio nas escolas e salas de aulas, com o objetivo de verificar se os docentes estão seguindo a rotina sugerida pelo programa EpV. Nessa rotina, é comprovada a prioridade dos componentes curriculares Língua Portuguesa e Matemática, que também são prioridades nas avaliações em larga escala do Saeb.

São estabelecidos 1 hora e 35 minutos por dia para Língua Portuguesa e 1 hora e 30 minutos por dia para Matemática, deixando, apenas, 30 minutos, por dia, para os demais componentes curriculares, de acordo com a “Sugestão de rotina” apresentada. Nesse sentido, o docente, além de ser praticamente obrigado a trabalhar priorizando determinados componentes curriculares, tem de se reinventar para poder trabalhar com os demais que busca promover o direito à educação e a cidadania, o que muitas vezes não é possível devido a fatores como: nem sempre o docente conseguirá seguir à risca a rotina cronometrando cada ação feita em sala de aula, os estudantes nem sempre chegam de maneira linear, alguns pais podem querer conversar com o docentes antes de a aula começar, bem como a coordenação ou gestão escolar, etc.

O programa EpV orienta que se trabalhe a partir do material estruturado os 30 minutos por dia com os demais componentes curriculares de maneira interdisciplinar, porém, com a demanda da rotina, essa possibilidade muitas vezes fica inviável. Nesse sentido, o professor

tenta “se virar nos 30” para que os estudantes possam ter acesso a outras vivências, fugindo, um pouco, de uma rotina focada apenas em resultados avaliativos.

Quadro 8: Sugestão de rotina da aula para o turno regular

Orientações Gerais – Língua Portuguesa e Matemática					5º Ano
SUGESTÃO DE ROTINA DA AULA PARA O TURNO REGULAR					
1º dia	2º dia	3º dia	4º dia	5º dia	
ACOLHIDA E CORREÇÃO DO PARA CASA (15 min)	ACOLHIDA E CORREÇÃO DO PARA CASA (15 min)	ACOLHIDA E CORREÇÃO DO PARA CASA (15 min)	ACOLHIDA E CORREÇÃO DO PARA CASA (15 min)	ACOLHIDA E CORREÇÃO DO PARA CASA (15 min)	
PREDIÇÃO (5 min)	LER É LEGAL (15 min)	PREDIÇÃO (5 min)	LER É LEGAL (15 min)	PARA GOSTAR DE ESCREVER (15 min)	
LER É LEGAL (20 min)	CONVERSANDO COM O TEXTO (15 min)	LER É LEGAL (20 min)	CONVERSANDO COM O TEXTO (15 min)	CADA TEXTO DO SEU JEITO (10 min)	
CONVERSANDO COM O TEXTO (20 min)	VAIVÉM DAS PALAVRAS (15 min)	CONVERSANDO COM O TEXTO (20 min)	VAIVÉM DAS PALAVRAS (15 min)	AB CONHECER (15 min)	
AB CONHECER (15 min)	PARA GOSTAR DE ESCREVER (15 min)	AB CONHECER (15 min)	PARA GOSTAR DE ESCREVER (15 min)	PARA GOSTAR DE LER (20 min)	
FLUÊNCIA DE LEITURA (20 min)	FLUÊNCIA DE LEITURA (20 min)	FLUÊNCIA DE LEITURA (20 min)	FLUÊNCIA DE LEITURA (20 min)	FLUÊNCIA DE LEITURA (20 min)	
MATEMÁTICA (1h e 30 min)	MATEMÁTICA (1h e 30 min)	MATEMÁTICA (1h e 30 min)	MATEMÁTICA (1h e 30 min)	MATEMÁTICA (1h e 30 min)	
ATIVIDADES A CARGO DO PROFESSOR (30 min)	ATIVIDADES A CARGO DO PROFESSOR (30 min)	ATIVIDADES A CARGO DO PROFESSOR (30 min)	ATIVIDADES A CARGO DO PROFESSOR (30 min)	ATIVIDADES A CARGO DO PROFESSOR (30 min)	
EXPLICAÇÃO DO PARA CASA (5 min)	EXPLICAÇÃO DO PARA CASA (5 min)	EXPLICAÇÃO DO PARA CASA (5 min)	EXPLICAÇÃO DO PARA CASA (5 min)	EXPLICAÇÃO DO PARA CASA (5 min)	

Fonte: caderno de orientações gerais do programa EpV para o 5º ano (2022, p. 43).

Para tentar alcançar os objetivos previstos, o programa EpV lança uma rotina para a sala de aula, cronometrando cada atividade feita pelo docente com os discentes e está estruturada de forma a tentar garantir o ensino-aprendizagem e o desenvolvimento das principais competências e habilidades em Língua Portuguesa e Matemática, essenciais para o avanço dos resultados nas avaliações do Saeb. A rotina, em resumo, é composta por: a) acolhimento, que é um momento importante para criar um ambiente acolhedor, onde o docente pode realizar atividades lúdicas e de interação, bem como para a correção das atividades extraclasse; b) predição, que é uma maneira de saber se o aluno conhece ou até onde ele conhece sobre o que vai ser abordado em sala de aula; c) Explanação dos objetos do conhecimento (conteúdos) em

Língua Portuguesa e Matemática; d) fluência de leitura, que condiz a explicação e aplicação de técnicas para que o aluno seja um leitor fluente, como mostrado na figura a seguir.

Quadro 9: Orientações para as aulas de Língua Portuguesa do programa EpV para o 5º ano

Orientações Gerais – Língua Portuguesa e Matemática		5º Ano
	CONVERSANDO COM O TEXTO: Este bloco abrange as seguintes áreas: • Compreensão: Tem por objetivo auxiliar os alunos a compreenderem o sentido geral do texto, estrutura e gênero. • Vocabulário: Tem por objetivo a ampliação do vocabulário expressivo e receptivo, uma vez que o conhecimento do vocabulário aumenta a compreensão do texto.	
	AB CONHECER: Este bloco privilegia a consolidação da decodificação, ampliação da leitura visual, reconhecimento de palavras complexas, análise fônica, análise estrutural das palavras, regularidades e irregularidades ortográficas.	
	VAI VEM DAS PALAVRAS: Este bloco prioriza o trabalho com a gramática contextualizada e com a coerência e coesão textual. Tem por objetivo auxiliar os alunos a analisarem a estrutura do texto, sua rede de relações entre palavras, frases e parágrafos.	
	PARA GOSTAR DE ESCREVER: A produção textual escrita é elaborada para ser construída em etapas, para que o aluno tenha uma segunda chance de retornar ao seu texto e melhorá-lo. O exercício da redação será trabalhado pelo processo e não apenas pelo produto.	
	CADA TEXTO DO SEU JEITO: Este bloco visa à comparação entre os textos de diferentes gêneros.	
	PARA GOSTAR DE LER: Este bloco trabalha leituras de textos e livros para desenvolver o gosto pela leitura.	

Fonte: caderno de orientações gerais do programa EpV para o 5º ano (2023, p. 41).

O programa EpV adota um material estruturado voltado ao ensino-aprendizagem das competências e habilidades durante todo o ano letivo, visando o bom desempenho tanto dos discentes quanto dos docentes para que o êxito nas avaliações em larga escala aconteça.

Para o ensino e aprendizagem da Matemática, o programa apresenta uma rotina com desafios, o que não é considerado errado por muitos especialistas, porém, a maneira como é exposta e executada é que faz a diferença para o ensino-aprendizagem.

Segundo Barbosa (2009), as rotinas na esfera educativa possuem autoria diversa, tanto dos docentes quanto da coordenação, gestão escolar, bem como dos educandos, pois deve haver espaço para flexibilidade, uma vez que são planejadas de acordo com o funcionamento da instituição ou pelo sistema de ensino. Porém, os docentes são os principais responsáveis por

planejar as rotinas de sala de aula, considerando as necessidades dos estudantes, os objetivos da aprendizagem e os recursos disponíveis, por isso as rotinas podem variar de uma escola para outra, de acordo com as características da instituição e com as políticas públicas educacionais.

Portanto, a partir de quando já vem o que o docente tem de fazer, ele tem de aprender e se adaptar ao que está sendo informado. O docente tem suas próprias metodologias para alcançar, de maneira positiva, a aprendizagem dos educandos, pois sabe que a aprendizagem sempre é variável entre os alunos, pois uns aprendem mais rápido que outros, por isso, tem de ter um olhar mais aguçado para quem tem mais dificuldade para aprender. A partir de quando se coloca uma rotina cronometrada, o docente tende a querer cumpri-la – nesse contexto, alguns ou a maioria dos estudantes podem ser prejudicados.

Quadro 10: Orientações para as aulas de Matemática do programa EpV para o 5º ano

Orientações Gerais – Língua Portuguesa e Matemática	5º Ano
SUGESTÃO DE ROTINA PARA AS AULAS DE MATEMÁTICA	
Apresentação de uma situação desafiadora ou situação-problema: Apresentar o conteúdo a partir de uma situação-problema. Vivência com o material concreto: Vivenciar a partir de situações significativas propostas pelo professor os conteúdos abordados, favorecendo a compreensão deles. Atividade do aluno: Livro didático: exercício de aplicabilidade do conteúdo estudado. As atividades estão agrupadas em torno dos eixos Geometria, Grandezas e Medidas e Números e Álgebra. As atividades de Estatística e Probabilidade permeiam os demais blocos.	
SUGESTÃO DE ROTINA DE AULA DE MATEMÁTICA PARA O TURNO EXTRA Assim como no turno regular, a sugestão de rotina para as aulas de matemática é apresentada em três momentos: 1. Apresentação de uma situação desafiadora ou situação-problema: apresentar o conteúdo a partir de uma situação-problema. 2. Vivência com o material concreto: a partir de situações significativas propostas pelo professor, vivenciar os conteúdos abordados, favorecendo a compreensão do aluno. 3. Atividade do aluno: exercício de aplicabilidade do conteúdo estudado. No Caderno de Orientações Didáticas são sugeridas ações nas atividades de vivência, incluindo jogos, ferramentas virtuais, manipulação de materiais concretos para o desenvolvimento das competências e habilidades. Este caderno orienta como o professor deve proceder em cada atividade.	

Fonte: caderno de orientações gerais do programa EpV para o 5º ano (2023, p. 41).

A rotina em sala de aula é importante para criar um ambiente organizado e produtivo para a aprendizagem. Ela ajuda os alunos a saberem o que esperar e como se preparar para as atividades, a se concentrarem e a permanecerem envolvidos nas atividades. Nas palavras de Barbosa (2009), a rotina é uma sequência de ações que se repetem periodicamente, seguindo um padrão estrutural, sendo extremamente importante para criar um ambiente organizado e

produtivo, pois ajuda as pessoas a saberem o que esperar e como se preparar para as atividades. No contexto da educação, a rotina é importante para criar um ambiente de aprendizagem eficaz. Ela ajuda os alunos a se concentrarem e a permanecerem envolvidos nas atividades.

A partir do que já foi exposto nos quadros 13, 14 e 15, é possível perceber que a rotina cronometrada em sala de aula é uma norma do programa EpV, o que é bastante salutar, porém, a partir de quando se coloca um cronômetro, o que seria uma forma de organização passa ser uma corrida contra o tempo, dificultando tanto o trabalho do docente quanto a aprendizagem dos estudantes.

De acordo com o quadro 13 “Sugestão de rotina da aula para o turno regular”, podemos observar o que já foi exposto várias vezes a respeito da prioridade em Língua Portuguesa e Matemática e seus motivos. Nesse sentido, comprova a redução ou exclusão dos demais componentes curriculares, a partir de quando o programa deixa “atividade a cargo do professor (30 min.)”, o que muitas vezes se tem dificuldade em realizar o que se pede na rotina a partir de cronômetro, o que é impossível devido a vários fatores, como: a utilização do currículo oculto³⁰, o docente e/ou discentes podem não chegar todos os dias no mesmo horário, após o intervalo sempre há estudantes que demoram um pouco a entrar em sala de aula, pois a fila do banheiro pode estar grande, nem sempre 15 minutos serão suficientes para fazer a acolhida e a correção das atividades extraclasse, entre outros empecilhos que podem contribuir para a não finalização da rotina conforme rege o programa EpV.

Para verificar se os docentes estão seguindo as orientações do programa EpV, a supervisão tem o auxílio e a presença da gestão e da coordenação escolar do programa, que não têm avisos prévios sobre as esporádicas visitas. É de responsabilidade do município, de acordo com a quarta cláusula do Acordo de Cooperação, oferecer todas as condições necessárias para que aconteça sistematicamente o acompanhamento às escolas pela equipe da secretaria (Mamanguape, 2019).

Nessas visitas, a equipe acompanha as aulas dos professores, observam, fazem intervenções futuras, se necessário, e tentam contribuir com sugestões para que os professores sigam de acordo com o que o programa EpV exige, para que o ensino e a aprendizagem tanto do professor quanto dos estudantes sejam alcançados. A comprovação se houve aprendizagem satisfatória é a partir dos resultados das avaliações em larga escala, tanto com questões de múltipla escolha, quanto da avaliação leitora.

³⁰ De acordo com Araújo (2018, p. 30), no currículo oculto “não se ensina somente o que está formalmente definido. Há ensinamentos e aprendizagens que acontecem de forma implícita, ou seja, nas entrelinhas das relações que se estabelecem no ambiente escolar.

4.6 AS AVALIAÇÕES IMPLEMENTADAS PELO PROGRAMA EDUCAR PRA VALER

O programa EpV trabalha com três tipos de avaliação: diagnóstica, formativa e somativa. A avaliação diagnóstica é um tipo de avaliação aplicada, preferencialmente, no início do primeiro bimestre do ano letivo, com o objetivo de diagnosticar o nível de aprendizagem dos objetos do conhecimento e leitura dos estudantes de acordo com a turma que estão inseridos. A partir dos resultados dessa avaliação, é elaborado ou ajustado um plano de ação pelo programa EpV e Secretaria de Educação. Em seguida são realizadas as formações ofertadas pelo programa para os professores compreenderem esses resultados e, a partir disso, cumprir com as metas contidas no plano de ação, o qual está sempre em pauta, também, nas aulas departamentais que acontecem nas escolas, conforme o cronograma apresentado, seguindo a rotina diária, a qual deve estar exposta em sala de aula.

A avaliação formativa acontece a cada 2 meses para verificação do que foi estudado durante o bimestre. Esse tipo de avaliação visa a verificação da consolidação da aprendizagem das competências e habilidades, por intermédio dos objetos do conhecimento que os estudantes precisam consolidar durante o ano letivo. De posse dos resultados de cada aplicação dessa avaliação (que geralmente é aplicada pela supervisão, coordenação e gestão escolar), se verifica se houve a consolidação dos conhecimentos esperados pelos estudantes com base no que foi visto em sala de aula. Caso os estudantes não consolidem determinadas habilidades, por exemplo, faz-se necessário a intervenção a partir de reunião com o professor da turma, com o objetivo de auxiliá-lo para que os estudantes que não apresentaram conhecimento satisfatório possam adquiri-las e apresentar esse conhecimento numa avaliação futura, uma vez que as habilidades a partir do momento em que são apresentadas estão sempre presentes nas aulas e avaliações para não serem esquecidas.

A avaliação formativa, também conhecida como avaliação continuada, tem por objetivo verificar se houve aprendizagem, para que mediante o resultado insatisfatório sejam realizadas as devidas intervenções para a consolidação de determinadas habilidades no decorrer do ano letivo.

A avaliação somativa, também conhecida como avaliação externa ou em larga escala, é aplicada, geralmente, após a concretização das habilidades e competências apresentadas e trabalhadas em sala de aula durante o ano letivo. Nas palavras de Andriola e Araújo (2018, p.8), a avaliação somativa se propõe a:

[...] verificar a qualidade do aprendizado do alunado ao término de uma etapa de formação. Portanto, a avaliação somativa apresenta uma característica informativa e verificadora das capacidades, competências e habilidades do aluno, da sua turma, da sua escola e do seu sistema educacional que resultam de aprendizados qualificados, obtidos ao final de uma etapa de ensino formal (Andriola; Araújo, 2018, p. 8).

É importante acrescentar que esse tipo de avaliação se propõe a verificar se houve a consolidação das competências e habilidades pelos estudantes após terem sido submetidos à avaliação diagnóstica e formativa. A avaliação somativa gera informações sobre a qualidade do ensino que os estudantes tiveram durante o respectivo ano letivo. Esse resultado recai sobre a forma como a supervisão, coordenação, gestão escolar e o professor trabalharam durante o ano letivo.

É a partir do resultado da avaliação somativa que o programa EpV verifica se houve um rendimento satisfatório ou não, surgindo um ranqueamento entre as escolas, pois há uma divulgação do seu resultado por escola e turma e, até mesmo, de estudantes. A respeito desse tipo de ação, Freitas (2014, p. 55) assinala que “[...] premidos pela necessidade de assegurar um salário variável na forma de bônus, os professores pressionarão seus alunos aumentando a tensão entre estes”.

Essa ação de bonificação está prevista no Plano de Ação municipal, informando que há um “[...] plano de incentivo para as escolas e profissionais que alcançaram as metas” (Plano de Ação, 2022, p. 36), bem como a promoção de “[...] evento de premiação e valorização para reconhecer profissionais e escolas que alcançaram as metas” (Plano de Ação, 2022, p. 36).

Devido há vários empecilhos, essa ação está sendo oficialmente implementada apenas no ano de 2023. A Câmara Municipal de Mamanguape aprovou essa ação por parte da Secretaria de Educação a pedido da gestão municipal, tendo como título “Professor por Excelência”. A premiação foi definida pela equipe responsável, a qual lançou os critérios e os valores a serem pagos aos docentes, a partir dos resultados da avaliação somativa. A premiação será para todos dos docentes que atuam com o programa EpV, sendo definida para o início de cada ano, a começar a partir dos resultados de 2023. A solenidade acontecerá na abertura de cada ano letivo.

Após o entendimento de como o programa EpV é atuado e quais seus objetivos, serão vislumbradas a seguir as análises e discussões acerca das concepções docentes e autores.

5 PERCEPÇÕES DOCENTES: PARADOXOS DO PROGRAMA EDUCAR PRA VALER (EpV)

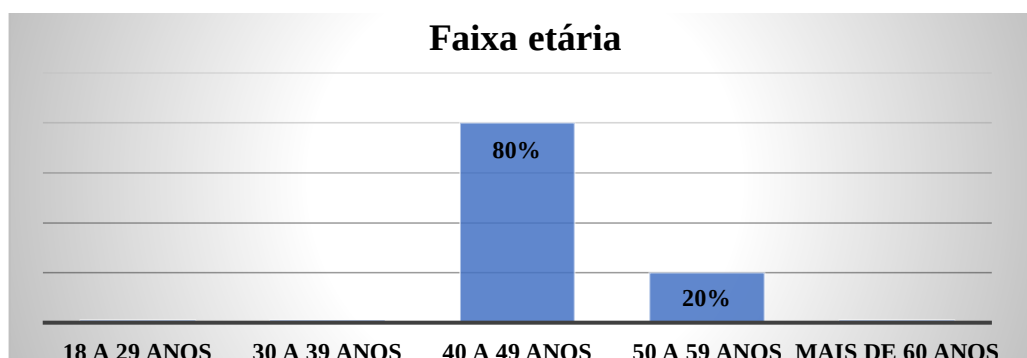
Neste quinto e último capítulo nos debruçamos a partir da coleta das percepções dos docentes efetivos que atuaram com o programa EpV, em 2022, das turmas dos 5º anos do Ensino Fundamental, das escolas públicas da zona urbana, anunciando seus paradoxos. Para isso, foram examinados os elementos políticos e ideológicos, como o conhecimento e entendimento dos docentes alusivos às políticas, principalmente educacionais, bem como suas ideologias acerca dessas políticas, que são seus posicionamentos a partir da atuação com o programa EpV, os quais evidenciamos a partir dos objetivos desse programa, na busca da melhoria da educação por intermédio de resultados; bem como do nosso objetivo como pesquisadora. Visamos, também, as ligações que foram estabelecidas entre a política educacional brasileira e a qualidade da educação contemporânea.

Nessa perspectiva, apresentamos algumas considerações crítico-reflexivas que julgamos ser importantes para a compreensão e avaliação das análises das respostas dos itens do questionário com esses docentes e que permearam nosso estudo. Para isso, debruçamo-nos sobre os escritos já concluídos sobre o programa EpV, a partir da nossa construção do Estado do Conhecimento Acadêmico, bem como das pesquisas desenvolvidas por Luiz Carlos de Freitas (2012; 2014).

5.1 PERFIL PROFISSIONAL DOS DOCENTES

Para dar início a nossa análise, apresentamos uma sucinta caracterização dos docentes participantes de nossa pesquisa. Nesse sentido, observamos e registramos que a maioria deles está na faixa etária entre 40 e 50 anos de idade, o que equivale a 80%, e que 20% estão na faixa etária entre 50 e 60 anos de idade, conforme mostrado no gráfico abaixo:

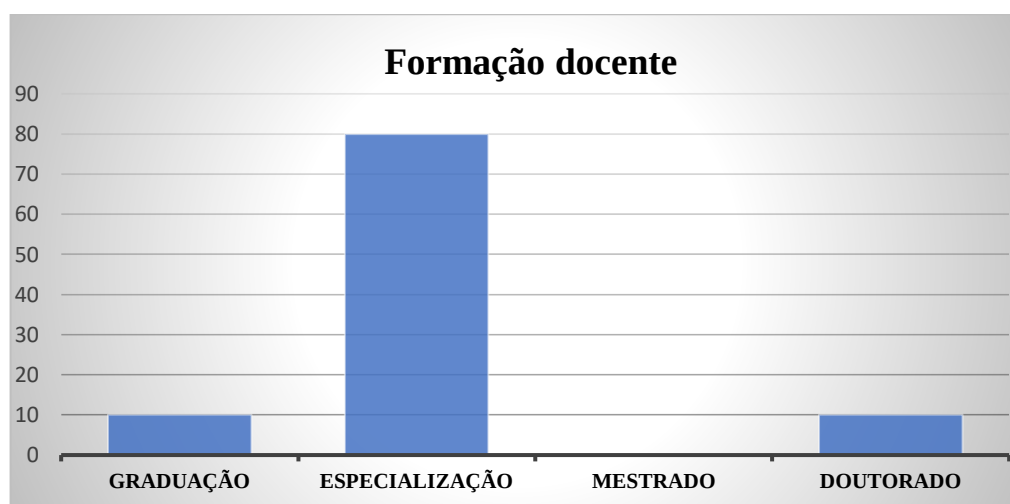
Gráfico 1: Faixa etária dos docentes participantes da pesquisa



Fonte: dados obtidos pela pesquisadora (2023).

Um ponto importante foi saber que a maioria desses docentes possuem graduação com especialização na área da educação, equivalente a **80%**. Apenas **10%** dos docentes pesquisados possuem apenas a graduação, que é em pedagogia. Observamos, também, que 10%, possui doutorado na área da educação.

Gráfico 2: Formação docente inicial e continuada.

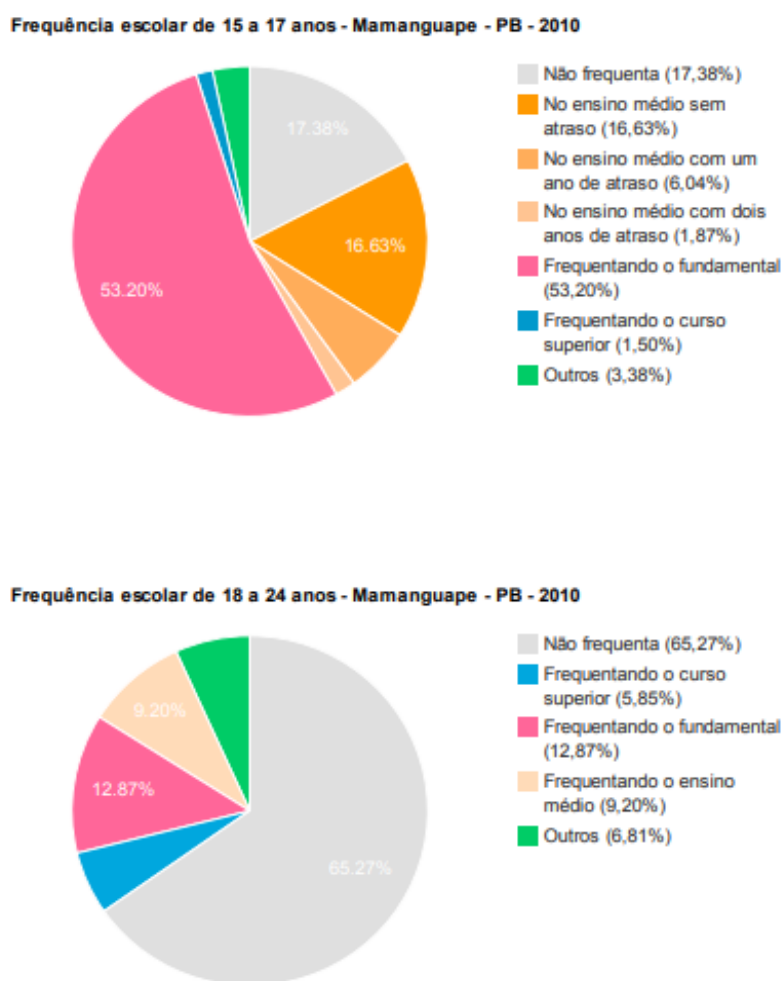


Fonte: dados obtidos pela pesquisadora (2023).

Todas essas porcentagens fazem jus ao que é informado na LDBEN (1996), no Art. 62., que

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (Brasil, 1996, p.43/44).

Nessa perspectiva, estabelecer a formação de docentes para atuarem na educação básica em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação reconhecidos pelo MEC. Isso mostra que a população mamanguapense está evoluindo em relação à escolaridade. De acordo com o IBGE (2010):

Figura 6: Dados do IBGE sobre frequência escolar

Fonte: http://ideme.pb.gov.br/servicos/perfis-do-idhm/atlasidhm2013_perfil-mamanguape-pb.pdf

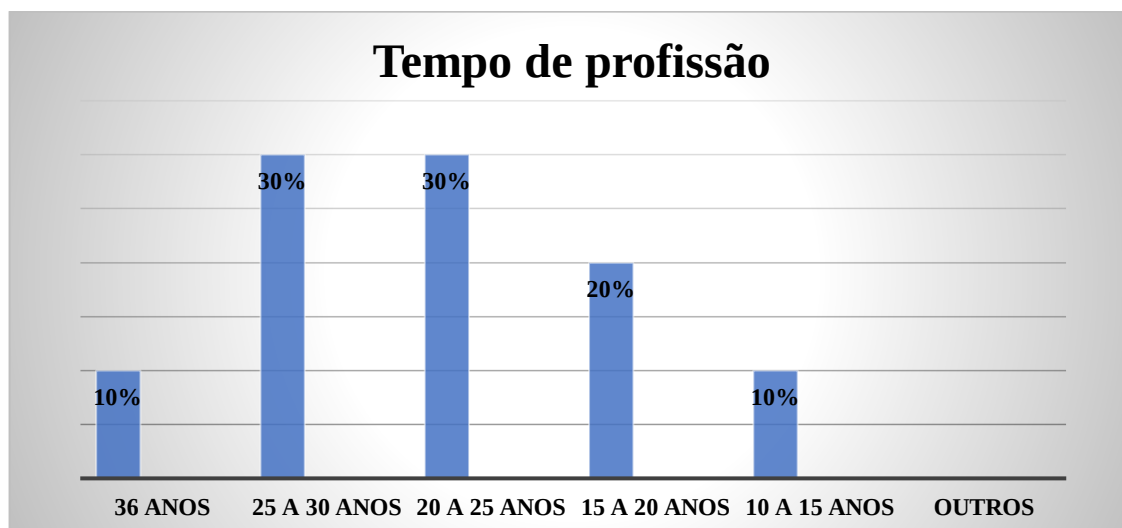
Esses dados mostram que a população mamanguapense está se desenvolvendo academicamente. Um dos fatores pode ser devido à implementação da Universidade Federal da Paraíba - *Campus IV*³¹, litoral norte, bem como a vinda da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA³² e a UNIASSELVI³³, pois antes dessas instituições que oferecem a educação superior, a população interessada tinha de cursar em outros municípios, principalmente na capital paraibana.

³¹ Disponível em: <https://ufpb.br/aci/contents/paginas/campi/campus-4>

³² Disponível em: <https://www.uva.ce.gov.br/>

³³ Disponível em: <https://portal.uniasselvi.com.br/institucional/historia>

Gráfico 3: Tempo de exercício na docência.



Fonte: dados obtidos pela pesquisadora (2023).

Em relação ao tempo de serviço, evidenciamos **10%** com 36 anos de profissão, **30%** entre 25 e 30 anos de profissão, que **30%** dos docentes participantes de nossa pesquisa estão entre 20 e 25 anos nessa profissão; **20%** entre 15 e 20 anos de profissão, **10%** com 10 a 15 anos de profissão.

Esse resultado nos leva a acreditar que todos esses docentes são experientes em relação à docência e à vivência com outras políticas implementadas antes do programa EpV. Nesse sentido, são capazes de verificar e informar qual política educacional é pautada na formação do cidadão, mas que também dá subsídios para a formação de letramento. Outro fator importante é que o programa EpV apostou nos docentes mais experientes por sua equipe na ânsia de alcançar seus objetivos, acreditando que

Para uma política pública, a sugestão seria criar mecanismos que incentivassem a **permanência dos professores mais experientes junto aos alunos provenientes de grupos sociais desfavorecidos** e que permitissem a atenuação da falta de experiência dos professores mais jovens ou mais recentemente contratados. (Paul; Barbosa, 2008, p. 124).

Para esses autores, “[...] professores mais experientes têm alunos com melhor desempenho” (Paul; Barbosa, 2008, p. 124). Em dissonância, acreditamos que essa questão de experiência é muito relativa, pois um docente recém-formado que se identifica com a docência pode trazer resultados satisfatórios para a sua turma: um bom profissional basta gostar do que

³⁴ Grifo nosso.

faz, se empenhar para que seus objetivos relacionados à educação de qualidade sejam um guia que o leve ao seu destino, que é a formação cidadã, englobando, também, a leitura e a escrita.

Em nossas análises, destacamos em bloco as percepções dos docentes, a partir da leitura e releitura criteriosa, as quais foram bastantes nítidas. Foi interessante observar que os dez docentes compreendem o que é uma política de governo e uma política de estado, e, por isso, os paradoxos das falas desses dez docentes são muito evidentes, sendo que 100% deles, de alguma forma, explicitaram que não estão satisfeitos, de alguma forma, com a condução do programa Educar pra Valer. Involuntariamente, a partir da pergunta que foi feita, afirmaram que passou a existir uma perda de autonomia após a implementação do programa EpV, mesmo aqueles docentes que apresentam um favoritismo ao projeto pedagógico do programa analisado, afirmando que antes da sua implementação trabalhavam com livros didáticos e outros materiais, de acordo com realidade da turma, fazendo seus planos de aulas a partir do material com que trabalhavam.

A partir da pergunta de número 6: Antes da implementação da política educacional de governo, o programa Educar pra Valer na rede municipal de ensino de Mamanguape/PB, certamente você atuava com outras políticas educacionais. Qual (ais) a (as) diferença (as) entre elas?

Para esse item, as respostas dadas pelos docentes chamou atenção devido à porcentagem de 100% deles informarem que de uma certa maneira perderam a autonomia a partir da implementação do programa EpV, principalmente em relação ao material didático, pois antes da atuação com esse programa eles tinham mais liberdade de escolha: mesmo atuando com a política do livro didático, tinham autonomia de pesquisar os conteúdos que deveriam ser ensinados para cada turma, mas de acordo com a realidade dos docentes.

Para explicitar essa porcentagem em relação à maneira como eles trabalhavam antes do programa EpV, trouxemos as indagações da docente Jade:

Antes os professores trabalhavam com os livros didáticos, e nesses livros didáticos nós professores tínhamos uma certa autonomia de pesquisar os melhores textos que se adequassem à realidade dos alunos (Jade).

Já quando se referiram ao programa EpV, notamos uma variedade de respostas, pois alguns docentes que demonstraram gostar de atuar com o programa EpV não queriam informar que de uma certa maneira perderam autonomia a partir da sua implementação, em que tinham de trabalhar, principalmente e exclusivamente com o material estruturado ofertado pelo programa, e que mesmo tentando trabalhar com outros materiais, como faziam antes, não

tinham essa opção por este ter o foco apenas em alfabetizar, na formação do leitor fluente e no êxito das avaliações externas. Porém, constatamos que **60%** dos docentes afirmam, mesmo de maneiras similares, a perda de autonomia ao atuarem com esse programa. Para explicar essa afirmação, trouxemos as indagações de Esmeralda

Hoje nós trabalhamos com um material estruturado e que vem já pronto praticamente, mas que não abrange todas as disciplinas, que só trabalha Matemática que visa mais a Matemática e a Língua Portuguesa, que é interessante, mas os alunos precisam, também, conhecimentos sobre as outras disciplinas e o trabalho com esse material estruturado fica mais difícil a gente trabalhar as outras disciplinas (Esmeralda).

Observamos nas indagações de Esmeralda que ela/e gosta de trabalhar com o material ofertado pelo programa EpV, porém ressalva seu foco em apenas em Língua Portuguesa e Matemática. Esse tipo de material se apresenta de forma organizada e sequencial. É um recurso educacional fundamental para projetos e programas especialmente na área da educação que vise aprendizagem em temas e conteúdos específicos para que seus objetivos possam ser alcançados.

Apenas **10%**, que equivale a um docente, informou que mesmo o programa priorizando Língua Portuguesa e Matemática consegue-se fazer um mapeamento com os livros didáticos e trabalhar outros componentes curriculares.

De acordo com minha atuação com o programa EpV, afirmo que a partir da utilização do material estruturado ofertado pelo programa EpV, a possibilidade de fazer um mapeamento com os livros didáticos é inviável, pois o material é complexo e completo para a tentativa de alcançar os objetivos do programa.

Os demais docentes, que equivalem a **30%**, afirmam que ficou mais fácil de se trabalhar. Muitos docentes aprovam o material estruturado por contemplar apenas objetos do conhecimento que são evidenciados nas avaliações externas, logo, entende-se que dará o mesmo trabalho.

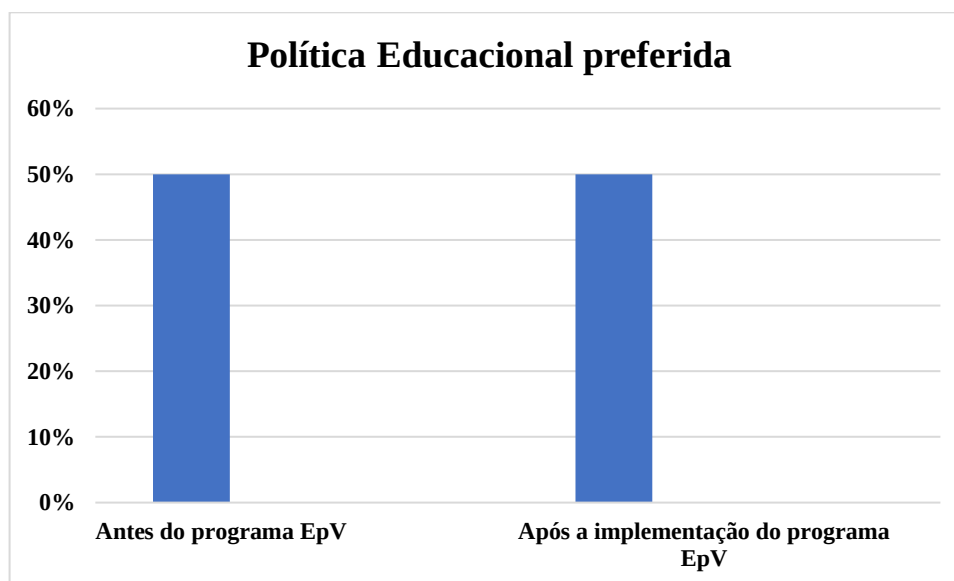
Para essa porcentagem de aprovação com a atuação com o programa EpV, trouxemos a fala de Rubi

Com a vinda do Educar pra Valer, foi mais fácil esse trabalho, porque o programa disponibiliza o material estruturado, e com esse material são pontuados as dificuldades dos alunos. Através dessas dificuldades a gente trabalha conforme esse material que é disponibilizado pra a gente. Quando a gente compara as dificuldades de uma turma com uma outra turma de uma outra escola, nós trabalhamos e aperfeiçoamos esse trabalho através das dicas que são trazidas para nós professores pelo programa e pelas formações do Educar pra Valer (Rubi).

O material estruturado é apresentado como um caderno contendo objetos do conhecimento a serem ensinados e estudados em um período de 2 meses cada um. Nesse sentido, a possibilidade existente da utilização de outros materiais é quando o material estruturado do programa EpV é finalizado e os seguintes atrasam pelo fato da gráfica atrasar na entrega destes.

Sabendo-se que o item anterior traria respostas variadas, trouxemos a seguinte para afirmar ou negar essa porcentagem da preferência das políticas os docentes gostam mais de atuar. 7 - De qual política educacional implementada (de estado/governo ou de governo programa EpV) você mais gosta de atuar? Marque e justifique sua resposta em apenas uma das opções abaixo.

Gráfico 4: Políticas educacionais preferidas.



Fonte: dados obtidos pela pesquisadora (2023).

Neste bloco, computamos um empate em relação à preferência de atuação. Com isso, 50% dos docentes afirmaram gostar de trabalhar com as políticas educacionais que eram implementadas antes do programa EpV, com os livros didáticos, pesquisas na internet, de acordo com a realidade da turma; os outros 50% apontaram gostar de trabalhar com o programa EpV. Todavia, o que nos chamou a atenção foi a ressalva de Pérola, ao afirmar que prefere trabalhar com o programa EpV, mas que volta a questão da falta de autonomia em relação ao material utilizado.

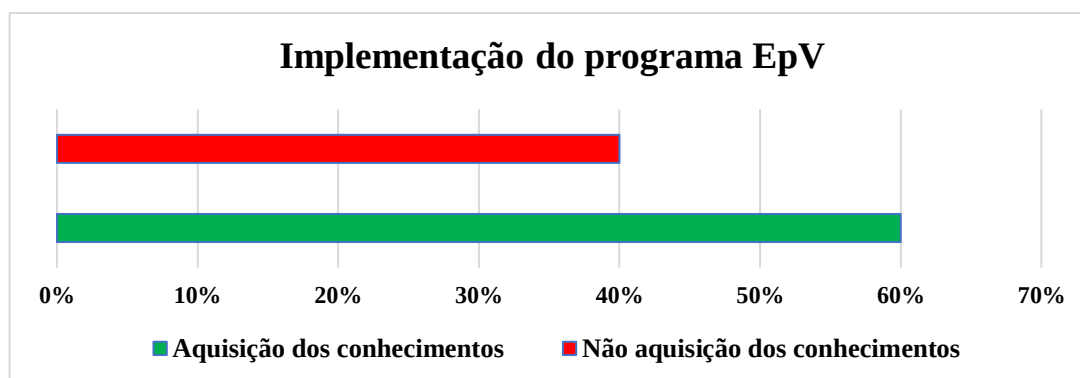
Eu prefiro trabalhar com o Educar pra Valer. Mas, assim, a única coisa que eu não gosto e não aprovo muito, é a questão do Educar pra Valer é o caderno estruturado, e com isso, tirou um pouco nossa liberdade de trabalhar de acordo com o que a gente

sabe. O caderno vem pra um nível só, a gente sabe disso. E a gente sabe que na nossa sala de aula os alunos nunca estão num nível só, e aí fica difícil trabalhar com esses cadernos com esses alunos que não acompanham, e a gente precisa trabalhar diferenciado. E quando vêm as provas não aparecem esses resultados dessas crianças que estão em baixo nível de aprendizagem (Pérola).

O que é notório nas indagações de Pérola é a questão de que mesmo dando preferência ao programa EpV, sempre apresenta alguns empecilhos, pois de acordo com a/o docente a escolha por optar sua própria metodologia de acordo com o nível da turma não está mais sendo possível, uma vez que o programa exige a utilização, na íntegra, do seu material estruturado.

De acordo com o que foi enfatizado anteriormente, o programa EpV trouxe, a partir da sua implementação, modificações na parte pedagógica e didática, principalmente do docente. Em nossas análises constatamos que a maioria dos docentes sentiu alguma dificuldade com a mudança repentina das políticas educacionais, o que, inclusive, já está sendo evidenciado no âmbito acadêmico, a exemplo do artigo científico de Dantas (2019), que pontuou essas dificuldades em relação às mudanças a partir da implementação do programa EpV na capital da Paraíba - este projeto apresentou um significativo impacto, sobretudo, no currículo dos docentes, desconstruindo suas metodologias para o ensino e aprendizagem e na priorização dos componentes curriculares Língua Portuguesa e Matemática (Dantas, 2019). Segundo o autor, outro ponto negativo esteve na falta de entendimento acerca desse programa por parte do corpo docente, gestão escolar e demais participantes do processo educativo dos estudantes, havendo diversos contextos escolares que não compreenderam a missão ou objetivo do programa.

Por isso, trouxemos a seguinte pergunta: 8 - A partir da implementação do programa EpV na rede municipal de ensino em Mamanguape/PB, em 2019, trazendo modificações na parte pedagógica e didática, você teve alguma dificuldade em se adaptar às novas metodologias utilizadas por esse programa? Se sim, qual (ais) e o que você fez para cumprir com o seu regimento?

Gráfico 5: Dificuldades enfrentadas a partir da implementação do programa EpV.

Fonte: dados obtidos pela pesquisadora (2023).

Nesse item constatamos que **90%** dos docentes sentiram alguma dificuldade a partir da implementação do programa EpV. Acreditamos que por ser uma política que foi implementada repentinamente, exigindo dos docentes, principalmente, uma metodologia diferente da qual eles já trabalharam, porém, evidenciamos, também, que alguns docentes se adaptaram com o passar do tempo, trabalhando com esse programa. Para a veracidade dessas afirmações trouxemos a resposta de Safira:

Senti muita dificuldade, assim como os demais colegas de trabalho tiveram, pois, quando esse programa foi apresentado pra gente a princípio na escola, nem os próprios gestores, coordenadores, bem como a própria equipe da Secretaria de Educação sabia, ao certo, como explicar, mas eles tinham de nos informar, pois era obrigação deles. No caso, não só eu que tive dificuldade. Não vou dizer que já me adaptei, pois, o programa exige muito da gente, mas estou conseguindo dar conta (Safira).

O que se via após a implementação do programa EpV no município de Mamanguape/PB, *locus* desta pesquisa, era os docentes com bastante dúvidas e aflições. Essa dificuldade trazida por Safira diz respeito a tudo que o programa trazia para alcançar seus objetivos, como aprender e utilizar os métodos e técnicas trazidas no material, como o estruturado, caderno de fluência, orientações gerais, etc., para que os estudantes fossem alfabetizados, bem como tornassem leitores fluentes ainda no primeiro ano de implementação, pois as avaliações externas do Saeb aconteceriam naquele ano de 2019.

Ainda sobre essa questão de dificuldade após a implementação do programa EpV, encontramos nas pesquisas a partir da construção do Estado do Conhecimento Acadêmico algumas dificuldades relatadas por autores que já pesquisaram sobre as primeiras impressões do programa EpV, achamos interessante como esse programa foi repentinamente implementado nas escolas municipais de João Pessoa. De acordo com o autor, as únicas certezas que os

docentes tinham era que a rotina que eles estavam acostumados mudaria drasticamente a partir da implementação do programa EpV e que as únicas disciplinas que teriam prioridades seriam a Língua Portuguesa e Matemática (Dantas, 2019).

Dos dez docentes que participaram da nossa pesquisa apenas um/a docente, que equivale a **10%**, que foi de Ametista, informou que não teve dificuldade e, por isso, nos chamou a atenção sua justificativa.

Não senti dificuldade, pois os conteúdos são os mesmos, embora sejam aplicados de forma estruturada. Porém, no início da implementação, os alunos sentiram dificuldade, principalmente na identificação das tipologias, dos gêneros textuais, as informações sobre o texto, referências, e entre outras coisas (Ametista).

Nesse caso específico notamos e compreendemos que os estudantes também sentiram dificuldades, pois viram mudanças na forma com estavam sendo ensinados, a falta de alguns componentes curriculares que estudavam antes, a repetição para a fixação dos objetos do conhecimento para as avaliações internas e externas, etc.

Programas e projetos educacionais que visam à aprendizagem para obter resultados satisfatórios em avaliações em larga escala, a exemplo do programa EpV, apresentam uma redução curricular, com também as rotinas das aulas e priorizam os componentes curriculares que se articulam com as leituras, escritas, quatro operações matemáticas e outras habilidades que devem ser trabalhadas com os estudantes e que são de fundamental importância para alcançar o êxito esperado. Pensando nisso, trouxemos a seguinte pergunta no item 9: O que você acha dos componentes curriculares Língua Portuguesa e Matemática serem priorizados na atuação dos professores após a implementação do programa EpV?

Como resultado desse item constatamos que **50%** dos docentes não concordam com essa prioridade de Língua Portuguesa e Matemática, o que demonstra que não estão satisfeitos em trabalhar apenas com esses dois componentes, preocupando-se não apenas na formação leitora de seus alunos, mas, também, na formação humana, explicitado na fala de Safira:

Acho errado essa prioridade, pois são relacionados ao ensino-aprendizagem, não para a formação e desenvolvimento humano. Os estudantes precisam ver e estudar outros conteúdos que estão nas outras disciplinas. Na rotina do programa Educar pra Valer tem 30 minutos para as demais disciplinas, mas dificilmente dá tempo devido ao cumprimento dessa mesma rotina. Seguimos um cronograma e temos de cumpri-lo também (Safira).

A partir da resposta dada por Safira, concluímos que ela/e tem o entendimento que, para a oferta do direito à educação os demais componentes curriculares, não apenas Língua

Portuguesa e Matemática, devem ser trabalhados para que os estudantes tenham uma formação humana satisfatória.

Em consonância à resposta dada por Safira, Ágata expõe suas indagações, informando que:

Bom, essa priorização de Português e Matemática afeta de maneira negativa as outras disciplinas, apesar que muitos textos, tanto em Português quanto em Matemática vêm interligados com a interdisciplinaridade, mas fica, assim, uma lacuna. Fica assim, a desejar, né? Mesmo a gente casando os textos com as outras disciplinas, a grade curricular das demais disciplinas são bem maiores. A interdisciplinaridade deve acontecer, mas esporadicamente, em alguma sequência didática, um projeto com outros professores que queiram explorar temas de outras disciplinas, mas não como o programa Educar pra Valer quer que nós professores façamos (Ágata).

Entendemos que a interdisciplinaridade é uma abordagem educacional inovadora que transcende as fronteiras artificiais entre as disciplinas tradicionais. Ela busca integrar diferentes áreas do conhecimento, promovendo uma visão holística e complexa do mundo. Através da interdisciplinaridade, os alunos desenvolvem habilidades essenciais. Porém, o programa EpV vem utilizando dessa abordagem, porém, com o material ofertado e o cronograma que deve ser seguido rigorosamente, isso passa ser inviável, pois os docentes geralmente priorizam o que é mais cobrado pelo programa.

Ainda analisando esse item, constatamos que **40%** dos docentes são a favor da prioridade em Língua Portuguesa e Matemática por diversos motivos, principalmente por acreditarem que esses são os principais componentes que fazem com que os alunos aprendam a ler, escrever e algumas habilidades matemáticas, concordando com os reformadores da educação quando enfatizam, segundo Freitas (2014), de “primeiro o básico”. Para essa afirmação, explicitamos a resposta de Rubi.

A prioridade da Língua Portuguesa e Matemática com a vinda do programa Educar pra Valer favorece a questão dos alunos saírem das séries iniciais desenvolvendo bem a leitura e a escrita, como também as operações relacionadas à adição, divisão, subtração, multiplicação, ao que o aluno deve aprender o básico nas séries iniciais, então acredito que seja favorável sim, o trabalho dessa leitura. Além disso, nós também podemos trabalhar as disciplinas como Ciências, Geografia, outras disciplinas, nas leituras dos textos, né?, no período, no momento em que o em que estamos trabalhando os com os alunos os conteúdos relacionados às outras disciplinas dentro dos textos acoplados com a leitura (Rubi).

A resposta dada por Rubi nos lembra as colocações de Freitas (2014) sobre a oferta de uma educação de qualidade, a partir da implementação de políticas educacionais que valorizam o estreitamento curricular, priorizando componentes curriculares que visam apenas o ensino-

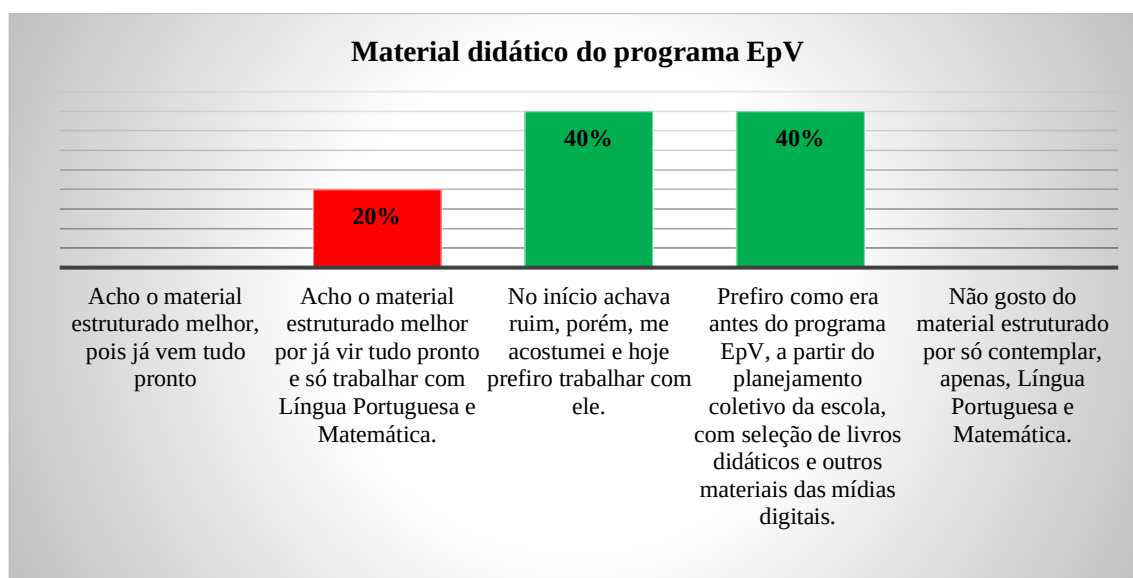
aprendizagem; não o direito à educação de qualidade, a qual promove a formação humana. “Os empresários e seus apoiadores defendem uma versão instrumentalizada de educação a qual disfarçam muito bem com bandeiras como ‘primeiro o básico’, ‘os direitos da criança têm que vir primeiro’, etc.” (Freitas, 2014, p. 51).

No entanto, **10%**, o que equivale a apenas um/a docente, apresentou uma resposta que nos fez refletir ao responder que esses componentes que são priorizados são justamente para alcançar os objetivos do programa EpV. Na concepção de Turmalina Paraíba, [...] *para alcançar os objetivos do programa Educar pra Valer essas disciplinas são suficientes, pois focam na aprendizagem da leitura, principalmente a fluente*”.

Concluimos a partir da resposta dada por Turmalina Paraíba que o programa só objetiva resultados e que para isso essa priorização em apenas dois componentes curriculares é suficiente, pois são cobrados nas avaliações externas, excluindo os demais que ajudam na formação que vai além do que o programa EpV oferece.

Para complementar a questão do item anterior, no item 10, quisemos saber o que os docentes achavam do material estruturado ofertado pelo programa EpV, em que vêm todos os objetos do conhecimento definidos e que devem ser ensinados e aprendidos para que os estudantes tenham êxito nas avaliações, principalmente, as de larga escala: 10 - O que você acha do material estruturado ofertado pelo programa EpV? Marque apenas um quadradinho.

Gráfico 6: Material estruturado utilizado pelo programa EpV.



Fonte: dados obtidos pelas pesquisadoras (2023).

Em nossas análises, constatamos um empate no percentual entre a terceira e a quarta opções de respostas, com **40%** cada uma, as quais informam que “no início achava ruim, porém,

me acostumei e hoje prefiro trabalhar com ele”; e “prefiro como era antes do programa EpV, a partir do planejamento coletivo da escola, com seleção de livros didáticos e outros materiais das mídias digitais”. Houve **20%** dos docentes participantes que escolheram o segundo quadradinho, o qual informa que “acho o material estruturado melhor por já vir tudo pronto e só trabalhar com Língua Portuguesa e Matemática”.

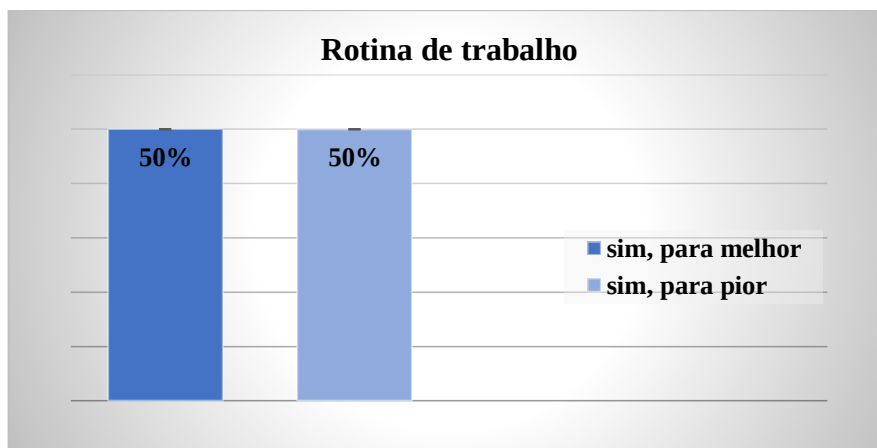
É interessante que esses resultados sejam relevantes, pois há uma diversidade de docentes, com diferentes perfis, ideologias, pensamentos, etc. Há quem goste do que já vem tudo “pronto”, esquecendo que são cobrados para pôr em prática tudo o que já “vem pronto”; há os que se acostumam, pois não há alternativas, bem como aqueles que falam o que sentem, mas têm de fazer conforme é cobrado, não permitindo que tire seu direito de expressão. Foi observado que muitos docentes têm o mesmo entendimento de Freitas (2012, p. 394) ao afirmar que “[...] o apostilamento das redes contribui para que o professor fique dependente de materiais didáticos estruturados, retirando dele a qualificação necessária para fazer a adequação metodológica, segundo requer cada aluno”.

Mesmo com o apostilamento que dá a ideia de que vem tudo pronto, o docente deve adotar sua rotina de trabalho, envolvendo os planejamentos das aulas, a preparação de materiais didáticos e a execução das aulas em sala de aula. Ademais, é de responsabilidade do docente avaliar o progresso dos alunos e identificar as áreas que precisam de reforço para que estes melhorem seus conhecimentos, que são essenciais para o crescimento humano. Todavia, programas que só visam resultados vêm tirando essa liberdade e responsabilidade docente a partir do foco nas avaliações em larga escala, priorizando apenas os componentes curriculares que têm suas habilidades avaliadas, e, nesse sentido, esses docentes estão sobrecarregados na maioria do tempo na tentativa de suprir as exigências. Não obstante,

[...] estão lidando tanto com o que eles veem como significativo quanto com o que parece sem sentido, muitas vezes mobilizados em torno de padrões de foco e negligência e empurrões inquietos entre desconforto e pragmatismo [...]. (Ball; Maguire; Braun, 2021, p. 113).

Alguns docentes, mesmo com as demandas, conseguem dar conta das exigências e não se incomodam, pelo contrário, até acham melhor essa prioridade em apenas esses componentes curriculares, entendendo que a partir do foco em apenas no que o programa almeja terão menos trabalho. Por isso, fizemos a seguinte pergunta: 11- A sua rotina de trabalho mudou após a implementação do programa Educar pra Valer? Marque apenas um quadradinho.

Gráfico 7: Mudança da rotina de trabalho após a implementação do programa EpV.



Fonte: dados obtidos pela pesquisadora (2023).

Com as respostas, obtivemos o seguinte resultado: **50%** dos docentes assinalaram que sua rotina de trabalho mudou para melhor e **50%** desses docentes informaram que sua rotina de trabalho mudou para pior.

A partir desse resultado, entendemos que a metade dos docentes participantes de nossa pesquisa estão insatisfeitos com a rotina de trabalho comandada pelo programa EpV e que a outra metade está satisfeita com o que o programa EpV propaga. No entanto, é importante esclarecer que “[...] o proclamado direito à educação vira direito à aprendizagem e nos limites da escola, para em seguida virar direito ao básico, limitado à aprendizagem de leitura e matemática” (Freitas, 2014, p. 55).

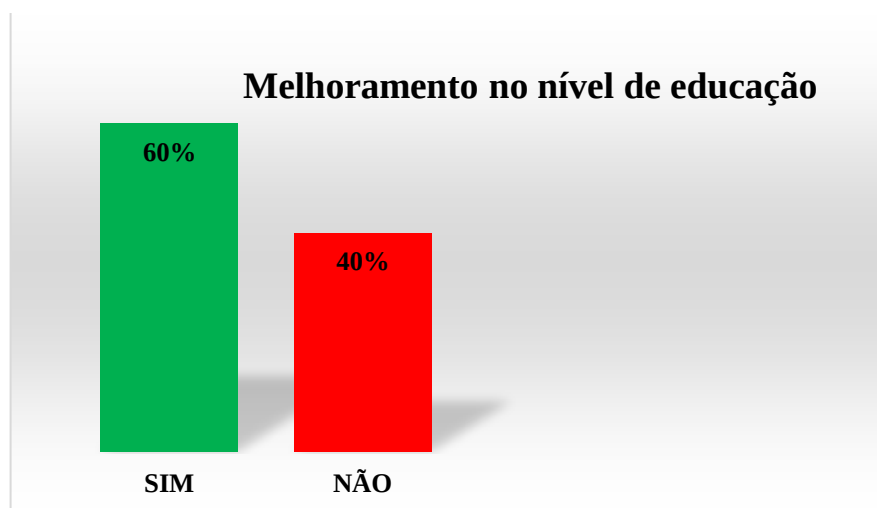
O docente deve ensinar seus alunos, podendo isso ser vantajoso para alguns e para outros não. A rotina de trabalho do professor deve ser dinâmica, desafiadora e gratificante, que contribua para o desenvolvimento dos estudantes e da sociedade. É a partir daí que sabemos qual tipo de docente é o profissional.

A BNCC (2018), por ser uma política de estado, é conhecida por uma maioria significativa que atua com a educação, e por ser um documento de caráter normativo apresenta as competências e habilidades que a criança deve desenvolver desde o seu ingresso na educação básica. Nessa perspectiva, o programa EpV segue apenas as habilidades que são destinadas à Língua Portuguesa e Matemática, que são cobradas nas avaliações do Saeb, e, por isso, sendo respaldado por uma política que é norma em todo território brasileiro. Pensando nisso, fizemos a seguinte pergunta aos docentes: 12 - O programa Educar pra Valer se baseia nas habilidades e competências da BNCC, as quais são cobradas pelo Saeb para que os alunos adquiram os conhecimentos considerados por essa Base, necessários para alcançar o êxito nessa avaliação

em larga escala. A partir dessas afirmações, você acha que alcançando essas habilidades e competências esses estudantes estão tendo oportunidades de melhorar o nível da educação de qualidade? Marque apenas um quadradinho.

Neste quesito foi constatado o seguinte resultado: **60%** informaram que sim e **40%** informaram que não.

Gráfico 8: Nível da educação



Fonte: dados obtidos pela pesquisadora (2023).

Em nossos estudos na formação do Estado do Conhecimento Acadêmico, encontramos uma dissertação de mestrado em que são expostos os motivos pelos quais o município de Olinda em Pernambuco aderiu ao programa EpV. De acordo com a autora, a implementação do programa EpV levou mudanças significativas para a educação desse município, salientando que a proposta de implementação do programa EpV nas escolas pautou-se pela necessidade de dirimir a falta de rendimento escolar nas escolas municipais. Portanto, o EpV surgiu como a “salvação” para a melhoria da educação nesse município, principalmente pelos resultados em outros contextos escolares a partir da implementação desse programa em outros municípios, a exemplo de Sobral - CE, como explica Barbosa (2022).

De acordo com o exposto, a autora relata que houve um melhoramento no ensino-aprendizagem dos estudantes a partir da implementação do programa EpV. Se o foco é alfabetizar e insistir na aprendizagem das habilidades, reduzindo ou excluindo as demais habilidades em outros componentes curriculares que buscam a formação humana, esse resultado positivo é o objetivo de todos que lutam por essa causa. No entanto, para Freitas (2014), nos programas e projetos que só valorizam as habilidades aprendidas para mostrar resultados, “[...] as práticas escolares não valorizam as artes, a afetividade, o desenvolvimento

do corpo, da criatividade entre outros aspectos que favorecem exatamente os processos de criação que são básicos para a implementação de inovações” (Freitas, 2014, p. 55).

Para saber se os docentes estão diferenciando o ensino-aprendizagem (direito de aprender competências e habilidades) do direito à educação (formação humana), conforme Freitas (2014), fizemos a seguinte pergunta aos docentes: 13 - Para você, o que é educação de qualidade?

Em nossas análises foi constatado um percentual de **80%** dos docentes que responderam que a educação de qualidade é aquela que forma o cidadão para o exercício da cidadania e para o mercado de trabalho. A fala de Esmeralda contribui para essa porcentagem.

A educação de qualidade, na minha opinião, é a educação que forma o cidadão, que prepara o aluno para o mercado de trabalho para a vivência perante a sociedade, com conhecimento e lidar com os processos, os acontecimentos da vida, tanto na parte social, quanto na parte psicológica. E a partir do conhecimento que prepare o aluno para o futuro (Esmeralda).

Atribuímos essa porcentagem ao que os docentes aprenderam quando eram estudantes, principalmente da educação básica e ao currículo adotado antes de programas que desviam os olhares docentes em busca de resultados nas avaliações externas, informando a oferta de uma educação de qualidade. De acordo com esse percentual, entendemos que esses docentes também têm o entendimento do que está previsto nos documentos legais como a CF (1988) e LDBEN (1996), mostrando que a formação do cidadão é um dos objetivos fundamentais da educação brasileira, conforme exposto no artigo 206 da Constituição Federal (88), ao afirmar que o ensino será ministrado com base nos princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização dos profissionais da educação escolar; garantia de padrão de qualidade; respeito à liberdade e apreço à tolerância.

Nesse sentido, constatamos que esses docentes, mesmo aqueles que defendem a metodologia do programa EpV, entendem que para uma educação ser de qualidade deve apresentar o que rege os documentos legais e cobrar do governo que sejam ofertados tudo o que se espera para esse padrão de qualidade da educação brasileira.

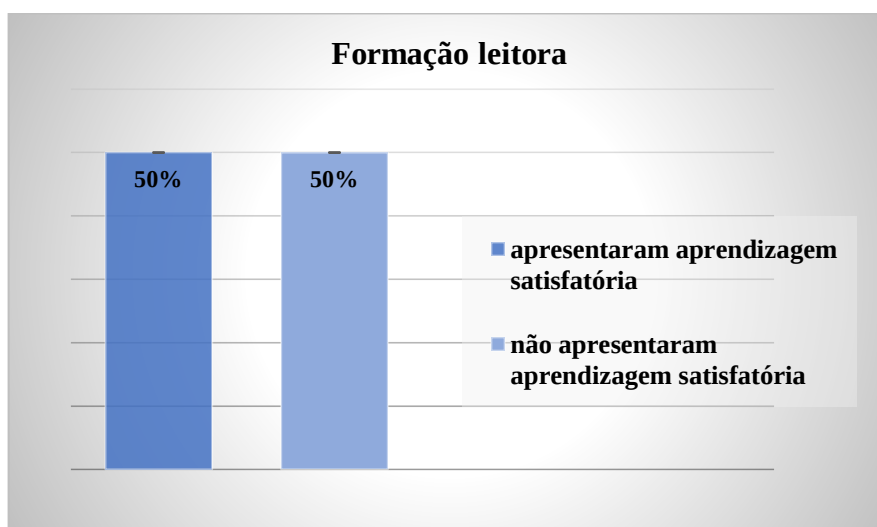
No entanto, obtivemos **10%**, ao que equivale apenas a um/a docente, que respondeu que uma educação de qualidade foge do que o programa EpV oferece, e **10%** respondeu, de maneira implícita, que para uma educação ser de qualidade, deve-se rever esse conceito e tentar

promovê-lo novamente. Para a comprovação dessa afirmação trouxemos a resposta de Pérola, informando que

Educação de qualidade envolve vários fatores, né? Comprometimento do aluno, comprometimento dos pais, que hoje deixa muito a desejar. O comprometimento governamental para garantir esse ensino de qualidade aos alunos, não só em questão de conhecimento e aprendizado, mas, também, da estrutura da escola, do bem-estar do aluno na escola. Então, eu acho assim, na minha opinião, que a educação de qualidade de verdade, em nosso país, ainda está muito longe de ser alcançado (Pérola).

De acordo com os objetivos do programa EpV e ao que está posto na BNCC (2018), a criança deve ser alfabetizada aos sete anos de idade ou até o término do 2º ano do Ensino Fundamental. Querendo trazer esse possível resultado esperado, principalmente por esse programa, se esses estudantes foram, de fato, alfabetizados não apenas no 2º ano, ou até o ingresso no 5º ano, uma vez que houve a pandemia da Covid-19 e isso pode ter retardado a execução desse objetivo. Mesmo havendo a comprovação no plano de ação que o programa EpV promoveu meios para que os alunos não ficassem sem estudar durante esse período pandêmico, trouxemos a seguinte pergunta: 14 - De acordo com um dos objetivos do programa EpV, que é promover a alfabetização na idade certa, o que equivale aos 7 anos de idade ou até o término do 2º ano do Ensino Fundamental, explícito na BNCC (2018), responda: ao ingressarem na turma do 5º ano, em 2022, os alunos apresentavam uma formação leitora satisfatória? Marque apenas um quadradinho e justifique sua resposta.

Gráfico 9: Formação leitora satisfatória.



Fonte: dados obtidos pelas pesquisadoras (2023).

A partir das respostas dadas pelos docentes foi evidenciado que **50%** deles reconhecem que o programa EpV, mesmo não ofertando o direito à educação de qualidade esperada, oferta um ensino-aprendizagem satisfatório, pois os alunos advindos dos 2º anos e perpassando pelas demais turmas, ingressaram no 5º ano com uma leitura satisfatória. Para mostrar o nível de satisfação, explicitamos a resposta dada por Cristal.

Eles ingressaram no 5º ano com uma formação na leitura bem satisfatória, porque não tinham dificuldade para entender o que lia. Então, era excelente, era uma turma muito excelente. Quando os alunos vêm com essa formação leitora inicial, quando chegar no quinto ano fica melhor de se trabalhar com eles e alcançar os objetivos (Cristal).

De acordo com a resposta dada por Cristal, os objetivos do programa EpV foram alcançados, pois afirma que o documento legal ao qual o programa se baseia é a BNCC:

O Eixo Leitura compreende as práticas de linguagem que decorrem da interação ativa do leitor/ouvinte/espectador com os textos escritos, orais e multissemióticos e de sua interpretação, sendo exemplos as leituras para: fruição estética de textos e obras literárias; pesquisa e embasamento de trabalhos escolares e acadêmicos; realização de procedimentos; conhecimento, discussão e debate sobre temas sociais relevantes; sustentar a reivindicação de algo no contexto de atuação da vida pública; ter mais conhecimento que permita o desenvolvimento de projetos pessoais, dentre outras possibilidades (BNCC, 2018, p. 71).

A partir do exposto pela BNCC, bem como pelas respostas dadas por **50%** dos docentes participantes desta pesquisa, é possível perceber que se os estudantes advindos das turmas dos 2º anos em 2019, ano de implementação do programa EpV em Mamanguape/PB, que ingressaram nas turmas de 5º anos em 2022 com a formação satisfatória, estes estudantes não só atingiram os objetivos do programa EpV como esse mesmo programa conseguiu fazer com que esses docentes seguissem, também, o que rege a BNCC.

Porém, **50%** dos docentes também informaram que mesmo esses alunos sendo ofertados com a metodologia do programa EpV desde o ano de 2019 e perpassando nas demais turmas até o ingresso no 5º ano, não apresentaram uma leitura satisfatória para prosseguir na nova turma. Para representar essa porcentagem trouxemos a resposta dada por Pérola.

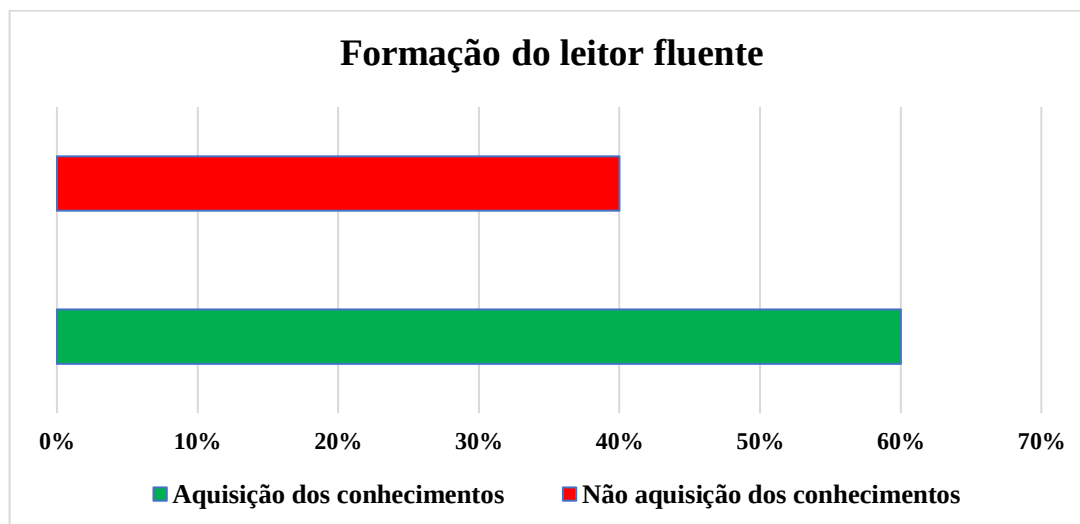
Eles chegaram na minha turma, em 2022, no quinto ano e boa parte eu poderia dizer até que seria a metade da turma não sabiam fazer nem o nome completo. Tanto que eu trabalhei isso metade do ano letivo, até em junho eu estava trabalhando o nome dos alunos. Escrevia numa folha pra eles copiarem embaixo, para aprenderem a fazer o nome. Então, boa parte da minha turma não conhecia o alfabeto completo, e no decorrer do ano eles melhoraram muito, muito mesmo, alguns chegaram até, assim, a ler com influência ao término do ano letivo. Foi bastante desafiador o ano de 2022 (Pérola).

Na escrita de um dos trabalhos referenciados no Estado do Conhecimento Acadêmico, mesmo o programa EpV trazendo modificações, principalmente, na estrutura curricular, a autora afirma em sua pesquisa que antes da implementação do programa EpV no município de Olinda/PE, as políticas de governo em nível federal, como o PNAIC, não fizeram as turmas avançarem na leitura, pois “[...] o desempenho dos estudantes do terceiro ano do ensino fundamental matriculados nas escolas públicas permaneceu estatisticamente estagnado na avaliação durante esse período” (Andrade, 2023, p. 21).

Mediante esse contexto, é importante compreender o que é posto por Ball, Maguire e Braun (2021), que as escolas são organizações complexas, com suas próprias histórias, culturas e contextos, e que elas são influenciadas por uma variedade de fatores, incluindo a localização geográfica, a demografia da comunidade, o financiamento e a gestão.

Para os autores a escola é mais do que uma simples instituição de ensino, elas são retratadas como organismos vivos, enraizados em seus próprios contextos históricos, culturais e sociais, pois cada escola possui uma história singular, moldada por valores, crenças e normas que permeiam seu ambiente e influenciam as decisões e práticas.

Para complementar a pergunta do item anterior sobre as competências e habilidades da BNCC, perguntando aos docentes sobre a aquisição de determinadas habilidades para o ensino e aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática, estas estariam promovendo uma educação de qualidade. Nessa perspectiva, para o entendimento das respostas dadas pelos docentes, trouxemos no item 15 a seguinte questão: De acordo com sua atuação com o programa EpV, que prioriza os componentes curriculares Língua Portuguesa e Matemática e a partir do seu trabalho feito com os estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental, em 2022, com as competências e habilidades trazidas no material estruturado desses componentes que o programa EpV julga promover a formação do leitor fluente, estas foram adquiridas por seus alunos? Marque apenas um quadradinho.

Gráfico 10: A promoção para a formação do leitor fluente.

Fonte: dados obtidos pela pesquisadora (2023).

A partir das opções dadas para a escolha de respostas conforme constatadas no questionário, foram computados os seguintes resultados: **60%** dos docentes afirmaram que: a maioria dos meus alunos apresentou esses conhecimentos e são leitores fluentes, e **40%** dos docentes afirmaram que após a implementação do programa EpV e trabalhando com sua metodologia, utilizando o material estruturado, participando das formações promovidas pelo programa, afirmando na opção que: apenas alguns dos meus alunos apresentaram a aquisição desses conhecimentos.

Sobre as competências e habilidades em Língua Portuguesa e Matemática apresentadas e trabalhadas pelos docentes a partir da implementação do programa EpV, as quais estão alinhadas à BNCC, que julgam ser essenciais para a formação leitora fluente, bem como a aquisição dos conhecimentos matemáticos, Freitas (2012, p. 390) explica que

A argumentação de que o básico é bom porque tem que vir em primeiro lugar é tautológica, ou seja, nos leva a acreditar que ‘o básico é bom porque é básico’. O efeito é que, a partir deste estereótipo, não pensamos mais. Com esta lógica de senso comum, são definidos os objetivos da ‘boa educação’. Mas o básico exclui o que não é considerado básico – esta é a questão. O problema não é o que ele contém como ‘básico’, é o que ele exclui sem dizer, pelo fato de ser ‘básico’.

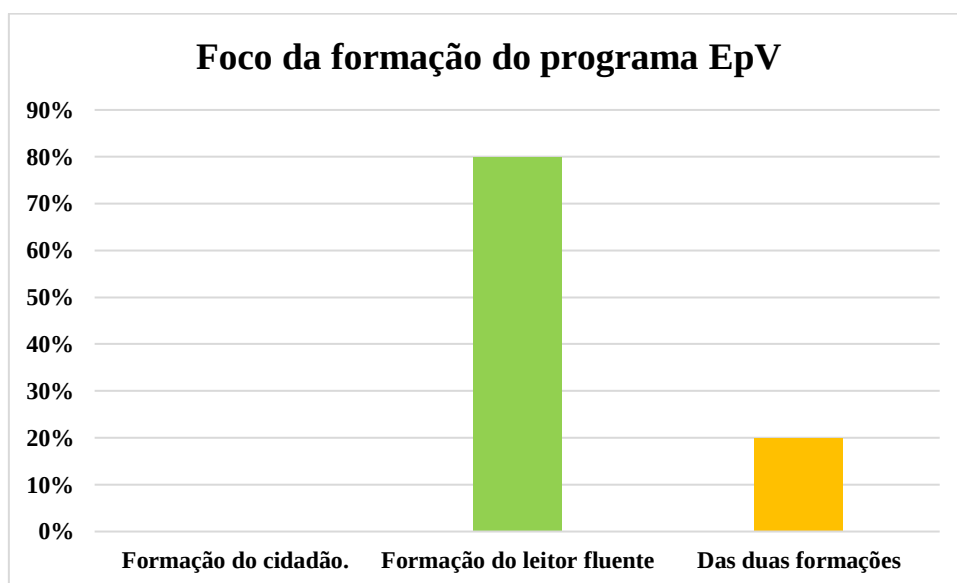
A partir desse resultado trouxemos as considerações de Andrade (2023), ao analisarmos sua dissertação de mestrado que tem como objeto de estudo o programa EpV. Para esta autora, a rotina trazida pelo programa EpV resulta em docentes levarem seus alunos a uma memorização; não dando a eles os desafios para que possam entender os processos da aprendizagem necessários em seu cotidiano, pois mesmo com um material apostilado, estruturado e diversificado, com uma variedade de textos e gêneros textuais, o programa EpV

não contribui para a relação entre as atividades de apropriação do sistema de escrita alfabética e as práticas sociais de escrita e de leitura.

Em síntese, os resultados sejam estes positivos ou negativos, apresentados por projetos ou programas educacionais que objetivam alcançar ou ultrapassar as metas nas avaliações em larga escala, seguem uma metodologia diferente da que já vinha sendo implementada pelo sistema de ensino brasileiro, que objetiva a formação leitora e formação do cidadão perante a sociedade.

Para tentar explicitar ainda mais o nosso propósito de pesquisa, no último item fizemos a pergunta que está relacionada ao que o programa EpV oferece para atingir um dos seus objetivos, que é a formação do leitor fluente para ultrapassar metas nas avaliações em larga escala. Para isso, priorizam apenas os componentes curriculares que trazem elementos para este fim, de acordo com o que é mostrado na sua rotina “sugerida”, deixando apenas 30 minutos a cargo do professor. Outra questão é que a equipe do programa dá sugestão para trabalhar os outros componentes a partir da interdisciplinaridade, porém, com a demanda da rotina apresentada fica muito difícil de consolidar. Muitos professores em conversa informal relataram que o programa EpV só visa a formação do leitor fluente para alcançar seus objetivos. Por isso, elaboramos esse último item para ver a resposta dos docentes pesquisados: 16 - Nas formações promovidas pelo programa EpV em parceria com Secretaria de Educação de Mamanguape/PB são apresentados itens e são feitas discussões acerca da formação do cidadão perante a sociedade ou apenas sobre a formação do leitor fluente?

Gráfico 11: Discussão acerca da formação do cidadão.



Fonte: dados obtidos pela pesquisadora (2023).

Em nossas análises, constatamos que **80%** dos docentes afirmaram que nas formações promovidas pelo programa EpV o foco é na formação do leitor fluente. De acordo com esse percentual, é importante destacar que esse programa só se preocupa com os resultados nas avaliações externas e, por isso, acaba esquecendo que a criança deve desenvolver, além da leitura e da escrita, sua função cognitiva. Isso é visto e explorado nos componentes curriculares como Ciências, Artes, Geografia, História, etc. Nas justificativas todos esses **80%** dos docentes responderam praticamente com as mesmas palavras, informando sobre a prioridade do programa EpV na formação do leitor fluente, no entanto, uma resposta que julgamos importante explicar foi a da/o docente Rubi, ao afirmar que

Na maioria das vezes nas formações eles se preocupam muito com o fato do aluno sair de cada série, de cada turma, com uma fluência na leitura e na escrita, e desenvolvendo as habilidades com relação aos conteúdos ministrados e elaborados pelo programa. A questão da formação cidadã muito pouco é visto, quase nunca isso é visto nas formações, infelizmente. Mas nós, como professores, dentro de salas de aula, devemos desenvolver essa formação, preparando o aluno não só para aprender os conteúdos, mas, também, para ter um bom desenvolvimento na vida social para o mundo (Rubi).

De acordo com a maioria das respostas dadas pelos docentes participantes desta pesquisa, o programa EpV vem mostrando que seus objetivos é a alfabetização até os 7 anos de idade e a formação do leitor fluente ainda nos anos iniciais, para alcançar ou ultrapassar os resultados esperados nas avaliações externas. Por isso nas formações promovidas pelo programa são feitas essas cobranças.

Ametista também afirmou que nas formações só priorizavam a formação do leitor fluente corroborando, assim, a fala de Rubi, ainda explicou sua posição em relação à exigência do programa, mas que nem sempre dá o suporte necessário para alcançar seus próprios objetivos.

“Nas formações do programa Educar pra Valer falam apenas sobre a formação do leitor fluente. Apresentam dados, avanços, os baixos índices de aprendizagem dos alunos quando eles não alcançam, qual a habilidade que foi alcançada, qual não foi alcançada. Porém, não observa, não visualiza o que os professores fazem na sala, não observa também a infrequência dos alunos, a falta de pré-disposição em atender porque alguns alunos vão para a escola, mas alguns não têm interesse, vão só para ficar com brincadeiras. Muitos faltam, então isso tudo faz com que eles tenham um baixo índice. Além do mais, quando fazem as avaliações formativas, eles não leem direito as questões dos enunciados. Querem entregar em curto tempo de aplicação, em menos de 1 hora. Alguns querem entregar até uma hora mesmo, uma hora e meia que na verdade são 2 horas para aplicação de cada bloco” (Ametista).

Dos dez docentes participantes da pesquisa, apenas dois, que equivalem a 20%, informaram que nas formações era falado tanto na formação do leitor fluente quanto na formação cidadã. Todavia, não como prioridade, mas que às vezes essa questão da formação humana era comentada, conforme as palavras de Cristal.

Nos encontros de formação que nós temos de professores, realmente nós falamos do leitor fluente e a formação do cidadão, porque para que ele tenha conhecimento da sua responsabilidade dentro da sociedade, seus direitos e deveres, eles têm que ser um leitor fluente, que empreenda, realmente, a sua posição, então é uma discussão de educadores que nós temos, junto com os formadores que vem suprindo, de acordo com o programa esses dois itens que foram citados, a formação do leitor fluente e a formação do cidadão perante a sociedade (Cristal).

As falas dos docentes em relação à formação leitora do aluno e à formação cidadã foram bastante pertinentes, pois afirmaram o que realmente é cobrado nas formações para alcançar seus objetivos e o que realmente deveria cobrar dos docentes - que é o que consta nos documentos legais, a exemplo da LDBEN (1996), política regulatória em busca da implementação da educação de qualidade. De acordo com ela, a educação deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, definindo que a educação deve ser de qualidade, o que significa que deve atender às necessidades dos estudantes e prepará-los tanto para o exercício da cidadania quanto para o trabalho.

5.2 O QUE OS DOCUMENTOS INFORMAM SOBRE A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

Para finalizar nossas análises, destacamos o que está previsto nos documentos legais para uma possível oferta de uma educação de qualidade e o que o programa EpV se propõe para essa oferta.

É importante destacar que de acordo com o que rege na LDBEN (1996) e na CF (1988) sobre o direito à educação, esses documentos apresentam conceitos sinônimos ao assinalarem que “[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988, p. 173).

Essa definição é importante porque estabelece a educação como um direito fundamental, independentemente de quaisquer condições, como renda, raça, etnia ou gênero. Isso significa que a educação deve ajudar as pessoas a desenvolverem seu potencial intelectual, emocional e físico. Para isso, deve haver o preparo para o exercício da cidadania, ou seja, a partir do direito à educação contribui-se para que as pessoas compreendam seus direitos e deveres como cidadãos e a participem ativamente da vida em sociedade.

O programa EpV informa nas entrelinhas que promove a oferta de uma educação de qualidade. De acordo com seu plano de trabalho

[...] tem por objetivo apoiar 50 municípios brasileiros, entre 2018 e 2024, que queiram se comprometer com medidas de gestão educacional e pedagógica para garantir a excelência de aprendizagem das crianças nas escolas públicas (Mamanguape, 2019, p.1).

Nessa perspectiva de alcançar inicialmente esses objetivos, o programa abarca parcerias com instituições pública e privada. Nesse sentido, busca cumprir metas. Dentre elas estão a consolidação da alfabetização na idade considerada certa; a eliminação da evasão escolar; a incompatibilidade entre idade e turma. O programa EpV busca por intermédio de suas metodologias o êxito explícito das avaliações externas, pois sua principal missão é aumentar o “[...] percentual de alunos no nível adequado em língua portuguesa e matemática de acordo com os parâmetros da prova Brasil; superar as metas do Ideb previstas pelo Ministério da Educação” (Mamanguape, 2019, p. 2).

Nessa perspectiva de obtenção dos melhores resultados é que o programa EpV busca ultrapassar o que está posto no Art. 4 da LDBEN, onde é explicitado: “XI – alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos” (Brasil, 1996, p. 10).

O direito à educação também deve ajudar as pessoas a adquirir as habilidades e conhecimentos necessários para participar do mercado de trabalho, pois é um direito fundamental porque é essencial para o desenvolvimento individual e social, que ajuda as pessoas a se tornarem cidadãos conscientes e participativos, e a contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

Para a oferta de uma educação para todos e de qualidade a CF (1988) e LDBEN (1996) estabelecem diretrizes para a educação brasileira, com o objetivo de orientar a sua organização e funcionamento. Essas diretrizes incluem garantia de uma base comum nacional para o ensino fundamental.

Quadro 16: Síntese comparativa dos objetivos educacionais entre CF, LDBEN e EpV.

CF (1988)	LDBEN (1996)	Programa Educar pra Valer (EpV)
Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.	Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.	O programa Educar Pra Valer (EpV) é inspirado nos resultados da educação de Sobral e do programa PAIC e visa uma educação de qualidade baseada em resultados das avaliações externas.
Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.	Art. 3º, anuncia que o ensino será ministrado com base em “I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”; “XIII – garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida”.	O ensino será ministrado com base em resultados, oferta ao acesso e permanência na escola, garantia à aprendizagem nos anos iniciais.
Art. 206. “IX – Garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (incluído pela EC n. 108/2020)”.	Art. 4º que a “XI – alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos”.	Busca a alfabetização na idade certa, prevista na BNCC aos 7 anos de idade ou até o término do 2º ano dos anos iniciais, bem como a formação do leitor fluente ainda nos anos iniciais, visando resultados satisfatórios nas avaliações externas.
Art. 208. § 3º “Compete ao poder público censurar os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.	Art. 4º, p. 11 III – “Zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola”.	Promove o quadro de infrequência exposto em cada escola. A partir de um quantitativo de faltas, a gestão escolar se responsabiliza, entrando em contato com os pais e/ou responsáveis, visando uma frequência satisfatória para alcançar seus objetivos.
Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.	XI – alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos.	Promove o estreitamento do currículo, priorizando os componentes curriculares que são evidenciados nas avaliações de larga escala.

Fonte: quadro criado pela pesquisadora, a partir das referências CF (1988) LDBEN (1996) e Programa EpV (2019).

Como se observa neste quadro, a oferta de uma educação de qualidade está prevista nos documentos legais, uma vez que estes são políticas de Estado instituintes e regulatórias. Nesses documentos está explícito que a oferta por esse tipo de educação é aquela que deve atender as necessidades dos estudantes e os preparar tanto para o exercício da cidadania quanto para o mercado do trabalho. No programa EpV, essa qualidade está diretamente relacionada ao resultado das avaliações externas e ao processo de intervenção implementado pelo programa em parceria com os municípios.

Entendemos que esses elementos são essenciais e devem estar em consonância para que o indivíduo busque seu lugar na sociedade. A educação deve ser inclusiva, equitativa e acessível a todos, independentemente de sua origem social, raça, etnia ou gênero. A educação de qualidade é essencial para o desenvolvimento individual e social. Ela permite que as pessoas se informem, se desenvolvam intelectualmente e participem da sociedade de forma ativa – o que não é proposto no modelo educacional do EpV, por estar voltado apenas para o desenvolvimento da fluência em leitura e noções matemáticas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste trabalho foi pesquisar, de um modo geral, sobre as políticas educacionais, dando ênfase ao objeto de estudo, que é uma política educacional de governo advinda do município de Sobral- CE, intitulada “Programa Educar pra Valer” (EpV), que está sendo implementada em vários municípios dos estados brasileiros, inclusive no município de Mamanguape, na Paraíba, que foi o *lócus* desta pesquisa.

Em linhas gerais, o programa EpV objetiva elevar os índices de desenvolvimento dos estudantes nas avaliações em larga escala. Para isso, investe nas práticas de gestão a partir de suas parcerias com as Secretarias de Educação, sendo financiado pela Fundação Lemann. Todos os investimentos consistem nos alcances dos resultados das avaliações, pois é aí que surge o conceito da oferta por uma “educação de qualidade” por parte dos idealizadores e colaboradores do programa EpV.

Para o entendimento de como funcionam as políticas públicas brasileiras, pesquisamos as políticas sociais como um todo, no entanto, demos destaque às políticas educacionais tanto as de Estado, que em resumo são aquelas que não se evadem independentemente da mudança de gestão governamental, seja ela municipal, estadual ou federal; quanto às políticas de governo, as quais podem se evadir a partir da mudança de gestão governamental, podendo ser, também, municipal, estadual ou federal.

Partindo-se desse pressuposto, esta pesquisa se propôs analisar as possíveis contribuições do programa Educar pra Valer enquanto política educacional que visa a alfabetização na idade certa e na formação do leitor fluente, verificadas nas turmas de 5º ano das escolas da rede municipal de Mamanguape/PB, em 2022, segundo as percepções docentes.

Assim, buscou-se aprofundar o entendimento da implementação, objetivos e missão de do objeto de estudo, mas também, das percepções e paradoxos dos docentes que atuaram com o programa EpV, especificamente em 2022. Destarte, analisamos principalmente o que os docentes que atuam com esse programa relataram, se trouxe modificações pertinentes para a melhoria da qualidade da educação desse município e qual foi essa melhoria. Assim, de acordo com o entendimento desses docentes no quesito “Melhoria da Educação”, se os estudantes aprendem as habilidades ensinadas para as avaliações externas, o programa EpV está contribuindo para a oferta da melhoria da qualidade da educação.

Em vista disso, foram apresentados elementos que permeiam o conceito e a busca por uma educação brasileira de qualidade, bem como os posicionamentos de autores que buscam

explicitar qual é esse conceito da qualidade da educação, a partir do que rege nos documentos legais - políticas de Estado que não deixarão de existir e devem ser seguidos.

Nesta pesquisa foi constatado que a busca pela oferta da educação de qualidade está explícita nos documentos oficiais, como a CF (1988), uma política de Estado instituinte, e LDBEN (1996), que também é uma política de Estado de regulamentação e que devem ser seguidas para a oferta de uma educação de qualidade para todos. Mas por que será que ainda existe governo que não a oferta? Porque surgem elementos, a exemplo dos conhecidos “pacotes prontos”, principalmente o sistema de apostilamento para a aquisição do “básico”, desviando os caminhos da busca da oferta da educação de qualidade.

Nesse sentido, é importante esclarecer que esta pesquisa também objetivou, dentre tantas coisas, avaliar a postura política de gestão governamental, podendo ser em nível federal, estadual ou municipal, verificando se o que está posto nos documentos legais está sendo desenvolvido, para que aos estudantes seja ofertada uma educação que lhes desenvolva as habilidades, não apenas as que são exigidas nas avaliações em larga escala, mas também, aquelas que contribuem para a formação humana.

Avalia-se a postura relacionada à escolha da política educacional implementada, e se esta política está seguindo os parâmetros, principalmente no que consta na CF (1988) e na LDBEN (1996). Por isso, é importante averiguar como essa política está sendo implementada (programa EpV), e como estão atuando com ela, não apenas o corpo docente, mas todos os seus atores que são: prefeito (que assina o Acordo de Cooperação), secretário de educação, articulador, supervisão, coordenação, gestão escolar, dentre outros que trabalham para que seus objetivos sejam alcançados.

Dessa forma, empresários, nomeados como reformadores da educação, buscam esses resultados, fazendo mudanças no currículo didático e pedagógico, com o objetivo de mostrar que adquirir habilidades exigidas pelo sistema previsto na BNCC, apenas nos componentes curriculares designados e responsável pela aprendizagem leitora e matemática são cada vez mais frequentes e atuantes nas redes de ensino, priorizando a aprendizagem do que chamam de “básico”, mas que exclui a comunidade discente da verdadeira educação de qualidade que vai além do lhe oferece.

A partir disso, esses reformadores da educação buscam mostrar que seus métodos e técnicas para alcançar resultados são positivos. Nesse sentido, essas atitudes são indícios que apontam a necessidade de uma análise crítica sobre o que está posto na CF (1988) e LDBEN (1996) e ao que estão ofertando como uma educação de qualidade, salientando que a qualidade

educacional foi um conceito definido desde 2007 pelo MEC, quando o Ideb passou ser o responsável por explicar resultados em avaliações externas, por isso, ele é considerado como ferramenta principal.

Logo, a fim de ofertar essa qualidade da educação, gestores governamentais buscam subsídios para alcançar esse êxito, porém, muitas vezes, com a falta de conhecimento, interesse ou até mesmo capacidade, procuram ou são apresentados a esses reformadores que lançam desafios e mudanças radicais na metodologia já definida e adotada, na tentativa de mostrar que esses índices de desenvolvimento explicitados pelo MEC podem solucionar problemáticas educacionais, bastando ter foco apenas no que é exigido nas avaliações externas.

Muitas das vezes essas ações governamentais são postas em prática com o objetivo de deixar legados durante mandatos de gestores, para mostrar que a qualidade da educação melhorou, a partir dos resultados das avaliações externas, não se importando, em sua maioria, com o que a comunidade escolar realmente necessita para ter uma educação de qualidade, pois os números são mais importantes. Não generalizando, mas, infelizmente, é o que está sendo apresentado nos últimos tempos.

Ao nos questionarmos em relação aos governos que não aderem a esses tipos de programas, que modificam a parte didática e pedagógica, por que muitos não oferecem uma educação de qualidade à sua população? Muitas vezes não querem seguir à risca o que está posto nos documentos legais, pois há toda uma logística, envolvendo gastos essenciais, considerados por muitos, desnecessários. Nesse sentido, realmente fazem o básico para cumprir o que está previsto nesses documentos que é, apenas, a garantia de escolas para todos.

Ressaltamos, também, que ao analisarmos a implementação do programa EpV, verificamo-lo como um todo, mas, a princípio, ao que este se propõe, quais seus métodos e estratégias para alcançar seus objetivos. Logo, para que essa pesquisa fosse concluída, alguns docentes que atuam com o programa EpV participaram concedendo a aplicação de um questionário, relatando e/ou respondendo de acordo e a partir de quando começaram a atuar com o programa e nas turmas selecionadas.

Nesta pesquisa foi importante trazer a descrição e análise sobre o programa EpV, nosso objeto de estudo, explanando seus objetivos, sua missão no contexto das escolas municipais, para depois analisar a percepção dos docentes sobre o programa EpV enquanto política educacional voltada à melhoria da qualidade da educação, e investigar quais foram as mudanças ocorridas na prática pedagógica segundo a percepção dos docentes na formação leitora e na qualidade da educação.

Foi interessante observar que os dez docentes participantes entendem a diferença entre política de estado e política de governo. Nesse sentido, todos afirmaram, mesmo implicitamente, a perda de autonomia na parte didática, metodológica e pedagógica, a partir da implementação do programa EpV, por exigir a utilização de um material estruturado e próprio e que deve ser seguido integralmente, na tentativa de alcançar seus objetivos.

Outro fator importante foi o percentual de apenas 40% dos docentes participantes da nossa pesquisa afirmarem que as contribuições para a melhoria do nível da educação vão além de aprender apenas as habilidades explicitadas na BNCC, que não são suficientes para essa aquisição. Já os outros 60% acreditam que em se tratando do melhoramento do nível da educação, o programa EpV oferta esse melhoramento a partir das habilidades e competências advindas da BNCC. Isso não significa que a maioria afirmou que o programa EpV oferta uma educação de qualidade, apenas melhorou o nível da qualidade da aprendizagem dos estudantes.

Para esse quesito da oferta de uma educação de qualidade, constatamos, por intermédio das respostas dadas, que 80% dos docentes afirmaram que uma educação de qualidade deve ser ofertada para a formação do cidadão perante a sociedade, não apenas para o mercado de trabalho, pois essas duas formações devem ser ofertadas como regem os documentos legais.

Constatamos que um quantitativo de 50% dos docentes afirmou que mesmo o programa EpV não ofertando o direito à educação de qualidade esperada, oferta um ensino-aprendizagem satisfatório, pois os alunos advindos dos 2º anos, perpassando pelas demais turmas, ingressaram no 5º ano com uma leitura satisfatória: por isso foi mais fácil esses alunos tornarem-se leitores fluentes. Desse modo, tornando-se leitores fluentes, os resultados nas avaliações externas podem ser positivos, alcançando, assim, os objetivos do programa EpV. No entanto, os outros 50% dos docentes informaram que mesmo com todo empenho, os alunos das turmas dos 2º anos, em 2019, ingressaram nas turmas dos 5º anos em 2022 com dificuldade, principalmente na leitura.

Em conversa informal, durante as visitas nas escolas, alguns docentes colocaram em pauta a questão de as aulas apenas terem sido *on-line* durante a pandemia em 2020, e que nem todos os estudantes tinham acesso à *internet*, porém, de acordo com o plano de ação do município, um dos objetos era “[...] garantir acesso às atividades remotas para todos os estudantes” (Plano de Ação, 2019, p.16). Outrossim, de acordo com esse documento, houve estratégias para que esses alunos não tivessem prejuízos de aprendizagem durante esse período pandêmico.

Então, como se justifica a quantidade de professores que afirmam que seus alunos ingressaram com uma leitura satisfatória no 5º ano? O acesso às aulas *on-line* e, após, a volta às aulas presenciais, em 2021, bem como a prática das técnicas propostas pelo programa EpV. Tudo isso são evidências para que boa parte dos estudantes advindos das turmas dos 2º anos ingressem nas turmas dos 5º anos, em 2022, com uma leitura satisfatória, facilitando a obtenção da leitura fluente durante todo esse ano letivo.

A partir do exposto, concluímos que isso foi o que aconteceu com as turmas que alcançaram os objetivos do programa, pois cada docente tem sua prática, cada aluno tem seu tempo de aprender. A questão é se o programa EpV oferece uma educação de qualidade ou se só busca resultados nas avaliações externas. Se as avaliações externas exigissem aprendizagem em todos os outros elementos que são vistos nos demais componentes curriculares, diferentes de Língua Portuguesa e Matemática, com certeza a prioridade seria em todos esses componentes.

Nessa perspectiva, levamos em consideração os interesses da sociedade e estudantes para um crescimento salutar para prosseguir com o objetivo de ter uma formação cidadã que os leve a pensar qual o seu papel na sociedade, o que esses estudantes pensam em relação ao seu futuro e como a gestão governamental o planeja para alcançá-lo.

No nosso caso, contamos com a colaboração dos docentes com experiência de docência, os quais concederam seu tempo para que pudéssemos avaliar a política, principalmente a partir de suas visões, pois atuaram com o programa EpV em 2022. A partir da aplicação do questionário, evidenciamos que muitas vezes ao serem questionados sobre algo relacionado ao programa EpV, eles responderam mesmo sem saber a proporção de quão valiosa foi sua resposta.

No que diz respeito à escolaridade dos docentes participantes, constatamos que a maioria tem formação superior com especialização, que é uma pós-graduação *lato sensu*, o que significa que estes buscaram se qualificar, de acordo com as exigências do MEC. No entanto, dos dez docentes participantes, apenas um possui doutorado, mas que já é um avanço, pois antes das exigências do MEC bastava-se apenas saber ler e escrever que já poderia lecionar, inclusive na educação formal. Ademais, a todos os docentes se ofertam formações continuadas, o que é garantido para que se reinventem e sigam metodologias que busquem alcançar o êxito esperado em suas salas de aulas e fora delas também. Todavia, o programa EpV só investe em formações voltadas ao ensino das competências e habilidades que são apresentadas nas avaliações de larga escala.

Com o passar do tempo muito foi feito para o avanço na educação brasileira, porém, há muito o que fazer, inclusive o acesso aos cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*, para os docentes que buscam mais conhecimentos além do que já sabem, buscando sempre, a criticidade e não o conformismo, ao aceitar absolutamente tudo o que dizem que faz com que a educação seja de qualidade: ou seja, que saibam o que está sendo ofertado, objetivando apenas o que convém de quem está implementando políticas educacionais para avanços apenas nos resultados.

Nesse sentido, metade dos docentes participantes, o que equivale a 50%, ainda estão com o pensamento que o “básico” é a melhor solução para que aos estudantes seja ofertada uma educação de qualidade, pois essa porcentagem equivale à pergunta que foi feita: se esses docentes prefeririam trabalhar com o programa EpV ou como trabalhavam antes - ficando 50% para cada opção.

Ao sistematizar as análises sobre as dificuldades a partir da implementação do programa EpV, foi constatado que 90% dos docentes sentiram alguma dificuldade de atuar com uma nova política que tem apenas a visão de rendimento para ultrapassar as metas estipuladas nas avaliações de larga escala. Por isso, exigia-se mais dos docentes, inclusive, perdendo a autonomia de elaboração do material didático a partir dos livros didáticos e outros materiais complementares, de acordo com a realidade de aprendizagem da turma.

É destacado nesta pesquisa, a partir da participação dos docentes, que tudo que traz modificação no início pode acarretar revoltas, sofrimento, pensamentos negativos, mas com um certo tempo, o que foi novidade passa a se “normalizar”, o que não significa que se deve aceitar, mas saber lidar com a situação e não aderir ao conformismo. O docente sabe das necessidades dos seus discentes e sabe, também, que a aprendizagem não acontece de maneira linear, que cada aluno tem seu tempo: isso não quer dizer que ele deve priorizar alunos que apresentem aprendizagem com mais facilidade, ao contrário, o docente deve adequar-se a sua turma para que seus objetivos sejam alcançados.

Ao serem analisados os objetivos do programa EpV, que se propõe a garantir a alfabetização na idade certa (de acordo com o que rege na BNCC (2018) que é até 7 anos de idade ou até o término do 2º ano do Ensino Fundamental), bem como a formação do leitor fluente ainda nos anos iniciais, foi constatado que para alcançar seus objetivos esse programa prioriza apenas os componentes curriculares que são evidenciados nas avaliações externas. Nesse sentido, sugere uma rotina com foco apenas para esse fim.

Essas mudanças repentinas de metodologias e estreitamento curricular fizeram com que o corpo docente não apenas perdesse a autonomia de uma certa forma, mas houve a impressão, por parte de alguns, de uma diminuição de trabalho ao ser priorizado apenas Língua Portuguesa e Matemática. Porém, as burocracias aumentaram, pois, os demais atores desse programa mesmo não supervisionando outras atividades (a não ser tudo que diz respeito ao programa EpV, como a rotina, o cronograma, os planos de aulas, resultados, utilização das técnicas de leitura, etc.), para alcançar seus objetivos, podendo estes ser evidenciados nas avaliações, principalmente as somativas e as externas.

Não foi aqui questionado o porquê da implantação e implementação das políticas, tampouco recriminar quem as aceitam, mas explicar se essas políticas estão sendo benéficas para que os estudantes tenham uma educação de qualidade. Para isso, deve-se averiguar, pois, o conceito de qualidade. O que para uns pode ser de excelência, para outros pode não ser. Qual o verdadeiro conceito? Para esse entendimento é que são criadas as políticas de estado que têm a participação maior da sociedade civil reivindicando melhorias para a população. Para isso, são feitas as leis, decretos, artigos e afins.

Colocar uma política pública em prática não é tarefa fácil, principalmente do jeito que deve ser implementada, em que possa ser benéfica para todos ou, ao menos, para a maioria sem causar danos desnecessários que interrompa, total ou parcialmente, o crescimento e fortalecimento humano.

Diante de tudo que foi apresentado, discutido e analisado até aqui, conclui-se que, implementado desde o ano de 2019 na rede municipal de ensino no município de Mamanguape na Paraíba, o programa EpV, enquanto uma política educacional de governo advinda do município de Sobral-CE e implementada em outros municípios de vários estados brasileiros, inclusive em Mamanguape/PB, que foi o *lócus* desta pesquisa, vem contribuindo, apenas, no processo de alfabetização seja na idade certa ou não, e na formação do leitor fluente, de acordo com as percepções dos docentes, em que constatamos que 50% desses docentes informaram que seus alunos ingressantes no 5º anos chegaram com uma formação leitora satisfatória, porém, os outros 50% informaram que mesmo o programa EpV investindo em técnicas e metodologias, os alunos ingressantes nas turmas dos 5º anos não apresentavam uma formação leitora satisfatória.

Nesse sentido, esta pesquisa trouxe elementos que contribuirão para que outros pesquisadores entendam e complementem seus discursos sobre as políticas existentes e as que ainda estão por vir, bem como servirá de subsídios para que possamos dar continuidade a essa

mesma temática focando em algo que precise ser pesquisado com mais afinco, a exemplo da responsabilização, uma vez que o programa EpV passou a ser oficialmente, em 2023, a partir da aprovação da Câmara Municipal de Mamanguape/PB a premiação por desempenho dos docentes atuantes com o programa EpV, intitulada **Professor por excelência**.

Esta pesquisa não é apenas um componente essencial da minha vida acadêmica, mas sim, um pilar fundamental para que eu, enquanto docente, possa exercer um papel crucial na construção de uma prática docente inovadora, eficaz e transformadora, podendo ajudar a sociedade a compreender como as políticas são implementadas, atuadas e como elas são ou devem ser analisadas.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, Mel. Tornar a educação inclusiva: como esta tarefa deve ser conceituada? *In*: FÁVERO, O. et al. **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: Unesco, 2009. p. 11-23.

ALBINO, Ângela Cristina Alves; DA SILVA, Andréia Ferreira. BNCC e BNC da formação de professores: repensando a formação por competências. **Retratos da Escola**, v. 13, n. 25, p. 137-153, 2019. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/966>. Acesso em: 17 fev. 2024.

AGUIAR, Alexsandra; CARNEIRO, Waldeck. Notas sobre alfabetização e letramento no âmbito de uma política pública: PNAIC em questão. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 7, p. 42348-42364, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/12493>. Acesso em: 16 fev. 2024.

ALVARADO-PRADA, Luis Eduardo; FREITAS, Thaís Campos; FREITAS, Cinara Aline. Formação continuada de professores: alguns conceitos, interesses, necessidades e propostas. **Rev. Diálogo Educ**, p. 367-387, 2010. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-416x2010000200009&script=sci_abstract&tlng=en. Acesso em: 12 fev. 2024.

ALVES, Isabella Starling et al. **Como é a educação em Sobral**. 2023. Disponível em: <https://www.alfaebeto.org.br/wp-content/uploads/2023/02/Como-e-a-educacao-em-Sobral.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2024.

ASSOCIAÇÃO BEM COMUM (ABC). **Quem somos**. 2022a. Disponível em: <https://abemcomum.org/#quemSomos>. Acesso em: 27 nov. 2022.

ASSOCIAÇÃO BEM COMUM (ABC). **Programa Educar pra Valer**. 2022b. Disponível em: <https://abemcomum.org/programa-educar-pra-valer/>. Acesso em 22 nov. 2022.

ANDRADE, Vivian Alves Souza. **Alfabetização no programa Educar pra Valer: o que propõem os materiais para o ensino da leitura e da escrita no 2º ano do ensino fundamental?** Orientadora: Eliana Borges Correia de Albuquerque. 2023. 124 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2023. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?start=10&q=educar+pra+valer&hl=pt-BR&as_sdt=0,5. Acesso em: 20 ago. 2023.

ANDRIOLA, W. B.; ARAÚJO, A. C. Potencialidades da avaliação Formativa e Somativa. **Revista Eletrônica Acta Sapientia**, v. 5, n. 1, 2018. Disponível em: <https://actasapientia.com.br/index.php/acsa/article/view/23/22>. Acesso em: 19 ago. 2023.

ARAUJO, Viviane Patricia Colloca. O conceito de currículo oculto e a formação docente. **Revista de estudos aplicados em educação**, v. 3, n. 6, 2018. Disponível em: https://www.seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados/article/view/5341. Acesso em: 11 dez. 2023.

BALL, S.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas**. Tradução: Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2021.

BARALDI, L. D.; SANTORO, E. Ensinar intercompreensão em línguas românicas: uma pesquisa exploratória com aprendizes de italiano. **Revista de Italianística**, n. 40, p. 67-93, 2020.

BARBOSA, H. G. **“Olinda, patrimônio que educa”**: avaliação da implementação do Programa Educar pra Valer em Olinda/PE. Orientadora: Suely Salgueiro Chacon. 2022. 154 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/71010>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor & por força**: rotinas na educação infantil. 2000. 278 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1589757>. Acesso em: 2 nov. 2023.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força**: rotinas na educação infantil. Artmed Editora, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Emendas Constitucionais. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 1 abr. 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 jul. 2012a. Seção 1. Disponível em: <https://diariofiscal.com.br/ZpNbw3dk20XgIKXVGacL5NS8haIoH5PqbJKZaawfaDwCm/legislacao/federal/portaria/2012/mec867.htm>. Acesso em: 18 fev. 2024.

COELHO, Charlotte. A síndrome de Down. **Revista Psicologia**. PT– O Portal dos Psicólogos, 2016. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0963.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2023.

CONEJO, Luis Diego; CHAVERRI-CHAVES, Pablo; LEÓN-GONZÁLEZ, Sara. As famílias e pandemia COVID-19. **Revista Electrónica Educare**, v. 24, p. 37-40, 2020. Disponível em: https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?pid=S1409-42582020000400037&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 17 jul. 2023.

COUTINHO, H. C. A. A., *et al.* Alfabetização e letramento na perspectiva do Programa Educar pra Valer. **Anais Educação como (re)Existência**: mudanças, conscientização e conhecimentos, Maceió/AL, 2020. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA8_ID6404_01092020183326.pdf. Acesso em: 10 mar. 2023.

DANTAS, J. A. **Programa “educar pra valer”**: em tempos de neoliberalização da educação. Orientadora: Ana Cláudia da Silva Rodrigues. 2021. 210 f. Programa de Pós-Graduação em Educação (CE - PPGE). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa/PB, 2021. Disponível em: https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/programa/noticias_desc.jsf?lc=es_ES&id=1906¬icia=236707331. Acesso em: 20 ago. 2023.

DANTAS, José Aclécio; DANTAS, Lilian Karla de Lima Souza. **Programa “Educar pra Valer” na rede municipal de educação em João Pessoa: primeiras impressões**, 2019.

Disponível em:

https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA2_ID2706_14082019234727.pdf. Acesso em: 11 jan. 2024.

DA SILVA, Marcelo Soares Pereira; CARVALHO, Lorena Sousa. Faces do gerencialismo em educação no contexto da nova gestão pública. **Revista Educação em Questão**, v. 50, n. 36, p. 211-239, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5639/563959985009.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2023.

DE JESUS SANTOS, Alcione; PACHECO, Vera. A fluência e compreensão leitora em diferentes níveis de escolaridade. **Confluência**, p. 232-256, 2017. Disponível em: <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/172>. Acesso em: 6 nov. 2023.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Introdução**: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens, 2, 15-41. 2006.

FAIRCHILD, Thomas. Requalificação e resistência: o que o Profletras nos diz de um futuro que já chegou. **Em Aberto**, v. 30, n. 98, 2017. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/3187>. Acesso em: 30 jul. 2023.

FALBO, R. A. Mapeamento sistemático. **Retrieved October**, v. 7, 2018. Disponível em: <http://claudiaboeres.pbworks.com/w/file/fetch/133747116/Mapeamento%20Sistem%C3%A1tico%20v1.0.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2023.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. **Evasão escolar**. 2014. Disponível em: <http://www.seduc.go.gov.br/imprensa/documentos/Arquivos/15%20-%20Manual%20de%20Gest%C3%A3o%20Pedag%C3%B3gico%20e%20Administrativo/2.10%20Combate%20%C3%A0%20evas%C3%A3o/EVAS%C3%83O%20ESCOLAR.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2023.

FONTANA, Felipe; PEREIRA, Ana Carolina Torrente. **Pesquisa Documental**. Editora chefe Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira Editora executiva Natalia Oliveira Assistente editorial, p. 42, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Carlos-Magalhaes-Junior/publication/370364182_Metodologia_da_Pesquisa_em_Educacao_e_Ensino_de_Ciencias/links/644c3dd797449a0e1a645b35/Metodologia-da-Pesquisa-em-Educacao-e-Ensino-de-Ciencias.pdf#page=45. Acesso em: 3 dez. 2023.

FRANCELINO, J. C.; REBOLO, F. Reflexões acerca das pesquisas denominadas estado do conhecimento. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, [S. l.], v. 9, 2023. DOI: 10.26568/2359-2087.2022.6470. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/6470>. Acesso em: 15 set. 2023.

FREITAS, Luiz Carlos et al. **Avaliação educacional**: caminhando pela contramão. Editora Vozes Limitada, 2009.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, v. 33, p. 379-404, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PMP4Lw4BRRX4k8q9W7xKxVy/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 14 fev. 2024.

FREITAS, Luiz Carlos de. Políticas de responsabilização: entre a falta de evidência e a ética. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 148, p. 348-365, 2013. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/v43n148/v43n148a18.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2024.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os empresários e a política educacional: como o proclamado direito à educação de qualidade é negado na prática pelos reformadores empresariais. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 6, n. 1, p. 48-59, 2014.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Programa Educar pra Valer**. Fundação Lemann: Associação Bem Comum, 2019.

GASPAR, A. A educação formal e a educação informal em ciências. In: MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro; BRITO, Fatima. **Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Ciência, 2002. p.171-183. Disponível em: <https://portalidea.com.br/cursos/193ff575cdfd240caffc50a238b3f36e.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2024.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.) **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, n. 1, p. 44-45, 2002. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=pesquisa+descritiva+%28Gil%29&btnG=. Acesso em: 18 fev. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2001.

GONZAGA, Laís da Costa et al. **Incentivos fiscais como dedução do imposto de renda para pessoas jurídicas com alíquota de 15%**. 2016. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/1978>. Acesso em: 24 out. 2023.

GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. **Effective evaluation**. San Francisco: Jossey-Bass, 1981.

GULLO, Maria Carolina R. A economia na pandemia Covid-19: algumas considerações. **Rosa dos Ventos**, v. 12, n. Esp. 3, p. 1-8, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4735/473564229005/movil/>. Acesso em: 7 out. 2023.

HÖFLING, E. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, v. 21, p. 30-41, 2001.

HOYLE, E. **Teaching, Social Status, in International Encyclopedia of the Sociology of Education**. Edited by: Lawrence SAHA, Pergamon. 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 5 set. 2022.

JAMIKIU, Vanessa Campos de Lara. O direito à educação no contexto de pandemia (Covid-19) no Brasil: projetos de formação em disputa. In: RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva et al (Orgs.). **Políticas curriculares e as inovações (neo)conservadoras: (trans)bordamentos, desafios e ressignificações**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2021.

JUNIOR, Eduardo Brandão Lima, et al. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, 2021, 20.44. Disponível em:

<https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356> Acesso em: 14 fev. 2024.

KOHL-SANTOS, Pricila; MOROSINI, Marília Costa. O revisitar da metodologia do Estado do Conhecimento para além de uma Revisão Bibliográfica. **Revista Panorâmica online**, v. 33, 2021. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=O+REVISITAR+DA+METODOLOGIA+DO+ESTADO+DO+CONHECIMENTO. Acesso em: 30 jul. 2023.

LOBO, Thereza. Descentralização: conceitos, princípios, prática governamental. **Cadernos de pesquisa**, n. 74, p. 5-10, 1990. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0100-15741990000300001&script=sci_abstract. Acesso em: 7 fev. 2024.

MACEDO, Elizabeth. **BNCC e a Reforma do Ensino Médio**. Coletiva, Recife, n. 31 Coletiva. set. out. nov. dez. 2022. Disponível em: <https://www.coletiva.org/dossie-reforma-do-ensino-medio-n31-artigo-bncc-ea-reforma-do-ensino-medio-por-elizabeth-macedo>. ISSN 2179-1287. Acesso em: 25 ago. 2023.

MAMANGUAPE. **Município de Mamanguape**. Cidade-Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-mamanguape.html>. Acesso em: 13 nov. 2022.

MAMANGUAPE. Diário Oficial do Município de Mamanguape. **Acordo de cooperação entre o município de Mamanguape-PB e a Associação Bem Comum**. 2019. Disponível em: <https://www.mamanguape.pb.gov.br/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

MAMANGUAPE. Diário Oficial do Município de Mamanguape. **Plano de Trabalho Programa Educar pra Valer**. 2019. Disponível em: <https://www.mamanguape.pb.gov.br/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por escrito**, v. 5, n. 2, p. 154-164, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/porescrito/article/view/18875>. Acesso em: 7 fev. 2024.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. Privatização do processo. **Revista da EMERJ**, v. 1, n. 3, 1998. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista03/revista03_13.pdf. Acesso em: 7 fev. 2024.

MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou Complementaridade? **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 8ª edição. Petrópolis: Vozes, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOTA JUNIOR, William Pessoa da; MAUÉS, Olgaíses Cabral. O Banco Mundial e as políticas educacionais brasileiras. **Educação & Realidade**, v. 39, p. 1137-1152, 2014.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edreal/a/bgZNpXhs47jqmwpP6FDqLgF/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 21 nov. 2023.

NOGUEIRA, A.; BORGES, M. C. A formação continuada enquanto política pública: ações e programas para atender às necessidades dos professores. **Horizontes**, v. 40, n. 1, p. e022014-e022014, 2022.

NORBERTO, S. P. **Um olhar sobre o Programa Educar pra Valer sob a perspectiva de professoras alfabetizadoras**. 121 f. 2022. Dissertação (Mestrado em Linguística e Ensino). Orientadora: Evangelina Maria Brito de Faria. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2022.

OLIVEIRA, D. A. Das políticas de governo à política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 32, p. 323-337, 2011.

OLIVEIRA, J. E.; ROSSI, J. R. D. **Orientações Gerais - Língua Portuguesa e Matemática - 2º Ano**. Sobral, CE: Lyceum - Consultoria Educacional Ltda., 2020.

PAIVA, Silvia Maria Caldeira; ROCHA, C. Alexandre A. **Parceria Público-Privada: o papel do Senado Federal na Discussão e Aprovação da Lei nº 11.079, de 2004**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-25-a-parceria-publico-privada-o-papel-do-senado-federal-na-discussao-e-aprovacao-da-lei-no-11.079-de-2004>. Acesso em: 25 out. 2023.

PEREIRA, Maria Zuleide da Costa. **Políticas e práticas curriculares em tempo de globalização**. Temas em Educação. V. 15, p.13-22. 2006.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Editora Feevale, 2013.

PULIEZI, Sandra; MALUF, Maria Regina. A fluência e sua importância para a compreensão da leitura. **Psico-USF**, v. 19, p. 467-475, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/jdXqdwBLBRhVswxj4Yj3dYs/#>. Acesso em: 7 fev. 2024.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, p. 333. 1996.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

SANTOS, Pablo S.M.B. **Guia prático da política educacional no Brasil: ações, planos, programas, impactos**. 2. ed. revisada e ampliada. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SILVA, Andréia Ferreira da; SILVA, Luciana Leandro da; FREIRE, Arlane Markely dos Santos. Políticas de accountability na educação estadual do Ceará, Pernambuco e Paraíba. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 33, 2022. Disponível em: http://Educa.Fcc.Org.Br/SciELO.Php?Pid=S0103-68312022000100229&Script=Sci_Arttext. Acesso em: 26 nov. 2023.

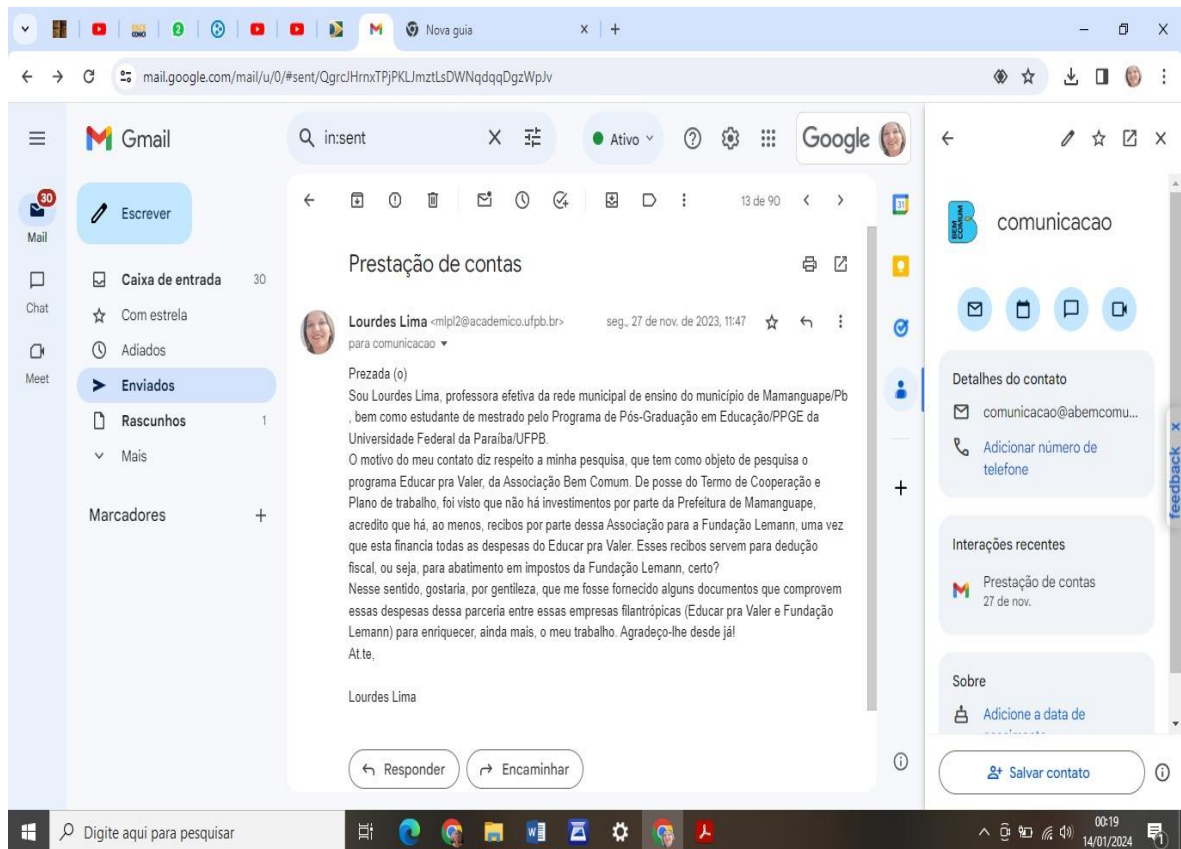
SILVA, A. P. P. N.; SOUZA, R. T.; VASCONCELLOS, V. M. R. O Estado da Arte ou o Estado do Conhecimento. **Educação**, v. 43, n. 3, 2020.

SOUZA, Harley Gomes de; SILVA, Graça Maria de Moraes Aguiar e. **Política e Legislação da Educação**. E-book. Sobral: INTA, 2016. Disponível em: https://dirin.s3.amazonaws.com/drive_materias/1648837209.pdf. Acesso em: 03 jul. 2023.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

ANEXOS

ANEXO A – E-MAIL ENCAMINHADO PARA A ASSOCIAÇÃO BEM COMUM



ANEXO B – ACORDO DE COOPERAÇÃO



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE

Diário Oficial do Município

FUNDADO PELA LEI Nº 43 DE 16 de JULHO 1974

ANO: 2019

MÊS: FEVEREIRO

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
MAMANGUAPE/PB, E A ASSOCIAÇÃO BEM
COMUM, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

Pelo presente Instrumento e, na melhor forma de direito, as partes a seguir qualificadas como:

MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE, com sede na cidade de Mamanguape, Estado da Paraíba, na Rua do Imperador, 78 - Centro CEP 58.280-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.898.124/0001-48, representada neste ato por sua Prefeita, Maria Eunice Nascimento Pessoa, brasileira, casada, professora, inscrita no CPF nº 094.468.774-15 e no RG 121082 – SSP/PB, residente e domiciliada na Rua João Maranhão, 36 - Campo CEP 58.280-000, e por seu Secretário da Educação, abaixo firmados, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**; e a

ASSOCIAÇÃO BEM COMUM, associação sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.275.386/0001-05, com sede na cidade de Fortaleza/CE, na Avenida Washington Soares, 55, sala 707, Bairro Edson Queiroz, Fortaleza, Ceará, CEP 60.175-657, representada neste ato por seu Diretor Presidente, Maurício Holanda Maia, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 284.126.993-00 e no RG nº 93002050510 – SSP/CE, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza/CE, doravante denominada simplesmente **BEM COMUM**;

CONSIDERANDO a intenção do Município de **MAMANGUAPE/PB** em fomentar a qualidade da educação básica, com ações que visem à melhoria da gestão pública, educacional e pedagógica, capazes de garantir o ingresso, a frequência regular e a permanência de suas crianças na escola, envidando todos os esforços para que elas conquistem os níveis de aprendizagem esperados para sua idade e série, com o avanço dos indicadores educacionais;

CONSIDERANDO que a **BEM COMUM** possui como finalidade estatutária, dentre outras, (i) prestar assessoria e/ou consultoria em programas de desenvolvimento humano e social para sociedades civis ou governamentais de interesse público ou privado, nacionais ou estrangeiras, (ii) contribuir para elaborar e/ou executar políticas públicas em áreas que promovam o desenvolvimento humano integral nos aspectos da educação, saúde, cultura, cidadania, esporte, convivência pacífica e sustentabilidade ambiental e (iii) promover programas educacionais, de ensino-aprendizagem tanto para alunos, quanto para professores, núcleo gestor das escolas e equipe gestora das secretarias de órgãos públicos;

CONSIDERANDO que a **BEM COMUM** concebeu o Programa **Educar pra Valer**, que tem como escopo apoiar municípios brasileiros que tenham grandes desafios educacionais e que queiram se comprometer com medidas de gestão educacional e pedagógica para garantir excelência de aprendizagem das crianças em escolas públicas;

CONSIDERANDO, finalmente, a convergência de interesses entre as partes e a necessidade do estabelecimento de uma parceria visando ao alcance dos objetivos comuns, em conformidade com a legislação em vigor.

h

1



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE

Diário Oficial do Município

FUNDADO PELA LEI Nº 43 DE 16 de JULHO 1974

ANO: 2019

MÊS: FEVEREIRO

Resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO** nos termos das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. Este Acordo de Cooperação tem por fundamento as normas legais vigentes, especialmente a Lei nº 13.019 de 31/07/2014, conforme Parecer Jurídico favorável à sua celebração.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente Acordo de Cooperação tem por objeto implementar o Programa denominado **Educar pra Valer**, promovendo assessoria técnica, capacitação e consultoria na área educacional, visando à melhoria da gestão pública, da eficiência administrativa e da eficácia das políticas públicas, conforme melhor detalhado no Plano de Trabalho em anexo, parte integrante do presente Instrumento.

2.2. Este Acordo de Cooperação é dispensado de prévio chamamento público, conforme preceitua o art. 29 da Lei nº 13.019/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. O presente Acordo de Cooperação Técnica vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até 31/12/2021, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto, podendo ser prorrogado, mediante proposta da **BEM COMUM** devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES DOS PARTÍCIPES

4.1. Compete ao **MUNICÍPIO**:

4.1.1. garantir o fornecimento dos dados e informações necessárias ao desempenho das atividades a serem executadas, conforme cronograma estabelecido no Plano de Trabalho, comprometendo-se, em especial, com as seguintes ações:

- i) participar das agendas com o grupo executivo do programa, que serão combinadas com antecedência;
 - ii) designar membros da equipe para liderar a realização das ações pela rede;
 - iii) realizar sistemática de avaliações externas à escola, provendo logística de transporte, impressões e todos os insumos necessários para o cumprimento deste fim;
 - iv) prover materiais pedagógicos para alfabetização e realizar formação continuada de professores;
 - v) oferecer todas as condições necessárias para que aconteça sistematicamente o acompanhamento às escolas pela equipe da secretaria;
 - vi) aperfeiçoar o processo de seleção de diretores e coordenadores pedagógicos escolares, quando necessário, considerando critérios técnicos de competência, perfil profissional e ética;
 - vii) subsidiar o deslocamento da sua equipe e fornecer todo o apoio necessário para que ela possa participar de reuniões e encontros formativos de âmbito estadual e nacional;
 - viii) apoiar o deslocamento da equipe do Programa Educar pra Valer no seu território estadual.
- 4.1.2. promover todas as providências legais e regulamentares indispensáveis à implementação do Programa, inclusive, quando necessário, editando atos normativos próprios.
- 4.1.3. disponibilizar equipamentos, instalações e pessoal necessário ao apoio à execução do Programa, arcando com os custos de todos os materiais e acessórios de consumo que viabilizem suas ações, tais como equipamentos de informática, meios de comunicação à distância (telefone, fax e internet rápida),

2



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE

Diário Oficial do Município

FUNDADO PELA LEI Nº 43 DE 16 de JULHO 1974

ANO: 2019

MÊS: FEVEREIRO

papel, tonner e demais que se fizerem necessários à implementação e desenvolvimento do Programa **Educar para Valer**;

4.1.4. exercer a fiscalização e o controle das atividades previstas neste Acordo de Cooperação, conforme o Plano de Trabalho.

4.2. Compete à **BEM COMUM**:

4.2.1. fornecer gratuitamente ao **MUNICÍPIO** consultoria e assessoria técnicas necessárias à consecução das ações previstas no Programa;

4.2.2. fornecer gratuitamente ao **MUNICÍPIO** materiais exclusivos durante a duração da parceria;

4.2.3. comunicar ao **MUNICÍPIO**, com a maior antecedência possível, sobre a impossibilidade de captação da integralidade do valor para a execução do Programa **Educar para Valer**, para decisão conjunta dos partícipes, quanto à readequação do Plano de Trabalho, por meio de Termo Aditivo ao presente Acordo.

4.2.4. responsabilizar-se pelo pagamento de todas as despesas decorrentes da execução das atividades que lhe forem atribuídas no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUINTA – DO PLANO DE TRABALHO

5.1. A execução do Programa **Educar para Valer** de que trata este ajuste deverá ser feita de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pelo **MUNICÍPIO**, passando a ser parte integrante do presente Acordo de Cooperação.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

6.1. Esta parceria **não envolve transferência de recursos financeiros** entre as partes, tampouco acarreta qualquer favorecimento, em qualquer relação prévia ou posterior ao estabelecimento deste Acordo.

6.2. A **BEM COMUM** efetuará os pagamentos das atividades que lhe são atribuídas no Plano de Trabalho, sem qualquer envolvimento do **MUNICÍPIO** parceiro ou de qualquer outra entidade pública ou privada quanto à gestão, controle ou fiscalização de tais recursos financeiros.

6.3. Os Partícipes não respondem por quaisquer ônus decorrentes da execução do presente Acordo de Cooperação, além daqueles previstos no Plano de Trabalho, anexo deste Instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. Nenhum dos partícipes poderá ceder ou transferir, total ou parcialmente, seus direitos e obrigações previstos neste Acordo de Cooperação a terceiros;

7.2. O estabelecimento do presente Acordo de Cooperação não inclui cláusula de mandato, nem tampouco implica em qualquer forma de sociedade, associação entre os partícipes, ou responsabilidade solidária, não podendo as mesmas praticarem quaisquer atos em nome e por conta da outra parte, sem o seu expresso consentimento por escrito, bem como não estabelece entre as partes nenhuma relação de emprego, grau de subordinação hierárquica ou de dependência econômica.

7.3. A utilização temporária de pessoal que se tornar necessária a uma das partes para a execução do objeto deste Acordo de Cooperação não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer tipo de obrigação trabalhista ou previdenciária para o outro.

7.4. A **BEM COMUM** fica desde logo autorizada, se lhe convier, a divulgar a presente cooperação e sua participação no Programa em todos os seus canais de comunicação institucional, incluindo site na Internet e malas diretas, bem como em quaisquer outras mídias, incluindo qualquer site na Internet, mídias televisivas, rádios ou mídia impressa, ou por qualquer outra forma. A autorização prevista neste item inclui a outorga, neste ato, de licença de uso, em favor da **BEM COMUM**, em caráter permanente e

h

3



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE

Diário Oficial do Município

FUNDADO PELA LEI Nº 43 DE 16 de JULHO 1974

ANO: 2019

MÊS: FEVEREIRO

gratuito, sem limitação geográfica ou de qualquer natureza, do nome do **MUNICÍPIO**, de qualquer de suas marcas e de qualquer marca relacionada ao Programa, exclusivamente para os fins da divulgação de que trata este item.

7.5. As Partes reconhecem que são exclusivamente da **BEM COMUM** todos os direitos de propriedade intelectual sobre documentos, materiais e produtos que resultem do presente Termo, assim como a titularidade de todos os direitos patrimoniais de autor.

7.6. Caso o **MUNICÍPIO** pretenda realizar qualquer tipo de divulgação pública relativa à presente cooperação, incluindo em seus canais de comunicação institucional, em seu site na Internet e através malhas diretas, bem como em quaisquer outras mídias, incluindo qualquer site na Internet, mídias televisivas, rádios ou mídia impressa, ou por qualquer outra forma, essa divulgação deverá ser previamente aprovada, por escrito, pela **BEM COMUM**, que terá a prerrogativa de solicitar a inclusão de seu nome e de informação acerca do fato de ser um participante do Programa em qualquer dessas divulgações. Caso essa solicitação seja feita, o **MUNICÍPIO** obriga-se e compromete-se a atendê-la, na forma que vier a ser determinada pela **BEM COMUM**. Caso contrário, o **MUNICÍPIO** obriga-se e compromete-se a se abster de mencionar o nome da **BEM COMUM**, sua participação no Programa ou qualquer de suas marcas em tal divulgação.

7.7. O material disponibilizado é exclusivo do Programa Educar pra Valer, não sendo permitida a cessão para outros municípios.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1. O presente Acordo poderá ser rescindido, a qualquer tempo:

- a) Por mútuo consentimento ou por desinteresse de qualquer delas, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- b) Não cumprimento ou cumprimento irregular por qualquer das partes de qualquer obrigação resultante deste acordo, no caso de tal situação perdurar por 15 (quinze) dias contados da Notificação da outra parte ou independentemente de notificação, se a mora no cumprimento da obrigação tornar o cumprimento do acordo impossível ou inútil.
- c) Extinção das atividades promovidas por qualquer uma das instituições.

Parágrafo Único – Constituem motivo para rescisão de pleno direito o inadimplemento de quaisquer das Cláusulas, o descumprimento de normas estabelecidas em legislação vigente ou a superveniência de norma ou fato que torne material ou formalmente inexecutável, imputando-se aos partícipes as responsabilidades pelas obrigações.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO

9.1 Este Acordo poderá ser modificado, salvo quanto ao objeto, por meio do respectivo Termo Aditivo, de comum acordo entre os celebrantes, mediante manifestação escrita, até 30 (trinta) dias antes do término da vigência do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

10.1. Compete ao **MUNICÍPIO** providenciar a publicação do extrato do presente Acordo de Cooperação no meio oficial de publicidade da administração pública, comprometendo-se a enviar à **BEM COMUM**, cópia da publicação.

4



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE

Diário Oficial do Município

FUNDADO PELA LEI Nº 43 DE 16 de JULHO 1974

ANO: 2019

MÊS: FEVEREIRO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Fortaleza, Estado do Ceará, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente **Acordo**, renunciando as partes, desde já, a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em duas vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

MAMANGUAPE, 12 de FEVEREIRO de 2019.

Município de Mamanguape


Maria Eunice Nascimento Pessoa
Prefeita


Maximiano Lopes Machado
Secretário da Educação

Associação Bem Comum


Maurício Holanda Maia
Diretor Presidente

Testemunhas:

1. 
NOME: CARLOS SERRANO DE LIMA
CPF: 096.601.974-11
RG: 34724497

2. 
NOME: CARLOS ADALBERTO DE ALMEIDA TRINDADE
CPF: 324519.974-00
RG: 432.914.558/00

ANEXO C – PLANO DE TRABALHO

**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

Diário Oficial do Município

FUNDADO PELA LEI Nº 43 DE 16 de JULHO 1974

ANO: 2019

MÊS: FEVEREIRO

**PLANO DE TRABALHO
PROGRAMA EDUCAR PRA VALER**

I – INTRODUÇÃO

O presente Plano de Trabalho, parte integrante e indissociável do Acordo de Cooperação celebrado para a execução do Programa Educar pra Valer, concebido pela Associação Bem Comum, visa explicitar as diretrizes e a realidade que serão objeto da parceria, no sentido de aprimorar

a gestão pública escolar, visando à eficiência administrativa e à eficácia das políticas públicas, com a promoção de capacitação e consultoria na área educacional.

II - OBJETO DA PARCERIA

A Associação Bem Comum concebeu o Programa Educar pra Valer que tem por objetivo apoiar 50 municípios brasileiros, entre 2018 e 2024, que queiram se comprometer com medidas de gestão educacional e pedagógica para garantir a excelência de aprendizagem das crianças nas escolas públicas.

O Programa Educar pra Valer visa difundir a experiência exitosa na gestão educacional que transformou a educação de Sobral e do Estado do Ceará, provendo



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE

Diário Oficial do Município

FUNDADO PELA LEI Nº 43 DE 16 de JULHO 1974

ANO: 2019

MÊS: FEVEREIRO

capacitação e consultoria às redes públicas de ensino, com foco na aprendizagem dos alunos.

III – METAS DO PROGRAMA

Como meta, almeja-se a melhoria dos indicadores de rendimento e desempenho dos alunos ao longo dos quatro anos, objetivando:

- Consolidar o aprendizado da alfabetização até os 07 anos de idade;
- Eliminar o abandono escolar.
- Reduzir a distorção idade série;
- Elevar o percentual de alunos no nível adequado em língua portuguesa e matemática de acordo com os parâmetros da prova Brasil;
- Superar das metas do IDEB previstas pelo Ministério da Educação;

A proposta é desenvolver, em parceria com as equipes municipais, as seguintes ações:

- Diagnóstico inicial da rede.
- Construção de um plano de ação focado na melhoria da aprendizagem e sucesso dos alunos.
- Formações para os gestores da secretaria com o objetivo de fortalecer o acompanhamento das escolas, bem como a apropriação de dados e indicadores



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE

Diário Oficial do Município

FUNDADO PELA LEI Nº 43 DE 16 de JULHO 1974

ANO: 2019

MÊS: FEVEREIRO

escolares, por parte da equipe, com foco na melhoria dos resultados educacionais.

- Qualificação da formação dos gestores escolares com foco na gestão pedagógica.
- Subsídio pedagógico e metodológico para a estruturação da política de formação de professores da rede.
- Apoio à implementação das avaliações de diagnóstico da rede.
- Leitura de resultados da avaliação e sua consequente repercussão na formação e intervenção pedagógica, e também na gestão.
- Suporte à implementação de rotinas de acompanhamento às escolas.
- Suporte a ações de comunicação e sustentabilidade do programa na rede, bem como a valorização dos profissionais da educação.
- Reordenamento de rede.
- Consultoria em financiamento da educação.

IV – FORMA DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA E CUMPRIMENTO DE METAS

A agenda de trabalho com o município terá início com o diagnóstico, que oferecerá os subsídios para a definição das metas por meio da apresentação da gestão pedagógica e administrativa do município, além de dados relacionados ao rendimento escolar e ao desempenho educacional das escolas.

Para isto, o programa utilizará os indicadores do INEP, questionários, observações e aplicação de uma prova diagnóstica do tipo avaliação externa censitária, nos segundos e quintos anos em abril de 2018, que terá por objetivo identificar:

- O nível de aprendizagem de leitura e desenvolvimento de competências relacionadas à alfabetização dos estudantes de segundo ano do ensino fundamental.
- O nível de fluência de leitura e desenvolvimento de competências relacionadas à língua portuguesa e matemática dos estudantes de quinto ano do ensino fundamental.

A partir do diagnóstico será elaborado um plano de trabalho com o município, customizado de acordo com o seu contexto e especificidades. O plano



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE

Diário Oficial do Município

FUNDADO PELA LEI Nº 43 DE 16 de JULHO 1974

ANO: 2019

MÊS: FEVEREIRO

individualizado de trabalho deverá conter as metas a serem estabelecidas, conforme já descritas acima.

Para assessorar o município a ampliar a sua qualidade técnica, o Programa designará um coordenador e um assistente municipal para cada estado, bem como consultoria para contribuir com as atividades realizadas no âmbito do município.

V – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE

Diário Oficial do Município

FUNDADO PELA LEI Nº 43 DE 16 de JULHO 1974

ANO: 2019

MÊS: FEVEREIRO

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PERÍODO
Realização de diagnóstico inicial da rede educacional	Associação Bem Comum/Município	2019
Elaboração de plano de ação		
Realização de seminários nacionais e regionais		
Assessoria para implantação das ações		
Realização de formação de professores e coordenadores pedagógicos		
Realização de formação de gestores municipais		
Realização de Avaliação Somativa		
Realização de seminários nacionais e regionais	Associação Bem Comum/Município	2020
Assessoria para implantação das ações		
Realização de formação de professores e coordenadores pedagógicos		
Realização de formação de gestores municipais		
Realização de Avaliação Somativa		



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE

Diário Oficial do Município

FUNDADO PELA LEI Nº 43 DE 16 de JULHO 1974

ANO: 2019

MÊS: FEVEREIRO

Realização de seminários nacionais e regionais		
Assessoria para implantação das ações	Associação Bem Comum/Município	2021
Realização de formação de professores e coordenadores pedagógicos		
Realização de formação de gestores municipais		
Realização de Avaliação Somativa		
Realização de seminários nacionais e regionais		
Assessoria para implantação das ações	Associação Bem Comum/Município	2022
Realização de formação de professores e coordenadores pedagógicos		
Realização de formação de gestores municipais		
Realização de Avaliação Somativa		

VI – PARÂMETROS PARA O CUMPRIMENTO DAS METAS

As metas serão aferidas principalmente pelos indicadores fornecidos pelo MEC/INEP relativos ao rendimento e aprendizagem dos estudantes.

Em parceria com a rede municipal, o programa fomentará avaliações externas ao término do ciclo de alfabetização e ensino fundamental I para acompanhar ano a ano a evolução da aprendizagem dos estudantes da rede municipal.

Também haverá indicadores de processo, em relação às ações determinantes para o sucesso da aprendizagem:

- Formação de professores e de coordenadores pedagógicos.
- Formação de gestores municipais.
- Reordenamento da rede.



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE

Diário Oficial do Município

FUNDADO PELA LEI Nº 43 DE 16 de JULHO 1974

ANO: 2019

MÊS: FEVEREIRO

- Cumprimento do calendário letivo.
- Implantação de acompanhamento às escolas.
- Incentivos a escolas atrelados ao alcance das metas.

Fortaleza (CE), _____ de 2019.



Associação Bem Comum

APROVAÇÃO DO MUNICÍPIO:

Aprovado em 12/02/2019



ANEXO D

Ploeaœenv. MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: PERCEPÇÃO DOCENTE DO PROGRAMA EDUCAR PRA VALER (EpV) NA REDE PÚBLICA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE NA PARAÍBA			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 10			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 8. Linguística, Letras e Artes			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: Maria de Lourdes Pereira de Lima			
6. CPF: 042.421.244-73		7. Endereço (Rua, n.º): R. Tenente Cícero Cavalcante de Ataíde, 185 Beatriz Menezes Casa MAMANGUAPE PARAIBA 58280000	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: 83988342657	10. Outro Telefone:	11. Email: mpl2@academico.ufpb.br
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo. Data: <u>9</u> / <u>2</u> / <u>2024</u> <u>Maria de Lourdes P. de Lima</u> Assinatura			
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: Universidade Federal da Paraíba		13. CNPJ:	14. Unidade/Órgão: CENTRO DE EDUCAÇÃO
15. Telefone: (83) 3216-7444	16. Outro Telefone:		
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução. Responsável: <u>ADRIANA VALÉRIA S. DINIZ</u> CPF: <u>552.493.964-53</u> Cargo/Função: <u>DIRETORA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO</u> Data: <u>19</u> / <u>2</u> / <u>2024</u> <u>[Assinatura]</u> Assinatura			
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.		Profª. Dra. Adriana Valéria S. Diniz Diretora - Centro de Educação - UFPB Matrícula 1792396	

ANEXO E

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**CERTIDÃO**

Certificamos, para os devidos fins, que foi aprovado “**AD REFERENDUM**” do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação, o Projeto de Pesquisa da mestranda Maria de Lourdes Pereira de Lima matrícula nº **20221006406** intitulado **PERCEPÇÃO DOCENTE DO PROGRAMA EDUCAR PRA VALER (EpV) NA REDE PÚBLICA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE NA PARAÍBA**, a ser encaminhado ao comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos.

João Pessoa, 03 de dezembro de 2022

Prof. Dr. Jorge Fernando Hermida Aveiro
Coordenador do PPGE/CE/UFPB

Matrícula 1225094

Universidade Federal da Paraíba – Campus I - Centro de Educação – Bloco III -
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE - Cidade Universitária – João Pessoa – PB
– Brasil- CEP: 58051-900 Telefones: (83) 3216-7702 e (83) 3216 7140 (fax) - <http://www.ce.ufpb.br/ppge> - E-mail: ppge@ce.ufpb.br

ANEXO F



TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução da pesquisa intitulada: **PERCEPÇÃO DOCENTE DO PROGRAMA EDUCAR PRA VALER (EpV) NA REDE PÚBLICA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE NA PARAÍBA**, a ser desenvolvida pela aluna **MARIA DE LOURDES PEREIRA DE LIMA**, do **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**, do **CENTRO DE EDUCAÇÃO**, da Universidade Federal da Paraíba, sob orientação da Prof^a. **Dra. MARIA ZULEIDE DA COSTA PEREIRA**.

Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso em verificar seu desenvolvimento para que se possa cumprir os requisitos das Resoluções 466/12, 510/16 e da Norma Operacional 001/13, todas do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, como também, no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para garantia de tal segurança e bem-estar.

Igualmente informamos que para ter acesso à coleta de dados nesta instituição, fica condicionada à apresentação à direção desta, da **CERTIDÃO DE APROVAÇÃO (PARECER CONSUBSTANCIADO) DO PRESENTE PROJETO (PROTOCOLO DE PESQUISA), PELO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA QUE ANALISOU E O APROVOU**. Tudo como preconiza as Resoluções 466/12, Resolução 510/16 e a Norma Operacional 001/13, todas do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Mamanguape, PB, 29 de novembro de 2022.


Maximiano Lopes Machado
Mat. 66155
Secretário de Educação
Prefeitura Municipal de Mamanguape
Maximiano Lopes Machado
Secretário de Educação

APÊNDICE

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

Prezado docente,

Obrigada pela participação desta pesquisa após o entendimento sobre a sua relevância para a sociedade, e de ter assinado o Termo de Consentimento Livre Esclarecido-TCLE, o qual deu-lhe o total arbítrio para a participação ou não de nossa pesquisa. Peço-lhe que responda aos itens deste questionário de acordo com o seu entendimento e vivência como docente atuante com o programa Educar pra Valer (EpV) na turma do 5º ano do Ensino Fundamental da escola pública de ensino no município de Mamanguape, na Paraíba, no ano de 2022.

❖ PERFIL PROFISSIONAL E/OU PEDAGÓGICO

1. Qual sua faixa etária? Marque apenas um quadradinho.

- ☐ Entre 18 e 25 anos.
- ☐ Entre 30 e 40.
- ☐ Entre 40 e 50.
- ☐ Entre 50 e 60.
- ☐ Mais de 60.

2. Qual o seu sexo? Marque apenas um quadradinho.

- ☐ Masculino.
- ☐ Feminino
- ☐ Outros.

3. Qual seu nível escolaridade e em qual a instituição teve essa formação? Marque apenas um quadradinho.

- ☐ Magistério/Pedagógico (nível médio). _____
- ☐ Ensino Médio. _____
- ☐ Graduação em Pedagogia. _____
- ☐ Superior incompleto em outras licenciaturas. _____
- ☐ Superior completo em outra área. _____
- ☐ Especialização em educação. _____
- ☐ Especialização em outras áreas. _____
- ☐ Mestrado em Educação. _____
- ☐ Mestrado em outras áreas. _____
- ☐ Doutorado em Educação. _____
- ☐ Doutorado em outras áreas. _____

4. Levando-se em consideração que esta pesquisa terá como sujeitos participantes apenas professores efetivos da rede municipal de Mamanguape/PB, com justificativa no corpo desta dissertação, marque apenas uma das opções abaixo para confirmar sua participação. Você é docente do quadro efetivo? Marque apenas um quadradinho.

- ☐ Sim.
☐ Não.

5. Qual o seu tempo de serviço como docente? Marque apenas um quadradinho.

- ☐ De 5 a 10 anos.
☐ De 10 a 15 anos.
☐ De 15 a 20 anos.
☐ De 20 a 25 anos.
☐ De 25 a 30 anos.
☐ Outros: _____.

6. Antes da implementação da política educacional de governo, o programa Educar pra Valer na rede municipal de ensino de Mamanguape/PB, certamente você atuava com outras políticas educacionais. Qual (ais) a (as) diferenças (as) entre elas?

6.1 Políticas educacionais (estado ou governo) antes do programa Educar pra Valer.

6.2 Política educacional de governo (programa Educar pra Valer):

7. De qual política educacional implementada (de estado/governo ou de governo /programa EpV) você mais gosta de atuar? Marque e justifique sua resposta em apenas uma das opções abaixo.

☐ Políticas educacionais antes do programa Educar pra Valer.

☐ Política educacional de governo (programa Educar pra Valer).

❖ **SOBRE O PROGRAMA EDUCAR PRA VALER (EPV)**

8. A partir da implementação do programa EpV na rede municipal de ensino em Mamanguape/PB, em 2019, trazendo modificações na parte pedagógica e didática, você teve alguma dificuldade em se adaptar às novas metodologias utilizadas por esse programa? Se sim, qual (ais) e o que você fez para cumprir com o seu regimento?

9. O que você acha dos componentes curriculares Língua Portuguesa e Matemática serem priorizados na atuação dos professores após a implementação do programa EpV?

10. O que você acha do material estruturado ofertado pelo programa EpV? Marque apenas um quadradinho.

- ☐ Acho o material estruturado melhor, pois já vem tudo pronto.
- ☐ Acho o material estruturado melhor por já vir tudo pronto e só trabalhar com Língua Portuguesa e Matemática.
- ☐ No início achava ruim, porém, me acostumei e hoje prefiro trabalhar com ele.
- ☐ Prefiro como era antes do programa EpV, a partir do planejamento coletivo da escola, com seleção de livros didáticos e outros materiais das mídias digitais.
- ☐ Não gosto do material estruturado por só contemplar, apenas, Língua Portuguesa e Matemática.

11. A sua rotina de trabalho mudou após a implementação do programa Educar pra Valer? Marque apenas um quadradinho.

- ☐ Sim, para melhor.
- ☐ Sim, para pior.
- ☐ Não mudou.

12. O programa Educar pra Valer se baseia nas habilidades e competências da BNCC, as quais são cobradas pelo Saeb para que os alunos adquiram os conhecimentos considerados por essa Base, necessários para alcançar o êxito nessa avaliação em larga escala. A partir dessas afirmações, você acha que alcançando essas habilidades e competências esses estudantes estão tendo oportunidades de melhorar o nível da educação de qualidade? Marque apenas um quadradinho.

- ☐ Sim.
- ☐ Não.

13. Para você, o que é educação de qualidade?

14. De acordo com um dos objetivos do programa EpV, que é promover a alfabetização na idade certa, o que equivale aos 7 anos de idade ou até o término do 2º ano do Ensino Fundamental, explícito na BNCC (2018), responda: ao ingressarem na turma do 5º ano, em 2022, os alunos apresentavam uma formação leitora satisfatória? Marque apenas um quadradinho e justifique sua resposta.

☐ Sim. _____

☐ Não. _____

15. De acordo com sua atuação com o programa EpV, que prioriza os componentes curriculares Língua Portuguesa e Matemática e a partir do seu trabalho feito com os estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental, em 2022, com as competências e habilidades trazidas no material estruturado desses componentes, a exemplo de: EF15LP03 “Localizar informações explícitas em um texto”; EF35LP04 “Inferir uma informação implícita em um texto; EF15LP01 “Identificar a finalidade de textos de diferentes gêneros”; EF15LP18 “Interpretar texto com auxílio de material gráfico diverso (propagandas, quadrinhos, foto etc.)”; (EF03MA06) Resolver e elaborar problemas de adição e subtração com os significados de juntar, acrescentar, separar, retirar, comparar e completar quantidades, utilizando diferentes estratégias de cálculo exato ou aproximado, incluindo cálculo mental; (EF04MA03) Resolver e elaborar problemas com números naturais envolvendo adição e subtração, utilizando estratégias diversas, como cálculo, cálculo mental e algoritmos, além de fazer estimativas do resultado; (EF03MA23) Ler horas em relógios digitais e em relógios analógicos e reconhecer a relação entre hora e minutos e entre minutos e segundos, entre outras, que o programa EpV julga promover a formação do leitor fluente, estas e outras foram adquiridas por seus alunos? Marque apenas um quadradinho.

☐ Todos os meus alunos apresentaram conhecimentos dessas e outras competências e habilidades.

☐ Apenas alguns dos meus alunos apresentaram a aquisição desses conhecimentos.

☐ A minoria dos meus alunos apresentou esses conhecimentos.

☐ A maioria dos meus alunos apresentou esses conhecimentos e são leitores fluentes.

16. Nas formações promovidas pelo programa EpV em parceria com Secretaria de Educação de Mamanguape/PB são apresentados itens e são feitas discussões acerca da formação do cidadão perante a sociedade ou apenas sobre a formação do leitor fluente?

☐ Formação do cidadão. Justifique. _____

☐ Formação do leitor fluente. Justifique. _____

☐ Das duas formações. Justifique. _____

Questionário aprovado pelo Comitê de ética, elaborado por mim, mestrande do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba-UEPB, Maria de Lourdes Pereira de Lima sob orientação de Maria Zuleide da Costa Pereira, minha orientadora.